

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/FCH

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ROSIANI SANCA MARTINS

**MULHERES BIDEIRAS EM GUINÉ-BISSAU: TRABALHO INFORMAL,
RESISTÊNCIAS E PERSPECTIVAS.**

Dourados-MS

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/FCH

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ROSIANI SANCA MARTINS

**MULHERES BIDEIRAS EM GUINÉ-BISSAU: TRABALHO INFORMAL, RESISTÊNCIAS
E PERSPECTIVAS.**

Dissertação apresentada à universidade Federal de grande Dourados (UFGD), como parte de exigência do programa de pós-graduação em sociologia da Faculdade de ciências humanas (FCH), para obtenção do título de Mestra em Sociologia, na área de concentração em Processos de Dominação e Disputas Políticas e sócias.

Orientador: Prof. Dr. Marcílio Rodrigues Lucas.

Dourados-MS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M386m Martins, Rosiani Sanca

MULHERES BIDEIRAS EM GUINÉ-BISSAU: TRABALHO INFORMAL,
RESISTÊNCIA E PERSPECTIVAS [recurso eletrônico] / Rosiani Sanca Martins. --
2024. Arquivo em formato pdf

Orientador: Marcilio Rodrigues Lucas.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande Dourados,
2024. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Mulheres Bideiras. 2. Trabalho informal.. 3. Resistência. I. Lucas, Marcilio
Rodrigues. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte

A todas as mulheres Bideiras Guineenses que lutam diariamente, faça a chuva ou faça o sol, enfrentado o sistema e os constrangimentos diários, tudo pelo bem-estar da família.

Dedico

“Nica, sei que chega um dia que dá vontade de chorar e desistir, mas sempre que esse dia chegar lembre da sua mãe e de toda a família.”

Titia Dilma Sampa

AGRADECIMENTOS

Eu era só uma semente que almejava brotar e dar frutos saborosos, e idealizava que a minha árvore servisse como sombra para os outros. No meio de tudo isso, apareceram pessoas que me ajudaram e fizeram com que esse sonho se concretizasse. Uma delas foi a minha avó Sábado Camparam (*in memoriam*), que preparou essa terra, e aqui deixo uma mensagem especial registrada: "Sei que não está mais aqui, mas sei que lá no céu está gritando e contando para todos aqueles que já partiram, da nossa família, que a sua pequena semente está gerando frutos." E outras pessoas muito importantes foram os meus pais, Agostinho Martins e Segunda Sanca, pois foram eles que semearam aquela pequena semente Rosiani Sanca Martins, com carinho e amor, regando-a diariamente para crescesse e gerasse frutos saborosos.

Ao longo dessa jornada agradeço a Deus por ter me fortalecido todas as vezes que pensei em cair.

Gostaria de expressar minha gratidão especial ao meu estimado e excepcional orientador, Professor Doutor Marcílio Rodrigues Lucas. Ele moldou minha trajetória como pesquisadora e suas orientações me guiaram, mostrando que, mesmo diante dos desafios, posso alcançar meus objetivos. A ele, minha gratidão e admiração são eternas.

Minha eterna gratidão a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por ter financiado essa pesquisa e permitir a realização desse sonho.

Queridos titios, tias, manos e manas é com alegria que destaco essa conquista e registro minha eterna gratidão a todos vocês por cuidarem e apoiarem meu crescimento, tornando mais leve

esse percurso árduo, “vocês regaram e podaram essa árvore, sinalizo a minha eterna gratidão”. Quero expressar meu agradecimento especial a Bety, Amelia e Mario (*in memoriam*), que sempre estiveram presentes em minha jornada. Bety, a quem devo a lembrança emocionante, de ter me levado até a escola, no primeiro dia de aula, Amelia, minha companheira nos momentos de cuidados e afeto, me levando ao médico e me carregando nas costas, a pequena doutora, como ela me chamava, cresceu e vai dar o máximo para ter lindas conquistas, e a todos os outros mencionados, como Hericson, Ilda, Fernando, Doutor Sanca, Nita, Cristiano, Gabriel, Amarildo, Dany, Dilma, Moises, Roberto, Rosa, Rui, Apache, David, Carlos, Lauce, Milanca, Maiza, Jamel e meu querido sobrinho Haniel. A todos, meu sincero agradecimento por serem parte essencial da construção do meu caminho e por me incentivarem a conquistar meus sonhos.

É importante destacar que ao longo desse extenso caminho, o Brasil presenteou-me com uma família maravilhosa, que me amava e cuidava, formada por minha querida mãe do coração Dona Maria, minha irmã de outra mãe Crislane, e seu marido Edvim. Além disso, pessoas especiais como Apache, Salifo, Edilson, Samuel, Cinthia, Alfa, Da Guiné, Eliane e sua família, agradeço o carinho demonstrado.

A todos os docentes do PPGs, especialmente à Professora Marisa Lomba e à minha turma de Mestrado em Sociologia, que se uniram para contribuir nessa trajetória de evolução e aquisição de conhecimento.

Não posso deixar de mencionar as mulheres que desempenharam um papel crucial nesta pesquisa, aquelas que atuam nas feiras de Catió, Cacheu, Bafatá e Bissau, as quais me acolheram calorosamente e com um sorriso no rosto. Aqui deixo minha admiração eterna por vocês e pela incansável luta de todas. Aprendi a importância de sempre retornar para casa e compartilhar com os outros a vitória das filhas e filhos de Bideiras!

Resumo

A presente dissertação tem por objetivo compreender o envolvimento das mulheres guineenses no trabalho informal, destacando sua importância para manutenção de muitas famílias e para o desenvolvimento socioeconômico de Guiné-Bissau. Isso porque, neste país, o trabalho informal desponta como um fenômeno essencial, sendo entendida como uma reação resiliente das camadas mais desfavorecidas, principalmente as mulheres. O trabalho buscou analisar especialmente as relações de gênero em sua conexão com as dinâmicas do trabalho informal em Guiné-Bissau. Por isso, foi destacado o papel do trabalho das *bideiras* na luta pela independência financeira e, em seguida, no combate ao analfabetismo e na busca de educação superior aos seus filhos. Em termos metodológicos, foi usada uma abordagem qualitativa, com a realização de visitas e entrevistas, em diferentes cidades das regiões do país, que permitiram analisar com profundidade a realidade das mulheres no setor informal. A pesquisa permitiu evidenciar que o trabalho informal realizado pelas mulheres guineenses tem função fundamental no desenvolvimento de Guiné-Bissau, mas é profundamente invisibilizado e desvalorizado, exigindo um esforço coordenado que envolva toda a estrutura do país (governo, empresas e organizações da sociedade civil). Isso inclui a promoção de empregos formais e seguros, o fortalecimento das regulamentações trabalhistas, o investimento em educação e formação profissional, a eliminação da discriminação de gênero e o estímulo à diversificação econômica.

Palavras Chaves: Mulheres Bideiras. Trabalho informal. Resistência.

Abstract

This dissertation aims to understand the involvement of Guinean women (Guinea Bissau) in informal labor, highlighting its importance for the maintenance of many families and for the socio-economic development of Guinea-Bissau. That's because, in this country, the informal economy has emerged as an essential phenomenon, and it's understood as a resilient reaction of the most underprivileged sections of society, especially women. The study sought to analyze gender relations in their connection with the dynamics of informal labor in Guinea-Bissau. For this reason, it has highlighted the role of '*bideiras*' work in the struggle for financial independence and, subsequently, in the fight against illiteracy and the pursuit of higher education for their children. In the context of methodology, a qualitative approach was used, with field work and interviews carried out in different cities in different regions of the country, which allowed an in-depth analysis of the reality of women in the informal sector. The research revealed that the informal work carried out by Guinean women (Guinea-Bissau) plays a fundamental role in Guinea Bissau's development, but is profoundly invisibilized and undervalued, demanding a coordinated effort involving the entire structure of the country (government, companies and civil society organizations). This includes promoting formal and secure employment, strengthening labor regulations, investing in education and vocational training, eliminating gender discrimination and encouraging economic diversification.

Key words: Guinean women (Guinea Bissau). Informal labor. Resistance.

LISTA DE TABELA/GRÁFICO

Tabela 1: Percentual de grupos majoritários que ocupam a cada região do país.....	21
Gráfico 1: Taxa de matrícula no ensino primário por sexo e residência e índice de paridade rapariga/menino nos níveis de estudo, Guiné-Bissau, 2017/18.....	30
Gráfico 2: Repartição de abandono em % de abandono precoce e % de abandono sem qualificação de S. de Educação e Formação.....	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados básicos das entrevistas.....	14
Quadro 2: Perfil das bideiras.....	80
Quadro3: Perfil das(os) filhas(os).....	81
Quadro 4: Perfil dos responsáveis da câmara.....	81
Quadro 5: Perfil dos homens que vendem no mercado.....	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Guiné-Bissau mostrando as fronteiras internacionais e as regiões com suas capitais e capital nacional	16
Figura 2: Mulheres africanas feministas guineenses	24
Figura 3: Trabalhadores da agricultura de Guine Bissau	38
Figura 4: Trabalhadores de Guine Bissau na cultura do arroz	38
Figura 5: Lumo de Timbo (Cátio).....	57
Figura 6: Lumo de Mansaba.....	57
Figura 7 Feira de Chapa/Bandé/Caracol.....	74
Figura 8 Mercado Central.....	74
Figura 9 Produção de Arroz.....	76
Figura 10 Mercado Central de Catió.....	76
Figura11 Praça de Cacheu.....	78
Figura 12 Mercado municipal de Cacheu.....	78
Figura 13 Açougue da feira de Bafatá.....	79
Figura 14 Dentro da feira de Bafatá.....	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CMB— Câmara Municipal De Bissau

UNILAB—Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

RH— Recursos Humanos

BIH— Bacharel Interdisciplinar em Humanidades.

PIB— Produto Interno Bruto

CPLP— Comunidade de Países Da Língua Portuguesa

PALOP— Países Africanos da Língua oficial Portuguesa

CEDEAO— Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

PAIGC— Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde

UDEMU—União Democrática das Mulheres

INE— Instituto Nacional de Estatística

CLT—Consolidação das leis do trabalho

ANP— Assembleia Nacional Popular

OIT—Organização Internacional do Trabalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA REALIDADE GUINEENSE	17
1. Guiné-Bissau: uma introdução.....	17
1.1 Localização geográfica, demografia e população.....	17
1.2 Contexto histórico.....	18
1.3 A organização cultural e social dos grupos étnicos na Guiné-Bissau.....	22
2. A mulher guineense e suas lutas	25
2.1 Mulheres na luta de libertação.....	25
2.2 A luta pela educação e representação política.....	31
2.3 Economia e trabalho na Guiné-Bissau.....	39
CAPÍTULO II. O TRABALHO INFORMAL EM GUINÉ-BISSAU	46
1. O trabalho informal e seus significados.....	46
2. Contexto, desafios e impactos do trabalho na Guiné-Bissau.....	52
3. Os rumos e a informalidade do trabalho em Guiné-Bissau.....	58
4. A inserção das mulheres no trabalho informal.....	64
CAPÍTULO III. MULHERES, FAMÍLIA E INFORMALIDADE	70
1. As feiras visitadas em Guiné-Bissau.....	70
1.1 Bissau.....	70
1.2 Catíó.....	72
1.3 Cacheu.....	74
1.4 Bafatá.....	76
1.5 Perfil das entrevistadas.....	78
2. A realidade cotidiana das <i>bideiras</i>	80
2.1 Dificuldades enfrentadas.....	80
2.2 Conflitos e estratégias de resistência.....	84
3. Gênero e trabalho.....	89
3.1 O trabalho das mulheres na sociedade guineense.....	89
3.2 A busca pela independência através do trabalho informal.....	93
3.3 Erradicação do analfabetismo e promoção da educação através do trabalho informal.....	100
3.3.1 A perspectiva das filhas e filhos das bideiras.....	100
3.3.2 Educação e libertação.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
Referências bibliográficas	113
ANEXOS	120
1. Questionário da pesquisa em crioulo.....	120
2. Questionário traduzido.....	121
3. Imagens da pesquisa de campo.....	123

INTRODUÇÃO

Nasci e cresci na cidade de Bissau e a grande parte do meu alicerce familiar trabalha com o comércio informal, isto é, desde a minha bisavó e minha avó, que hoje não estão mais entre nós, até minhas tias e mãe, todas trabalham ou trabalhavam nesse tipo de comércio. Mas a minha maior inquietação começou em 2004, quando estudava no ensino fundamental, na escola Patrice Lumumba, que fica na capital do país. Minha mãe vendia legumes no mercado Titina Síla¹, situado próximo do colégio em que frequentava todos os dias, no momento do intervalo da aula eu ia para o mercado, a fim de ganhar dinheiro da mão dela para comprar lanche.

Nesse horário, encontrava muitos alunos ali, não só aqueles que estudavam no colégio no mesmo nível que eu, mas também, alguns do ensino médio e até mesmo os estudantes das universidades. Sempre que chegávamos lá, encontrávamos as mulheres numa briga com os agentes de Câmara Municipal de Bissau (CMB), argumentando que os seus lugares haviam sido repassados para outras pessoas, pois os agentes da CMB tomavam a decisão de reduzir os respectivos espaços sem consultar as mulheres.

Essa briga constante começou a me inquietar e sempre me perguntava: Por que os agentes da câmara faziam isso? Havia um conflito de realidade, pois as mulheres pagavam por seus lugares, então qual o motivo para reduzir os espaços que foram passados para elas pela mesma Câmara? Naquela época, mesmo sendo uma criança, eu já tinha noção do quanto esse trabalho é importante, mas não conseguia colocar essa minha inquietação, pois como aluna daquela escola que buscava o dinheiro para o lanche, meu olhar era só como filha de uma das feirantes que passava por aquela situação constrangedora.

Essa inquietação nunca foi deixada de lado, até minha chegada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), sem deixar de mencionar que chegar até a Unilab só foi possível porque a minha tia, que estava no Brasil, filha de uma *bideira*,² se empenhou tanto para que eu saísse da Guiné-Bissau, mesmo estando no 3º ano do curso de gestão de Recursos Humanos (RH), ela alegava que as pessoas que estudavam

¹ Uma das heroínas que lutou para libertação do país, foi assassinada no dia 30 de janeiro de 1973 pelos portugueses no rio Farim. Ela sofreu uma emboscada quando ia participar do funeral do Amílcar Cabral. desde então, 30 de janeiro se tornou dia das mulheres guineenses.

² Nome dado às mulheres que trabalham com comércio informal.

fora conseguiam emprego mais rápido, quando retornavam, devido ao currículo ficar bem rico. Ela me inscreveu no processo seletivo para estudantes estrangeiros da Unilab, onde fui aprovada no curso de Bacharel Interdisciplinar em Humanidades (BIH).

Ao longo da minha estada na Unilab, tal lugar que me tornou questionadora da minha existência enquanto pessoa no mundo, tive prazer de cursar disciplina de Metodologia e como trabalho final, tinha por obrigação desenvolver um pré-projeto para obtenção da nota final da disciplina.

A partir daí surgiu a ideia de sistematizar a minha inquietação como acadêmica e formadora de opinião, ou seja, colocar em prática a ideia de como fazer com que as vozes dessas mulheres que sempre foram importantes para sociedade guineense, porém silenciadas, não só pelo fato de estarem naquele lugar inferiorizado, mas também por serem mulheres, fossem conhecidas e reconhecidas pelos outros?

Assim surgiu o meu tema de pesquisa, que começou pequeno para obtenção da nota final, sendo que depois fiz alguns ajustes e apresentei como projeto, em 2018, para alcance do título de Bacharel. Mas ao longo das minhas leituras bibliográficas percebi outra coisa que me chamou bastante atenção e essa preocupação só veio a ser confirmada após as entrevistas que realizei para elaboração do artigo. Nessas entrevistas, percebeu-se que a maioria das mulheres que atuam no setor informal, tem preocupações ligadas com a educação das(os) filhas(os), sobretudo para aquelas que não têm formação acadêmica completa. O maior desejo dessas mulheres é ver os filhos formados no ensino superior e assim, não passarem por aquilo que elas passaram ao longo da vida.

Numa tarde em que estávamos a trocar experiências acadêmicas com as colegas de Faculdade, falávamos sobre o papel da mulher na sociedade guineense. Ao longo desse diálogo, muitas colegas afirmaram que chegaram ao Brasil graças ao apoio das suas mães, que trabalham no setor informal, e, sobretudo, com a venda dos seus produtos, conseguiam pagar as documentações e as passagens de avião das suas filhas. Logo, percebi que o trabalho das mulheres guineenses, isto é, a venda informal deixou de ser apenas importante somente para o setor da economia, mas está contribuindo massivamente para a redução do analfabetismo, e para o desenvolvimento do país. Portanto, entendi o quanto é importante continuar a desenvolver a minha pesquisa, não somente com o foco na economia, mas sim, trazer também um olhar sobre a redução do analfabetismo, que o trabalho informal dessas mulheres proporciona.

Hoje, no mestrado, tenho plena noção que esse trabalho, assim como outras escritas sobre a temática e trajetória dessas mulheres poderá chegar no lugar mais alto na academia. Enquanto elas estão lutando sol a sol, sendo protagonistas das suas trajetórias e (re)existindo todos os dias, principalmente naquele espaço, eu, enquanto filha do mercado informal e pesquisadora, posso fazer com que os gritos silenciados por um Estado presente, mas omissos, sejam levados e conhecidos por muitos.

Por isso, a principal ideia nesta dissertação é compreender o envolvimento das mulheres guineenses no mercado informal suas lutas e perspectivas, pois o trabalho informal realizado pelas mulheres tem sido um caminho para a luta contra a pobreza, já que estar nesse mercado auxilia na sobrevivência e na sustentação das famílias em termos de educação, alimentação, saúde, vestuário e, ainda, para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Sem falar na importância da busca por visibilizar a luta diária de cada uma, destacando suas visões de mundo, as suas estratégias e os seus esforços para beneficiar a família, propiciando a oportunidade de acesso à educação para muitas gerações que vierem depois delas.

Desde sempre as mulheres guineenses colaboraram na edificação do país, gerando grande impacto na sociedade guineense, não só sendo domésticas³ ou mães, mas também como mulheres que são capazes de gerar a sua autonomia financeira e, simultaneamente, sendo donas de suas famílias, e assim tendo liberdade. Porém, leva-se em conta a baixa inserção das mulheres no sistema do ensino comparado com a dos homens.

A mulher guineense sempre teve um papel importante no desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau e atualmente, além das outras formas de contribuição, as mulheres *bide⁴ra* em vários espaços do país têm um papel fundamental no sustento das famílias, educação dos filhos e no funcionamento ativo da economia guineense. O trabalho informal, além de ser o principal meio para abastecer os mercados na Guiné-Bissau serve como principal setor que contribui para erradicação do analfabetismo no país devido a contribuição do trabalho das mulheres em manter os filhos nas escolas com mensalidades e mantimentos escolares.

As mulheres *bideiras* enfrentam dupla jornada de trabalho, o trabalho não se resume apenas em vender nas feiras, mas cuidar da casa e dos filhos, deixar a casa em ordem, as suas jornadas de trabalho começam cedo e na maioria das vezes acordam mais cedo que todos para chegarem cedo no mercado e conseguir os produtos frescos. E quando têm que viajar para o

³ Termo usada para denominar as donas de casa.

⁴ A forma como as mulheres do mercado informal são chamada

*lumu*⁵ essa jornada começa mais cedo ainda e termina mais tarde. Vale ressaltar que nem todas as badeiras são mães, mas mesmo assim a vida gira em torno de acordar cedo, arrumar a casa, ir procurar os produtos para vender e para aquelas que ainda estudam, controlar a hora das aulas.

Nos últimos 20 anos, o que tem auxiliado no desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau é a economia informal. Em um cenário com diversas instabilidades militares, político-econômicas, dificuldades e atrasos em salários desta economia, o que acaba por caracterizar este país, diante dessas incertezas que define o estado guineense, o trabalho das mulheres tornou-se fundamental para a construção econômica mais viável e mais rentável para o estado guineense. O setor apresenta um fluxo de rendimento muito alto e que contribui no PIB do país. Pois além da economia esse setor têm auxiliado no desenvolvimento das outras áreas, como a educação, turismo e transporte,

Muito embora existam alguns estudiosos(as) africanas(os) que analisam essa categoria da feminização do trabalho, esse estudo tem um diferencial porque está voltado para as mulheres que trabalham com comércio informal. No entanto, a pesquisa não se limita só no espaço que elas trabalham, mas o impacto do trabalho delas na economia e na erradicação do analfabetismo, de como se dá essa troca de sair para comprar produtos em outros países e quais são os desafios encontrados nesse processo.

Apesar das mulheres fazerem parte dessa dinâmica de compra de mercadorias, elas estão longe de serem representantes do capital, porque o trabalho delas não é reconhecido dentro da estrutura das literaturas mais ortodoxas do capitalismo, mesmo estando dentro dessa dinâmica.

Salientando que essas mulheres não se preocupam com o lucro, e pode-se inclusive chamá-las de vítimas do capitalismo porque são revendedoras, ou seja, pode-se dizer que desempenham uma função gratuita (trabalhadoras gratuitas), gratuita porque na medida que elas compram esses produtos e os revendem, dão abertura para o capitalismo, porém não com objetivo de lucro.

Um exemplo disso, são as entradas dos Senegaleses no território guineense, que se tornam empresários onde essas mulheres compram esses produtos deles para revenderem. Então, essas mulheres não se enquadrariam no termo empresárias, uma vez que dificilmente empregam outras pessoas, pois acabam trabalhando com membros que fazem parte da família, que com esse trabalho também se sustentam.

⁵ são feiras organizadas semanalmente ou mensalmente em diferentes regiões do país

Dentro desta estrutura, diversos termos podem apresentar a forma como essas mulheres empreendedoras se enquadram, tais como microempreendedoras, pequenas empreendedoras e empreendedoras por necessidade. Essas designações são apropriadas, uma vez que boa parte delas entra no setor informal devido a situações financeiras adversas.

Seguindo o estudo, um aspecto explícito desse contexto de informalidade é a prática de estabelecer relações de venda baseadas na confiança recíproca. Mesmo quando um cliente não dispõe de dinheiro para adquirir o produto que deseja, essas mulheres, devido à afinidade estabelecida com o passar do tempo, escolhem fornecer os produtos, deixando que o pagamento seja realizado em momento posterior. Essa ação pode ser comparada a um empréstimo (também conhecido popularmente como "fiado"), há uma certeza na palavra da cliente.

Vale destacar que esses acordos não se limitam apenas aos produtos, mas incluem também empréstimos em dinheiro. Fica evidente que a oralidade ainda cumpre um papel fundamental nas sociedades africanas, onde confiança e a palavra têm um valor inestimável. Essa prática explana como a economia informal se baseia em relações sociais e na confiança mútua, comprovando a resiliência e a adaptabilidade das empreendedoras.

Segundo Hampaté Bâ, nas tradições africanas, a fala que tira do sagrado o seu poder criador e operativo, se encontra em relação direta com a conservação ou com a ruptura do mundo que o cerca (BÂ, 2010).

Por esses motivos nas sociedades orais tradicionais consideram a mentira uma verdadeira lepra moral. Na África tradicional, aquele que falta a palavra mata sua pessoa, civil, religiosa e oculta. Ele se separa de si mesmo e da sociedade. Seria preferível que morresse, tanto para si próprio como para os seus (BÂ, 2010, p. 174).

Mesmo revolvendo com a economia, elas estão sempre preocupadas com a renda familiar, o que se chama de economia familiar, que está mais para garantir o sustento da casa e da família. O que Vaz e Hita⁶ denominam de “reprodução social”, pelo fato de realizarem esse trabalho sem pretensão do lucro, mas dentro desse meio ainda permite essa troca social criando assim um laço de solidariedade não só entre elas, mas também com aqueles que vêm de fora para comprar os produtos.

⁶ VAZ, Paulo Gomes; HITA, Maria Gabriela. Circuito de Mercadorias e Identidades Africanas em Movimento: Reprodução social das Mulheres Angolanas e Guineenses no Comércio Retalhista África- Brasil- China e Sudeste Asiático. *Cadernos de África contemporânea*, v. 1, p. 108-133, 2018.

Pesquisa se assenta numa abordagem qualitativa, já que o objetivo principal da pesquisa é compreender a atuação das mulheres guineenses no mercado informal. O objeto do estudo em questão, precisa de uma abordagem mais exploratória e aprofundada para a compreensão do fenômeno. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa qualitativa não se preocupa com os números, mas sim entender toda a estrutura de um grupo social, de uma organização, entre outras. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Diferentemente das Ciências Exatas, nas Ciências Humanas quando um pesquisador inicia a sua pesquisa é necessário a definição de um objeto claro e preciso. Segundo Martins (2004) "ao verificar na história da sociologia, a mesma revela que esse campo do conhecimento sempre se caracterizou pela necessidade de definir seu objeto de forma clara e precisa, assim como entender como funcionam os critérios da ciência e os estudos sociológicos". Já que a Sociologia sempre questiona os acontecimentos dentro da própria ciência e fora dela, então é fundamental apresentar os caminhos.

Conforme indicado no Quadro 1, foram realizadas entrevistas a partir de roteiros semiestruturados, formando um total de 36 entrevistadas(os), com mulheres que trabalham no setor informal, aquelas que vendem nas feiras, filhas(os) dessas mulheres, de todas(os) envolvidos nas pesquisas tinha faixa etária entre 15 e 86 anos, de diferente grupo étnico. Vale ressaltar que todos os nomes usados são fictícios. Entre as entrevistadas tinha aqueles que são mães e outras não, mas os objetivos eram os mesmos e na maioria das vezes o lugar onde elas vendem são herdadas de geração a geração. E muitas vezes as (os) filhas(os) tem que ajudar a mãe quando está tem algo para fazer, mas acabam herdando esse lugar depois para complementar a renda ou para aquelas que não conseguem um emprego o espaço que era da mãe já fica com a pessoa.

[...] estudo á tarde, no Agostinho Neto⁷ 10^a classe⁸, mas quando acordo de manhã tenho que vir para feira, já que nesse horário a minha mãe está no Caracol⁹, eu tenho que ficar na mesa, o dinheiro que tiro nesse horário ajuda a garantir "djanta"¹⁰, nem sempre chega, mas quando não dá a minha mãe completa assim que ela chegar na feira. Quem fazia isso era minha irmã mais velha, ela ajudava a minha avó, mas depois que ela entrou na faculdade de

⁷ Uma das escolas do País.

⁸ Primeiro ano do ensino médio.

⁹ Feira onde as feirantes costumam ir comprar produtos para revender.

¹⁰ Almoço.

medicina tem que estudar muito o tempo não dá e a minha avó faleceu em 2021 e a minha mãe passou a mesa dela para minha tia e ficamos com a mesa da minha avó. Acho que quando eu entrar na universidade ou ir estudar fora quem vai ajudar a minha mãe será meu irmão¹¹.

A escolha da entrevista como técnica se deu ao fato que a entrevista permite uma aproximação entre o pesquisador(a) e a entrevistado(a) e essa aproximação ou interação é indispensável para um bom resultado na pesquisa qualitativa. Para Gil apud Batista (2017), “Os profissionais que tratam de problemas humanos tais como psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais entre outros, valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação. Ou seja, parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas se deu graças à utilização da entrevista”. E durante a realização das entrevistas surgiu uma necessidade incorporar alguns homens que trabalham nesse setor, para analisar a percepção deles nesse espaço dominado pelas mulheres. As entrevistas foram realizadas em diferentes regiões da Guiné-Bissau, e os roteiros das entrevistas foram elaborados em duas versões, uma na língua Crioula que é a língua nativa da população guineense, ou seja, a língua nacional já que a maioria da população fala crioulo e isso permite uma maior interação, e o segundo roteiro foi feito na língua portuguesa. Vale ressaltar que foram elaborados 3 roteiros, o primeiro foi aplicado com as(os) filhas(os) das mulheres envolvidas na pesquisa, segundo roteiro foi feito com as pesquisadas e o terceiro e último roteiro foi feito com os homens que trabalham no mercado informal.

Importante destacar, que nem todas as entrevistas foram realizadas presencialmente. As primeiras, com as(os) filhas(os) das trabalhadoras, ocorreram remotamente pelo Google Meet, pois esses entrevistados(as) se encontravam na diáspora. As outras entrevistas foram realizadas presencialmente na língua crioulo e nos espaços escolhidos por elas, por isso a grande parte foi feita nas feiras, no local de trabalho, uma vez que a maioria passa o dia inteiro na feira, lugar que elas denominam de "meu gabinete".

Quadro 1 – Dados básicos das entrevistas

Entrevista	Nº	País	Cidade
------------	----	------	--------

¹¹ Entrevista concedida pela Bloni no dia 6 de agosto de 2023 na feira de aeroporto em Bissau

Mulheres	20	Guiné-Bissau	1. Bissau 2. Cátio 3. Cacheu 4. Bafatá
Filhas(os)	10	Guiné-Bissau Portugal Brasil	// // // // 1. Lisboa 2. São Paulo 3. Bahia 4. Fortaleza
Homens	06	Guiné-Bissau	5. Bissau 6. Cátio 7. Cacheu 8. Bafatá

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Com o objetivo de analisar esse conjunto de questões, o presente estudo divide-se em três capítulos e subseções organizadas na seguinte ordem:

No primeiro capítulo trouxemos a contextualização histórica e geográfica do país e discutimos sobre a economia e o trabalho na Guiné-Bissau e isso culminou com a importância de trazer a participação das mulheres na luta de libertação e na construção Guiné-Bissau como estado nação e suas lutas para representação política e nos cargos de grandes prestígios.

No segundo capítulo, que também tem suas respectivas seções, discutimos teoricamente os conceitos de trabalho informal trazendo assim alguns estudiosos que falam sobre esse conceito, como Aste (2021), Calixtre (2011) e Lopes (2014). E com isso, foi possível analisarmos o processo de desvalorização do trabalho, visto que seguindo essa teoria foi possível entender outros conceitos e o modo como a informalidade opera.

nos tópicos subsequentes será possível trazer o *lumpus* e a informalidade na Guiné-Bissau um conceito que a própria informalidade criou a fim de movimentar o comércio. Dentro dessas seções está incluso a análise da inserção das mulheres no trabalho informal.

No terceiro e último capítulo, se discute gênero e trabalho, focando em analisar as entrevistas e os dados coletados para fazer a ponte e entender a busca de independência através do trabalho, e como o trabalho informal realizado pelas mulheres colaborou na erradicação do analfabetismo no país. Para atingir os objetivos principais esses são os caminhos que se pretende percorrer.

CAPÍTULO I. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA REALIDADE GUINEENSE

Neste capítulo será apresentado o contexto da localização geográfica, histórica, e cultural da Guiné-Bissau, para fazer diálogo com a pesquisa e assim permitir que leitor(a) possa conhecer a realidade de onde o estudo foi realizado.

1. GUINÉ-BISSAU: UMA INTRODUÇÃO

Ao analisar os aspectos introdutórios da realidade guineense, é fundamental contextualizá-la geograficamente e historicamente, destacando sua organização sociopolítica e sociocultural., pois quando se deseja estudar países africanos e do sul global, se vê uma necessidade de trazer esses contextos, já que sempre são vistos de uma forma pejorativa e com estereótipos, diferente dos países considerados do primeiro mundo, ou seja, países mais desenvolvidos.

1.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, DEMOGRAFIA E POPULAÇÃO

Localizado geograficamente na costa ocidental da África, a Guiné-Bissau possui uma superfície total de 36.125km². O país faz fronteira na zona norte com o Senegal, sul com a Guiné-Conacri e oeste, banhado pelo Oceano Atlântico. A falta de censo demográfico nos últimos dezesseis anos dificulta acesso aos dados estatísticos do país, e isso acaba influenciando negativamente a obtenção dos dados populacionais, assim como nos mapeamentos no índice do desenvolvimento humano, ou seja, torna-se difícil ter dados exatos para conseguir identificar regiões com maior nível de pobreza ou desenvolvimento. Nesse caso, é extremamente indispensável a realização de um censo demográfico, pois o último feito na Guiné-Bissau foi realizado em 2009.

De acordo com relatório da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), atualizado em 2018, a Guiné-Bissau possui cerca de 2.116. 506 (dois milhões cento e dezasseis mil quinhentos e seis) habitantes. Administrativamente o país é composto por oito regiões e um setor autônomo, nomeadamente a região de Cacheu, Oio, Biombo, Quinara Tombali, Bolama, Bafatá, Gabu e setor autônomo de Bissau. Enfatiza-se que a região de Bolama denominado o arquipélago dos Bijagós, é formado por mais de 80 ilhas onde somente 33 são habitadas. A Guiné-Bissau tem clima tropical (quente e úmido), com duas estações do ano: seca e chuvosa¹². É um país da língua oficial portuguesa, integrado em várias organizações internacionais, tais

¹² A estação chuvosa inicia em maio e vai até primeira semana de novembro, enquanto que a estação seca inicia em novembro até abril.

como, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e outras organizações que congregam países africanos (MARTINS, 2018).

Figura 1 - Mapa Guiné-Bissau mostrando as fronteiras internacionais e as regiões com suas capitais e capital nacional.



Fonte: Retirado de (MAPSOFWORLD, 2014).

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO

O território hoje chamado de Guiné-Bissau é constituído por diferentes grupos étnicos, e cada um deles possuem suas culturas e organizações políticas próprias, contudo também apresentam algumas semelhanças. Nesta perspectiva, Benzinho & Rosa (2018) mostram que os primeiros vestígios de presença humana neste território foi 200mil anos a.C., mas os registos históricos mais evidentes datam 3º milénio a.C. com a chegada dos povos do deserto de Sahara ascendentes dos atuais grupos étnicos do litoral das ilhas da Guiné-Bissau.

No meado do século XV como nos demonstra Silva (2018), enfatiza-se que esse primeiro contato entre os nativos guineense com os portugueses era e ainda é apresentado na historiografia guineense e internacional como o período da descoberta da Guiné-Bissau por parte dos portugueses. Essa narrativa tornou-se oficial e constituí a base da história política da

Guiné. Vale ressaltar que as narrativas sempre criam representações e essas moldam os processos de sociabilidade de certo povo. No caso exposto, o termo “descobrimento” é mais uma farsa da epistemologia colonial de tentar justificar a sua invasão ao continente africano, porque, o conceito de descobrimento está atrelado a descoberta de algo que nunca tinha existido, ou seja, algo novo. Neste caso específico, a dita “descoberta” não se aplica, mas sim, seria melhor trocamos o termo descobrimento para o termo invasão, que representaria o fato real. Como é que se descobre uma coisa que já se encontra naquele espaço?

Os africanos tiveram os seus territórios invadidos pelos europeus. Porém, em cada contexto havia modos de proceder distintos, principalmente no que se refere a questão de governo (autoridade política). A imposição colonial teve o seu verdadeiro início após a Conferência de Berlim, realizada entre 1884 e 1885, com intuito de discutir a apropriação do continente africano e evitando conflito entre essas potências. Enfatiza-se que a política expansionista europeia que intitulavam de “missão civilizadora”, era uma forma de camuflar o verdadeiro motivo, a questão econômica. No decorrer da invasão no continente africanos havia diferentes políticas adotadas pelos europeus, em que alguns grupos desempenhavam funções de materialização do objetivo principal. Nesta perspectiva, Acosta-Leyva (2016) destaca três grupos e os denominam de “três M’s” de Ki-Zerbo, missionários, militares e mercadores.

No primeiro momento da entrada europeia na África, vieram os missionários e construíram igrejas, tendo o objetivo de “civilizar” os africanos e fazê-los acreditar que os seus deuses eram feitiçaria e bruxaria. Em seguida, os missionários construíram escolas para influenciar os africanos que a cultura europeia era melhor e superior. E no terceiro momento, os militares travaram diversos conflitos com os nativos com intuito de materializar o objetivo de ocupação efetiva após a conferência de Berlim. Os mercadores podiam negociar diretamente com os indivíduos, que é uma característica do capitalismo.

São notáveis os problemas causados pela colonização com ideia da inferiorização das raças, usando o branco como a salvação e que a raça negra precisava ser salva do mal da negritude e isto culminou com os problemas sociais vistos na atualidade. Nesta ótica, segundo Fanon (2008, p. 66),

"[...] essa atitude perpassa o psicológico do indivíduo, por meio de uma manipulação branca: Qualquer que seja o domínio considerado, uma coisa nos impressionou: o preto, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica".

Entretanto, para sua efetivação no continente africano, a imposição do sistema administrativo colonial foi caracterizada por uso brutal da violência, tanto física, assim como psicológica. Em todos os seus aspetos, os africanos foram vítimas de uma destruição. Os sistemas políticos, de sociabilidade, econômicas e culturais foram desestruturados com a intenção de impor nas sociedades dominadas a cosmovisão europeia com base em processos desumanos.

Os africanos tinham e, ainda continuam a ter, o seu modelo de organização política que, em maioria dos casos é regida pela norma costumeira (com base nas sucessões hereditárias ou sanguínea de um determinado grupo escolhido como representante de uma certa comunidade ou família). Estes modelos se apresentavam em duas formas: uns com forte hierarquização do poder e outros com baixa hierarquização do poder, ou seja, o poder não se encontra personificado numa pessoa. Em termos económicos, os africanos desenvolveram modelos de trocas comerciais entre diferentes regiões do continente, ao ponto de lhes possibilitar competir em pé de igualdade ou superior em relação a outros continentes.

O exemplo disso é do rei de Mali, Mansa Musa, que governou o império de Mali no século XIV, considerada a pessoa mais rica de todos os tempos¹³. A África desfrutava e ainda desfruta, apesar da exploração incalculável dos seus recursos, de uma vasta riqueza em todas as dimensões. Outrossim, o sistema cultural africano ainda continua a ser, apesar de ser desumanizado, um dos que tem contribuído para que haja humanismo entre as pessoas e sociedades.

Com o breve exposto, pode-se aferir que durante o período colonial, estas dimensões foram destruídas pelos europeus, não obstante os africanos conseguiram resistir e conservar as suas identidades. Para muitos, o processo colonial, ou seja, a ocupação do continente africano foi um processo bem tranquilo, sem resistência dos próprios africanos, que aceitaram a ocupação de braços abertos, pelo contrário, até 1835, 90% do território africano estava sob o controle das autoridades africanas. Segundo Rodney (1975), os próprios portugueses admitiram que os povos de Guiné-Bissau eram difíceis e mais negligentes, no ponto de vista de aceitarem algo, até mesmo do que Angola e Moçambique. Entretanto, os Bijagós, outro grupo étnico guineense, foi um dos povos mais difíceis de escravizar, pois nele encontrou-se bastante resistência.

¹³ MIOZZO, Júlia. **As 10 pessoas mais ricas da história**. InfoMoney (2015). Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/as-10-pessoas-mais-ricas-da-historia/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

O uso da arma de fogo desenvolvido pelos europeus entre 1800 e 1900 lhes permitiram obter um pouco mais de domínio no continente africano em termos de controle. Havia grande diferença entre as forças militares, além disso, os europeus contavam com seus aliados africanos, razão pela qual, possibilitou o maior conhecimento e penetração dos europeus e, também aproveitando dos conflitos internos entre Estados africanos. No entanto, pode-se considerar que o processo da colonização do continente africano e não só, como dizia Fanon (1968), teve como alicerce o uso brutal de todos os tipos de ações que caracterizam o conceito da violência.

No caso da Guiné-Bissau, não foge à regra do que foi mencionado acima, começou-se com a ocupação das margens litorâneas com intuito de desenvolver trocas comerciais, porém essas trocas comerciais foram um dos pontos cruciais para desestabilização das estruturas africanas e do sistema econômico. Além de promover a intriga entre os líderes políticos africanos.

É considerado importante ressaltar que, mesmo após a escravidão ter sido abolida, os portugueses continuaram no território de Guiné-Bissau com intuito de continuar a sua dominância e a opressão, obrigando os nativos a pagarem impostos. Para Quijano (2005):

[...] esse movimento de controle é vivenciado de forma ainda mais abrangente: “como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento (Quijano, 2005, p. 121).

Na Guiné-Bissau, a intensificação da ocupação efetiva começou com a dita “Campanha de Pacificação” que, no nosso entender, é a violação do espaço e da cultura de um determinado povo. Esse processo, segundo os estudiosos da temática foi muito violento e sangrento de ambas as partes. Porém, culminou com a ocupação efetiva e à alteração do quadro normativo vigente dos africanos e conseqüentemente com a introdução das regulamentações europeias sem levar em consideração o contexto local.

A implantação do regime colonial no continente africano enfrentou forte resistência por parte dos nativos. Na década de 50 surgiram diversos movimentos revolucionários na África com intuito de reivindicar a independência total dos seus respectivos países. No caso da Guiné-Bissau, podemos destacar o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC)¹⁴, que surgiu na década de 50 e foi o movimento que liderou a luta armada contra o

¹⁴ O PAIGC foi criado na Guiné-Bissau no dia 19 de setembro de 1956, por Amílcar Cabral, Aristides Pereira,

regime colonial português que teve duração de 11 anos da luta, culminando com a independência do país em 1973. A independência do país nesse período histórico lhe fez Segundo Cateia *et al*, (2018) a ser o primeiro país independente entre os países da colônia portuguesa na África.

1.3 A ORGANIZAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DOS GRUPOS ÉTNICOS NA GUINÉ-BISSAU

O país é constituído por uma parte continental e acerca de 88 ilhas do arquipélago dos Bijagós, separado do continente pelos canais do rio Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque. “A parte continental é formada por uma planície costeira e uma zona interior planáltica. A planície costeira é semi-pantanososa possuindo planícies baixas com largos estuários (AUGEL, 2007).

A zona interior é formada por planaltos poucos elevados, podendo distinguir-se duas zonas de transição que conduzem a dois pequenos planaltos, Bafatá e Gabú, e a zona de colinas com as maiores altitudes do país (cerca de 300m), na região de Boé. Possui mais de 30 grupos étnicos, com uma maioria em cada região, e apesar de todos os grupos estarem dispersos em vários locais do país, ainda assim, cada região vai ter a predominância de um grupo étnico, devido ao quantitativo maior.

Tabela 1 - Percentual de grupos majoritários que ocupam a cada região do país

REGIÃO	POPULAÇÃO-%	SUPERFICIE-%	ETINIA
--------	-------------	--------------	--------

Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin e acabou legalizado quatro anos depois, quando foi sediado em Guiné-Conacri. Seu objetivo era lutar e conquistar a independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. De 1956 a 1959 o PAIGC formulou estratégias para lutar contra o colonialismo português. Esta fase serviu de ponto de partida para sucessivos movimentos que eliminariam duas décadas depois o colonialismo. A atividade de Cabral havia sido concentrada nas cidades. Em 1959, com o massacre de Pindjiguit (onde começaram as revoltas dos estivadores em função do trabalho brutal que eles desempenhavam), em função de greve dos estivadores do mesmo porto organizados por ele próprio, espalharam-se jovens por diferentes partes da região, ensinando à população que não poderia ser livre e alcançar seu objetivo de independência, sem lutar contra o colonialismo português. Em 1963, o partido já havia conseguido mobilizar uma quantidade significativa da população e, em janeiro do mesmo ano, começa a luta pela independência. Segundo Canale e Buahen (2010), o número dos militantes que aderiram ao movimento de libertação nacional aumentou de 1.000, em 1961, para mais de 30.000, em 1967, fator este que foi extremamente positivo para o PAIGC alcançar o controle de mais de dois terços do território em 1967, não obstante as ofensivas portuguesas possibilitadas pelo apoio da OTAN.

			MAJORITÁRIA-%
Bissau	15,0	2,4	Mista/Crioula
Biombo	7,4	-	70 (pepel)
Oio	17,7	16,0	80 (balanta)
Bafatá	15,1	18,0	75 (Pheul) Fula
Gabú	13,6	26,0	85 (Pheul) Fula
Tombali	7,0	10,0	50 (Balanta)
Quinará	4,5	9,0	50(Balanta)
Bolama	3,3	5,0	80 (Bijagós)
Cacheu	17,2	14,0	65 (Manjacos)

Fonte: Adaptado Jauará, mimeo. (UFMG, 1991).

A Tabela 1, refere-se aos grupos majoritários que ocupam a cada região do país, os outros que não apareceram, é porque são muitos pequenos que habitam uns determinados aldeias ou setores do país. Os grupos étnicos em Guiné-Bissau, são divididos em dois grupos, devido as suas tradições culturais, uns que possuem as estruturas horizontais e outros verticais que tem umas estruturas hierarquizadas.

Segundo Jauará (2005), os grupos nativos (filhos da terra) do território conhecido hoje como a Guiné-Bissau, são 55% da população no país, que possuem características comuns, em forma de organização (comunitária) e tradições, com uma estrutura de poder do tipo clânico (horizontal) e uma estratificação social etária relevante (etnias bijagós, balantas, felupes).

Dentro dessa percentagem tem aqueles que o autor vai denominar de intermediários (etnias Manjacos, Pepéis, Brames ou Mancanhes etc.), porque mesmo possuindo a forma de organização tradicional horizontal vão ter uma figura que é regulo (Reis). Enquanto nos outros, como balanta por exemplo, a figura mais velha na comunidade, tem a função de mediador de conflitos, mas sem a figura hierárquica que os grupos intermediários têm. Todos esses grupos ao mesmo tempo que possuem algo em comum no formato de organização social, vão se diferenciar nas questões tradicionais mais específicas.

O exemplo de rito de iniciação dos Pepéis, é a tradição de como se configura a forma que representa quando se atinge a fase adulta, independentemente da sua idade. Apesar de considerarem os(as) mais velhos(as) como anciões da comunidade, a faixa etária não é o

principal meio para conquistar o respeito, mas sim Rito de Iniciação (*fanado*)¹⁵. As mulheres também passam pelo outro processo de iniciação chamado de *Mari*, que está ligado ao casamento tradicional.

Enquanto grupo étnico Balanta, que está organizado também de forma clânica, não possui a estrutura hierarquizada o rito de iniciação para chegar na fase adulta se faz na idade adulta, diferente dos Pepéis, que pode ser até na fase de juventude. Os Balantas possuem diferentes fases, que vão cumprindo até chegar no final, que é rito de iniciação, que vai proporcionar o respeito e o direito de opinar perante uma reunião de comunidade ou aldeia. As mulheres passam também pelo mesmo processo de iniciação na tradição, onde aprendem com aquelas mulheres mais velhas da comunidade que são denominadas de anciãs, onde estas partilham suas experiências com as mais novas é nomeada de *B`Iden*.

E outros grupos étnicos no país que contém uma estrutura vertical, compõem 40% da população do país. Não considerados nativos pelo autor, porque vieram no século XIII, XIV e XVIII do Mali e Futa Djalo conhecido hoje como Níger, antes da invasão colonial dos europeus ao continente africano. E foram influenciados pela cultura, letramento e religião árabe, que são mandigas (malinké, mande, diula, bambarra etc.) fula (Pheul, Fulani) (JAUARÁ, 2005). Os dois grupos possuem as mesmas características organizacionais e de poder, que segue em forma de escala. Os núcleos familiares são chefiados por membros mais influentes da família e a estrutura do poder vai seguir em forma hierarquizados, organizado segundo os critérios profissionais como: guerreiros, sacerdotes, griots, ferreiros, sapateiros, curtidores de pelo, tecelões, escultores etc.

Com toda essa diversidade étnica, Guiné-Bissau possui um diferencial em relação outros países africanos que possuem vários conflitos e discriminação étnica, a Guiné sabe lidar com essa diversidade. Isso foi demonstrado durante a luta de libertação onde todos os grupos uniram em torno de um projeto, que é a libertação/emancipação da nossa sociedade do domínio da colonização portuguesa. Foi único país da lusofonia (país africano de língua portuguesa) que não negociou sua independência, foi recuperada na base do conflito, que unificou todos os grupos étnicos.

Para finalizar tal contexto, saliento que os grupos étnicos divididos segundo a sua forma de organização social, horizontal e vertical, mas cada grupo vai possuir algumas peculiaridades no que tange as linhagens, pois os Papéis são matrilineares. No caso deles, a figura da mulher

¹⁵ Circuncisão, vale ressaltar que todas etnias realizam esse rito.

é muito importante apesar de nunca ser o regulo (rei), enquanto os bijagós a figura da mulher pode ser líder de grupo. Já para os brames, balatas, fulas mandigas etc. são de linhagens patrilineares.

2. A MULHER GUINEENSE E SUAS LUTAS

Após de contextualizar o país é necessário abordar e analisar o lugar das mulheres na formação da Guiné-Bissau como estado nação, onde a mulher se encontra antes e pós-independência, quais papéis que desenvolveram na luta de libertação e quais papéis estão desenvolvendo atualmente pós-independência.

2.1 MULHERES NA LUTA DE LIBERTAÇÃO

As mulheres sempre tiveram um papel crucial na Guiné-Bissau. A partir dos tempos pré-coloniais, eram elas que cuidavam da família quando os homens não estavam presentes, da agricultura e educação infantil, e muitas lutaram na linha de frente com os homens criando estratégias e para elas era necessário que o país voltasse a ser dos guineenses comandado pelos próprios nativos, naquela época não precisava ser chamado para se juntar a causa, como relatou a entrevistada Maria, era ter consciência.

Minha filha não tinha isso de chamado, era ter consciência, não existia essa de sou dessa (raça ¹⁶) existia o dever de tomamos o nosso país de volta, no meu caso o que mais me motivou além do meu marido ir para Quebo¹⁷ lutar, era que o meu pai trabalhava para os portugueses, mas condição do trabalho não era bom, eu estudava na época, mas eu via meu pai sempre triste e casando, lembro que, quando meu marido disse que ia para Quebo eu não queria que ele fosse, porque era pouco tempo de casamento, mas ele falou para mim que se o país voltasse a ser de todos os guineenses, aí sim, o nosso casamento ia ser muito mais feliz, esse também foi um dos motivos (risos), foi difícil no início, chorei muito no começo, principalmente quando meu marido teve que sair de Quebo para Boe¹⁸ eu fiquei sem ele, mas não era só eu, tinha muitas mulheres lá também. Hoje vejo muitas pessoas falarem da luta, mas só nós sabemos o que foi essa luta, andávamos quilómetros, escondíamos munição nos putis¹⁹, hoje é bom lembrar.²⁰

¹⁶ A forma que os guineenses denominam a etnia, os guineenses raramente usam termo etnia, mas sim raça “eu sou dessa raça” significa eu sou dessa etnia

¹⁷ setor de Catió

¹⁸ Setor de Região do Gabú

¹⁹ Recipiente de barro onde colocam água.

²⁰Entrevista concedida pela senhora Maria no dia 24 de agosto na feira de Catió

No processo da luta já existia a necessidade das mulheres se juntarem para o fortalecimento entre elas e para lutar contra o machismo e o patriarcado, foi nesse sentido como afirma Mendes (2016), havia sido criada a primeira organização das mulheres, a União Democrática das Mulheres (UDEMU)²¹, em Guiné-Conacri no ano 1961.

Antes da independência da Guiné-Bissau já tinha sido criada a primeira organização das mulheres União Democrática das Mulheres (UDEMU) no seio do PAIGC cujos objetivos visavam promover a integração, igualdade e participação ativa das mulheres na tomada de decisões (MENDES, 2016, p.24-26).

Figura 2 - Mulheres africanas feministas guineenses



Fonte: Reprodução GBissau (2017)²².

Ao longo do período colonial, quando os homens que estavam ausentes, pois eram capturados para o trabalho forçado e transportados para regiões distintas, as mulheres desempenharam o papel de sustentar as suas famílias e garantir a sobrevivência delas, em um ambiente hostilizado e de colonização. No decorrer da luta de libertação nacional, as mulheres garantiram sua ativa participação, pois carregaram material bélico, cuidaram das plantações e alimentaram os guerrilheiros, e sem contar aquelas que lutaram na linha de frente com os homens. Mendes (2016) diz que para o crescimento social das mulheres guineenses, a luta pela libertação na Guiné-Bissau colaborou imensamente.

²¹ A primeira organização criada pelas mulheres guineenses no período da luta da libertação na Guiné-Conacri.

²² <https://www.pordentrodaafrica.com/cultura/titina-sila-e-uma-homenagem-as-feministas-guineenses>.

Para Cusna (2017), Amílcar Cabral, líder do movimento de libertação guineense, não vê a criação de um estado sem a emancipação feminina, ele acreditava na importância do papel das mulheres na luta da libertação e na construção nacional.

Em quase todos os seus discursos ele evidenciava o papel fundamental que as mulheres tiveram na revolução e projetava deste modo um papel importante das mulheres na construção nacional. O sucesso de qualquer tipo de transformação social, segundo a sua análise, consistia constatar de que forma a mulher participa no mais amplo processo de libertação da sociedade (CUSNA; 2017, p. 24.).

Na sociedade guineense, as mulheres são vistas, de forma preconceituosa, como incapazes de liderar, por serem consideradas excessivamente sensíveis e com baixa capacidade em termos de habilidades intelectuais. Por mais que uma mulher tenha formação acadêmica e deixe evidente a sua capacidade para assumir um determinado cargo, o sistema não lhe permite assumir o mesmo, pois a sua condição de ser mulher é relacionada com a ideia de uma fragilidade maior, que acaba por colocá-la em uma situação de total dependência (GOMES; FURTADO, 2017).

Apesar disso, as mulheres guineenses desempenharam um papel importante na luta de libertação nacional da Guiné-Bissau contra o colonialismo português. Em meio a um contexto social e culturalmente desafiador, as mulheres se envolveram ativamente na resistência contra o regime colonial, contribuindo para a causa da independência de várias maneiras (MUSTAFA, 2010).

Nas áreas urbanas, as mulheres guineenses se mobilizaram politicamente, organizando manifestações, protestos e outras atividades de resistência. De acordo com Mustafa (2010), elas se juntaram às organizações políticas e movimentos de libertação, como o Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que liderou a luta de libertação na Guiné-Bissau. As mulheres participaram de comícios, discursos e outras atividades políticas, enfrentando a repressão do regime colonial para defender os direitos do povo guineense e buscar a independência.

Além disso, as mulheres guineenses também desempenharam um papel fundamental nas áreas rurais, onde a resistência ocorreu de forma diferente. Elas forneceram apoio logístico aos combatentes, como alimentação, cuidados médicos e transporte de suprimentos, muitas vezes arriscando suas vidas para apoiar a luta de libertação. As mulheres também foram ativas na propaganda anticolonial, disseminando informações e conscientizando suas comunidades sobre a injustiça do sistema colonial e a necessidade de independência (MARGARIDO, 2010).

As mulheres guineenses foram pioneiras na luta de libertação, enfrentando desafios e preconceitos de gênero para se tornarem agentes de mudança e contribuir para a causa da independência. Elas mostraram coragem e resiliência, enfrentaram a repressão do regime colonial e lutaram por um futuro melhor para seu povo e sua nação. É importante destacar que a participação das mulheres na luta de libertação não foi apenas limitada a atividades de apoio, incluiu a atuação direta como combatentes. Muitas mulheres guineenses se juntaram às fileiras do PAIGC como guerrilheiras, arriscando suas vidas na luta armada contra as forças coloniais portuguesas. Elas demonstraram bravura e determinação na defesa da independência e na conquista da liberdade para seu povo (MARGARIDO, 2010). E sempre que era necessário ou quando o confronto se intensificava em determinado lugar, elas iam para ajudar as vezes, como enfermeira, cozinheira e costureiras. E esses lugares acabam se tornando um lar para elas e depois para suas famílias.

Eu sou daqui do Catió²³ porque casei aqui e todos os meus filhos nasceram aqui, mas sou de Fulacunda²⁴ nasci lá, mas fiz a minha vida aqui, sou combatente da liberdade da pátria lutei para esse país, se hoje esse país tem nome, é por que lutamos junto com homens, com crianças nas costas, eu tenho 83 anos, não parece, mas é a minha idade na época eu tinha 23 anos, eu tinha casado 1 anos antes do início da luta²⁵.

Em suas ações, as mulheres guineenses também enfrentaram desafios específicos de gênero, como discriminação, violência de gênero e estereótipos de gênero. No entanto, elas superaram esses desafios e se destacaram como líderes, ativistas e combatentes valentes na luta de libertação.

Os desafios enfrentados pelas mulheres guineenses durante a luta de libertação nacional foram significativos e refletiram a realidade de discriminação de gênero e opressão patriarcal que persistia na sociedade da época. Como destacado por Maria Manuela Margarido em seu livro "Guiné-Bissau: Mulheres na Luta de Libertação", as mulheres enfrentaram barreiras sociais, políticas e culturais que muitas vezes limitavam sua participação ativa no movimento de libertação (MARGARIDO, 2010).

A discriminação de gênero foi um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres guineenses na luta de libertação. Elas enfrentaram a marginalização e a exclusão em muitos

²³ Capital de região do Tombali

²⁴ Setor de região de Quinará

²⁵ Entrevista concedida pela senhora Nhama no dia 24 de agosto de 2023.

aspectos da sociedade, incluindo o movimento de libertação. Conforme ressaltado por Sana Mustafa em seu livro "As Mulheres Guineenses na Luta de Libertação Nacional: Perfil Histórico", "As mulheres guineenses foram relegadas a papéis secundários e muitas vezes não tiveram acesso aos mesmos recursos e oportunidades que os homens na luta pela independência" (MUSTAFA, 2010).

A opressão patriarcal foi um desafio significativo para as mulheres guineenses na luta de libertação. O machismo arraigado na sociedade guineense limitava a cooperação das mulheres em papéis de liderança e tomada de decisões. Como observado por Odete Semedo, em seu trabalho sobre a contribuição das mulheres guineenses na luta de libertação, "[...] as mulheres enfrentaram a resistência de uma sociedade patriarcal que muitas vezes não reconhecia sua capacidade e valor nas esferas políticas e militares" (SEMEDO, 2010, p. 21).

Apesar desses desafios, as mulheres guineenses desenvolveram estratégias para superá-los e desempenhar um papel ativo na luta pela independência. Elas buscaram oportunidades de participação em várias formas de resistência, incluindo o envolvimento em atividades políticas, sociais e culturais. Maria Manuela Margarido destaca em sua pesquisa que as mulheres guineenses "[...] usaram sua criatividade e resiliência para superar as barreiras e contribuíram para a luta de libertação por meio de sua mobilização social e política" (MARGARIDO, 2010, p. 33).

As mulheres guineenses formaram redes de solidariedade e apoio mútuo, unindo-se em organizações femininas e grupos de resistência. Sana Mustafa ressalta em seu livro que "As mulheres guineenses se uniram em organizações femininas, como a União Nacional das Mulheres da Guiné, para enfrentar os desafios de gênero e lutar por seus direitos e pela independência de seu país" (MUSTAFA, 2010).

Amílcar Cabral reconheceu a importância das mulheres na luta pela independência, afirmando: "A mulher é a base da sociedade guineense. Se a mulher está forte, a sociedade guineense estará forte." A Coordenadora Nacional das Mulheres, uma organização feminina do movimento de libertação, desempenhou um papel crucial na mobilização das mulheres e na promoção dos seus direitos.

As mulheres guineenses não se limitaram apenas a atividades políticas e sociais, mas também participaram ativamente nas ações armadas contra as forças coloniais. Como afirmou Maria Manuela Margarido em seu livro "Guiné-Bissau: Mulheres na Luta de Libertação": "As mulheres guineenses se juntaram corajosamente às fileiras da luta armada, enfrentando riscos

e perigos em prol da independência de sua nação." Elas demonstraram coragem e determinação ao enfrentar os desafios da guerra e se destacaram como combatentes valentes e estrategistas.

As mulheres guineenses exerceram um papel fundamental na diplomacia internacional, buscando apoio e solidariedade de outros países e organizações na luta pela independência. Elas participaram de encontros e conferências internacionais, como a Conferência das Mulheres Africanas em Dar es Salaam, em 1962, onde destacaram a importância da emancipação feminina na luta contra o colonialismo.

A participação das mulheres guineenses na luta de libertação não se limitou apenas ao período da guerra, tiveram um impacto duradouro na construção de uma nova sociedade guineense após a independência. Elas exerceram um papel ativo na construção de instituições políticas, sociais e culturais, mesmo que ocupando postos secundários, pois buscavam promover a igualdade de gênero, a justiça social e a liberdade para todas as pessoas, independentemente de gênero. Como afirmou Sana Mustafa em seu livro, as mulheres guineenses continuaram sua luta após a independência, trabalhando para que uma sociedade mais justa e igualitária fosse construída, no qual houvesse respeito e valorização dos seus direitos.

Com base nisso, conclui-se que as mulheres guineenses foram agentes ativos e essenciais na luta de libertação nacional, e sua cooperação merece ser devidamente reconhecida e valorizada. As lições e inspiração dessas mulheres pioneiras continuam sendo relevantes para a luta por igualdade de gênero e justiça social na Guiné-Bissau e em outros lugares.

É fundamental que suas histórias sejam preservadas e compartilhadas, para que sua atuação seja lembrada e celebrada como parte integral da história da nação guineense. Assim, esse estudo busca preencher uma lacuna na historiografia e ampliar o conhecimento sobre o papel das mulheres guineenses na luta de libertação nacional, evidenciando a importância de suas contribuições para a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária, e a valorização e reconhecimento da participação das mulheres.

2.2 A LUTA PELA EDUCAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

De acordo com Almeida (2014), a palavra representação política é utilizada em cenários e com distintos significados desde tempos antigos, falando da arte como capaz de representar imagens do mundo, de autores que representam as personagens no palco, advogados

representando seus clientes e que o termo representação no significado moderno é os nossos governantes falarem e agirem em nossos nomes.

Para que uma pessoa se torne representante em qualquer que seja associação ou grupo sempre terá a decisão das pessoas que fazem parte da aquela organização ou por meio da votação da maioria, que lhe tornará o representante dessa organização.

A representação não só acontece na política, mas também acontece fora dos lugares da política, querendo ou não, de alguma forma, somos representados dependendo das situações que encontramos em diferentes circunstâncias das nossas vidas.

A inclusão das mulheres como representantes de organizações ou lugares de tomada de decisões expressa baixo número relacionado aos homens, em razão da existência do machismo e patriarcado, o que acarreta o sentimento de incapacidade das mulheres na luta contra o sistema, uma vez que existem outros fatores que instigam negativamente sua inserção nesses espaços, como a religião, a tradição e cultura. Esse é um dos principais fatores que influenciam negativamente na inserção das mulheres no lugar da tomada de decisão.

Eu queria muito ser enfermeira quando criança, mas na época, para os meus pais tinha mais vantagens meu irmão ir para escola do que eu, não sei se porque eles não estudaram, não sei. Depois da morte dele eu tive que adiar o meu sonho para poder ajudar na casa, naquela época eu falava que eu estava adiando esse sonho, mas percebi que matei esse sonho ou tive que matar esse sonho para criar os meus filhos, porque me casei e o meu marido foi para Rússia estudar, ele fora quem tinha que cuidar de casa? Eu. Eu deixei o sonho de lado, porque para sonhar, tem que comer. Hoje não tenho formação acadêmica, nem sou enfermeira (risos), mas me sinto realizada, meus irmãos são formados e tenho dois filhos formados, mas continuo vendendo na feira por que não sei fazer outra coisa talvez esse era o destino, não ser enfermeira.²⁶

A população de Guiné-Bissau atualmente em 2023, conta com um total de 2.116. 506 (dois milhões cento e dezasseis mil quinhentos e seis) habitantes, onde 1.049.030 (um milhão quarenta e nove mil e trinta) habitantes, equivalente a (49.6%) compõe a população masculina atual e 1.067. 476 (um milhão, sessenta e sete mil quatrocentos e setenta e seis) equivalente à (50.4%) a população feminina atual.²⁷

Conforme estudo feito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Quadro 2, 51.3% da população do sexo feminino não tem nenhum nível de instrução, contra 36.8% do sexo

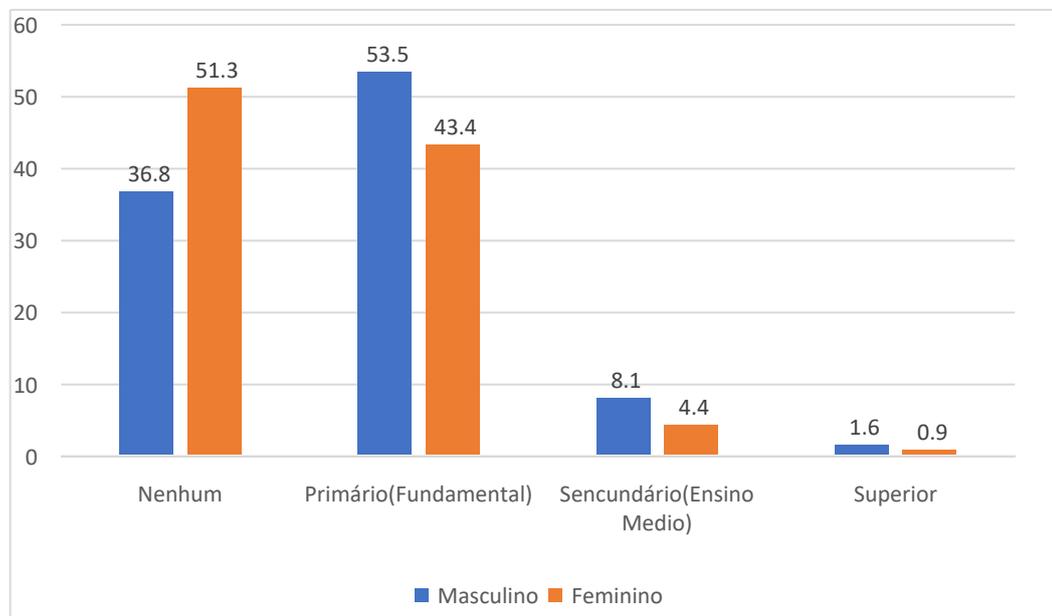
²⁶ Entrevista concedida no dia 07 de setembro de 2023, pela senhora Fátima uma das principais vozes da feira do Cacheu.

²⁷ <https://countrymeters.info/pt/Guinea-Bissau>

masculino. Ao mesmo tempo, constata-se que em todos os níveis de escolarização, as mulheres são mais afetadas em relação aos homens, representando 43.4%, 4.4% e 0.9% contra 53.5%, 8.1% e 1.6%, respetivamente. Referente a isso, uma educação igualitária, Semedo (*sine die*, p.2) salienta que “não se pode falar de educação, ou seja, direito a educação para todos sem saber o ambiente e o local”.

Na Guiné-Bissau, o ensino ainda é muito instável, pois os recursos disponíveis para a educação ainda têm muitas limitações.

Gráfico 1 - Taxa de matrícula no ensino primário por sexo e residência e índice de paridade rapariga/menino nos níveis de estudo, Guiné-Bissau, 2017/18.

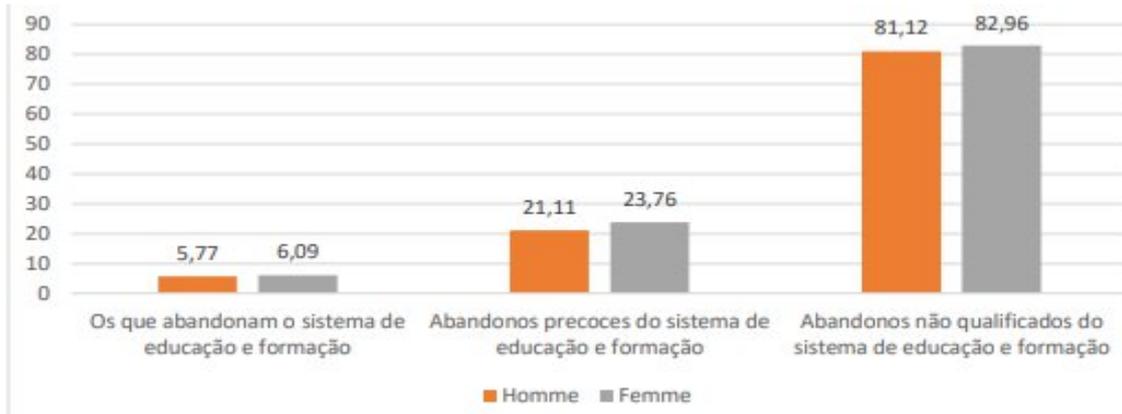


Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE (2023).

A taxa de pessoas matriculadas no primário quase iguala a aquelas fora da escola. Além disso, o nível superior está restrito a uma camada ínfima da sociedade.

Os dados da tabela 3, refletem a posição da população ativa da Guiné, em relação à rejeição do sistema de ensino em geral e da formação profissional em particular em todos os aspectos, tendo em conta que o diploma é um dos principais indicadores de acesso ao mercado de trabalho qualificado. De fato, descobrimos que o emprego qualificado é determinado não apenas pelo nível de educação, mas também pela afiliação social e cultural (estritamente relacionada), laços familiares ou locais e assim por diante (INE, 2023).

Gráfico 2 - Repartição de abandono em % de abandono precoce e % de abandono sem qualificação de S. de Educação e Formação



Fonte: Instituto Nacional de Estatística - INE (2023).

Então, constata-se que as mulheres (82,9%) abandonam mais frequentemente o sistema de ensino sem qualificação e formação, ao contrário dos homens que permanecem no sistema de ensino e formação profissional (81,2%). Além disso, as mulheres são o grupo mais expressivo (23,7%) que desistem precocemente do sistema de educação e formação (INE, 2023).

Segundo o Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau (MEN), o setor da educação é um dos setores mais desfavorecidos para as mulheres devido à falta de acesso à escola, meios materiais e económicos, bem como a questões socioculturais (tradição, cultura, crença etc). O MEN (2010) também constatou que a taxa de analfabetismo entre as mulheres com 15 anos ou mais era de 63,1% em comparação com 34,8% para a população em geral (CASIMIRO CÁ, 2021).

Segundo Lopes (*sine die*, p.107):

[...] a pobreza é um fenómeno que está presente em países desenvolvidos e aqueles que estão em vias de desenvolvimento por serem mais incisivos. Nestes últimos faz com que o acesso a ter e ser implica a privação de capacidade de liberdade de escolha para atingir o bem-estar e isso atingiu na sua maioria as mulheres (LOPES, *sine die*, p.107).

A representação se torna mais trabalhosa quando se trata da questão de gênero, se for ver a ocupação dos cargos na maioria dos países do mundo os chefes de governo tanto de estado são os homens. Essa desigualdade de gênero que as mulheres têm sofrido se relaciona com a inferiorização das mulheres tanto nos lugares da política como em outras áreas.

Sobre o assunto, Miguel (2005) no seu artigo “*Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”*” questiona:

[...] a busca da ampliação da representação política das mulheres ou de outros setores politicamente excluídos”, como as “minorias” étnicas está baseada, em primeiro lugar, numa questão de justiça intuitiva. Como é possível que um grupo que inclui cerca de 50% da população adulta ocupe apenas uns 5% das cadeiras no parlamento? (MIGUEL, 2005, p.40).

A taxa da desigualdade das mulheres em relação aos homens se dá em: no emprego, na política e em vários outros campos, as mulheres sempre foram inferiorizadas e essa inferiorização se dá mais no âmbito da política onde elas representam um número minoritário. As mulheres guineenses, mesmo que sendo a maioria na população, têm pouca participação na política, em uma escala da participação feminina apenas 10%, e máximo de 25% ocupam cargos na administração pública

A importância da equidade de participação e de direitos entre indivíduos do sexo masculino e feminino, na Guiné-Bissau, esteve no centro da mobilização para a luta de libertação nacional. Após ter conquistado sua independência, houve uma interrupção relacionada ao que foi adquirido no decorrer da luta. Segundo o estudo de Gomes (2016), as mulheres foram colocadas em uma posição subalterna tanto na esfera política como na sociedade em geral, o que ao passar do tempo foi progressivamente ressaltando as diferenças de gênero, essencialmente no nível de representação nos lugares da decisão.

A Assembleia Nacional Popular (ANP) que é o supremo órgão legislativo e de fiscalização política conforme o artigo 76 da constituição da República da Guiné-Bissau declara que:

O poder legislativo é o poder do Estado ao qual segundo o princípio da separação de poderes é atribuída a função legislativa, ou seja, a função de elaboração das leis que regulam estado a conduta de cidadãos e de organizações públicas e privadas. O poder legislativo tem por função fiscalizar o poder executivo, fazer leis, votar moções e resoluções, aprovar o programa do governo, o orçamento geral do estado e o plano nacional de desenvolvimento, aprovar tratados que envolvam a participação da Guiné Bissau em organizações internacionais, os tratados de amizade, de paz, da defesa, de retificação de fronteiras e ainda quaisquer outros que o governo entenda submeter-lhe (ANP, 2012, p. 34).

Os fatores principais para baixa inserção das mulheres na esfera política é a sua inserção nas escolas devido à falta de incentivo dos próprios pais. De acordo com Sanca (2014), para as mulheres de Guiné-Bissau, na faixa etária entre 15 e 24 anos, o nível de analfabetismo é em

torno de 40%, e tendo em conta as que residem em regiões mais humildes, a percentagem cai para 12%.

Ressalta-se que embora as mulheres constituam a maioria da população essa vantagem não é realmente percebida em termos de participação na vida pública, a maioria contribui igualmente para a economia e ganha a vida com o trabalho informal (BIAGUE, 2019).

Para Rodrigues (2022) para reduzir a assimetria econômica nas eleições, é preciso mobilizar recursos para as mulheres no processo eleitoral. Os candidatos geralmente financiam suas próprias campanhas e, dadas as disparidades econômicas que as mulheres enfrentam na Guiné-Bissau, elas estão em desvantagem desde o início. As leis de igualdade precisam ser alteradas para garantir a representação política das mulheres. A lei atual estabelece que pelo menos 36% das mulheres devem ser incluídas nas listas dos partidos políticos para as eleições legislativas e municipais, mas isso ainda não foi concretizado. É necessário garantir que os líderes partidários sejam rotacionados, já que as mulheres geralmente estão no final das listas partidárias, tornando muito difícil serem eleitas.

É essencial reduzir as barreiras socioculturais e aumentar a atenção aos direitos políticos das mulheres. Na Guiné-Bissau, os maridos às vezes não permitem que as mulheres participem de atividades políticas, e algumas são forçadas a seguir as escolhas políticas de seus maridos. Campanhas de conscientização são fundamentais para desconstruir essa narrativa (RODRIGUES, 2022).

Ademais, existe um fracasso dos partidos em cumprir as percentagens mínimas estabelecidas para as mulheres na Lei da Igualdade, na última eleição legislativa, foi causado pela sua incapacidade de conciliar preocupações precisamente a necessidade de cumprir a lei e o melhor resultado possível numa eleição (FONSECA, 2020).

Normalmente na Guiné-Bissau tem questões culturais, e nesse contexto, segundo estudo feito por DJop (2021, p. 8) outra desvantagem para as mulheres na relação cultural onde, [...] “com uma sociedade multiétnica baseada em religiosidades, algumas das quais vindas de um passado colonial, em que os comportamentos hegemônico-masculinos perpetuam na esfera pública”. Isso exige que os investigadores pensem de forma díspar para compreender os comportamentos sociais que ainda colocam a mulher na condição de subordinação e todos estes fenômenos continuam a apoiar as construções sociais, culturais e estruturais que escravizam a mulher na sociedade guineense.

Segundo Santos (2014) as diferenças existentes entre homens e mulheres, a falta de oportunidades e a existência de discriminações que se observam na Guiné-Bissau resultam da diferença de estatuto social de homens e mulheres devido ao sistema social dominante, “a herança do patriarcado” que coloca a mulher sempre num lugar subalterno. A estrutura dominante da organização social do país caracteriza-se por restringir o papel da mulher ao âmbito doméstico, por um lado, alargando o papel do homem ao âmbito social e público e atribuindo-lhes papéis de mentores.

Nesse sentido, as mulheres são apreciadas por qualidades como a paciência e a obediência, e assumem os afazeres domésticos, a criação dos filhos e a socialização das meninas. Os homens, por outro lado, recebem autoridade, responsabilidade e resistência para justificar sua nomeação para um cargo. Habilidades de gerenciamento, design e tomada de decisão são necessárias. Ele tem o direito de tomar decisões sobre escolhas, prioridades e relacionamentos familiares, pois sua autoridade é exercida sobre todos os membros da família e pode ser expressa na comunidade (SANTOS, 2014)

Nesse contexto, deve-se dar mais atenção às mulheres qualificadas e jovens nos lugares de grandes destaques, e quando se fala “dar atenção” refere a criação de políticas públicas voltada para incentivo das mulheres na política, assim como em outras áreas. Sabe-se que isto é um processo, e leva tempo e caminhando pouco a pouco irá obter o resultado desejado. E essa quota fará com que as mulheres participem nas tomadas das decisões. Pode-se dizer que é um avanço para a construção do país, a quota é uma vitória de uma luta que as mulheres têm enfrentado ao longo dos anos, mas não se pode dizer que a batalha está vencida, mas que um grande passo foi dado.

Na Guiné-Bissau ainda se vê muita questão da rivalidade política, o partido com maior acento parlamentar acaba barrando os projetos do outro partido, mesmo que esse projeto é por bem comum da sociedade, principalmente se esse projeto for apresentado por uma mulher, isso também acaba influenciando negativamente o trabalho das deputadas que é sempre visto como inferior.

Segundo Fonseca (2020), a lei da paridade tem surtido efeitos de maneira tímida. O Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), um total de 47 deputados eleitos, nas eleições gerais de 2019, teve 10 mulheres eleitas.

O Movimento da Mudança Democrática Grupo 15 (MADEM - G. 15), no total de 27 deputados teve apenas duas mulheres eleitas (2); já o Partido da Reforma Social (P.R.S) elegeu uma mulher no total de 21 eleitos.

Como podem ver, dos 102 deputados, apenas 13 da Guiné-Bissau são mulheres. De acordo com o mandato da lei a paridade (Lei n.º 4/2018), face às legislaturas anteriores tem havido uma evolução tímida.

Ao nível do parlamento da Guiné-Bissau, a representação das mulheres é de 14 e homens 88 dos 102 Deputados que constituem ANP de 2019 a 2022. Assim, a representação das mulheres na Assembleia Nacional Popular fica ainda aquém das expectativas da lei sobre as quotas de género. A maior percentagem de mulheres na Assembleia Nacional Popular foi alcançada em 1988-94 (20%) (UNIOGBIS, 2014). Nas últimas eleições legislativas de 2019, 14 mulheres foram eleitas deputadas, enquanto o atual Governo da Guiné-Bissau, com 32 pastas, conta com sete mulheres – três ministras e quatro secretárias de Estado. O número não atinge a participação mínima de 36% previstos na lei da paridade (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2023)²⁸.

De acordo com Kerstenetzky (2006), focaliza-se na visão de que haja a implementação de atitudes que causem impacto em uma determinada camada, classe ou categoria da sociedade, ao passo que a universalização é exatamente o oposto, pois trata de sugerir medidas e políticas que abranjam a sociedade como um todo. Salama e Valier (1997) aborda que “políticas sociais focalizadas consistem na manifestação de uma vontade de estabelecer um pacto social com a camada mais pobre, com intuito de limitar os conflitos sociais e de encontrar certa legitimidade junto a essa camada”.

Um país composto maioritariamente pelas mulheres as suas representações na esfera política ainda são muito baixas e dentro do parlamento ainda é pior, uma vez que os grandes lugares de presidente e vice-presidente raramente são ocupados pelas mulheres e os seus projetos ainda continuam sendo submetidos a análises sem resposta. Os “cargos” mais altos ocupados pelas mulheres na Guiné se relaciona a questões de cuidado. Praticamente são as mulheres que quase sempre ocupam as pastas do ministério da saúde, educação e família e coesão social.

Difícilmente encontra-se uma mulher que foi eleita nos partidos para concorrer ao cargo de primeira-ministra ou de presidente da república, já que o sistema na Guiné-Bissau é semipresidencialismo, sistema esse que o presidente partilha governação com o poder executivo (primeiro-ministro). A Guiné-Bissau nunca teve presidente mulher, chegou a ter uma que foi

²⁸ Instituto Nacional De Estatística – INE – Guiné-Bissau.2023.

presidente interina, a Carmem Pereira. Ocupou o espaço porque na época ela era presidente da ANP²⁹ e, segundo as normas da constituição guineense quando o presidente da república fica ausente o presidente da ANP assume o lugar. Ela ocupou o espaço por apenas três (3) dias, em 1984. Então, é considerada a primeira mulher a ser presidente no continente africano, mas apenas por três dias.

O país chegou até a candidatas à presidência da república, mas a pressão que elas sofreram foram terríveis. No caso da Antonieta Rosa Gomes, que também sofria com o machismo nas campanhas, repreendida por outros candidatos homens por ser mulher, e que achavam que o lugar da mulher não era na política, mas sim na cozinha. Os discursos que os outros candidatos faziam dela eram tão maldosos que falavam até da sua vida sexual e privada. Foi uma das primeiras mulheres a candidatar-se a cargo de presidência, fora ela veio a Zinha Vaz e Carmelita Pires que também foram massacradas pelo fato de serem mulheres, não por competência, mas por preconceitos que elas sofrem e passam que lhe fazem sentirem oprimidas naquele espaço.

Após quase 25 anos desde a abertura do país ao pluralismo político, houve uma mudança no parlamento, este passou de 30 deputadas para apenas 14, após as últimas eleições legislativas, realizadas em 2014, refere-se Barbosa³⁰, uma das principais vozes pela emancipação da mulher guineense, igualdade e equidade entre os gêneros. Pode-se ver que desde que a democracia foi implantada na Guiné Bissau as mulheres sempre ocuparam a minoria nas bancadas parlamentares e nos principais lugares da tomada de decisão e isso culminou com a desigualdade e injustiça em diversas camadas do país levando assim fraco interesse feminino na área política. Para Fraser (2002), há duas formas de acabar com a injustiça social: as soluções corretivas, em primeiro lugar, visam melhorar os resultados da organização social sem modificá-la em suas causas profundas, e as soluções transformadoras, por outro lado, se aplicam em profundidade às causas, a oposição se situa, dessa forma, entre sintomas e causas.

Segundo Miguel Apud Gonçalves (2009), a Democracia Participativa destaca a necessidade de ampliação dos espaços de decisão coletiva na vida cotidiana, o chamamento à

²⁹ Assembleia Nacional Popular

³⁰ BARBOSA, S. **Mulheres guineenses apontam incumprimento da lei de quota**. In: Deutsche Welle. 2019. Disponível em: https://mulheresnopoder.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/GB_DOC_22-Lei_que_garante_mulheres_na_politica_n%C3%A3o_%C3%A9_respeitada_na_Guin%C3%A9_Bissau.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.

participação nas questões públicas no período eleitoral é considerado insuficiente para promover a qualificação das cidadãs e dos cidadãos.

É de grande importância ressaltar que, oposto ao que afirmam, alguns dos seus críticos como Sartori, os participacionistas não conjecturam o retorno da democracia direta, haja vista que o arranjo institucional que propõem é bem mais difícil e tem característica de uma democracia que vai ser percebida e valorizada como um processo educativo, que implica em alcançar cidadania dentro de incentivos e possibilidades maiores (MIGUEL, Apud GONÇALVEZ, p. 5-42, 2009)

É necessário criar com urgência mecanismos que façam com que as mulheres passem a ter mais interesse na política, e uma campanha de sensibilização é uma forma de chegar até elas. A luta pela igualdade de gênero dentro do parlamento só será vista e mais intensificada com maior número das mulheres ocupando acentos parlamentares, onde essas deputadas irão discutir e levar as questões relacionadas a mulher para serem debatidas, é necessário também que as mulheres demonstrem que são capazes de ocupar cargos como deputadas e ministras.

O ideal é projetar a escolarização das meninas em todo território nacional guineense e proporcionar a igual oportunidade desde a família, escola e nas outras organizações. As mulheres são capazes de ocupar posições de destaque normalmente pelas suas competências e não por mesma lei que o privilegia de paridade. Mas uma coisa é certa, as mulheres são valentes de igual modo como os homens, porém são educadas para serem inferiores e essa é uma tendência que a sociedade deve focar para erradicar de vez.

2.3 ECONOMIA E TRABALHO NA GUINÉ-BISSAU

O trabalho em Guiné-Bissau não possui somente a dimensão produtiva concebida a partir do modelo de produção capitalista, é visto também como um modo de vida. O trabalho ajuda no fortalecimento de vínculo entre os sujeitos da mesma comunidade ou aldeia, por isso que possui este significado simbólico. A partir do início dos tempos, o homem sempre almejou o desenvolvimento de tarefas para que as suas necessidades fossem alcançadas, principalmente anterior a evolução da agricultura. Historicamente, os indivíduos constantemente vêm criando os seus modos ou modelos de acordo com a evolução da sociedade, exemplo dos modos produções existentes no passado.

O modo de produção tribal é o modelo de produção mais antigos, feito por família ou um determinado grupo étnico, onde todos trabalhavam juntos e recebiam mesma parte dos bens

produzidos. Não havia classe social ou Estado e nem havia exploração de uns sobre outros, as trocas de bens eram feitas de maneira simples de caráter celebrativa e solidária.

A Figura 3, destaca ainda a presença dos aspetos tradicionais de trabalho, que estão ligados a coletividade, seguindo uma forma antiga de produção.

Figura 3 - Trabalhadores da agricultura de Guine Bissau



Fonte: agriculturaemar.com (2017)³¹.

Trazendo a Figura 4, para destacar a cultura do arroz, trabalho manual e coletivo.



Fonte: UCCLA (2017)³²

³¹ <https://agriculturaemar.com/cal-leva-pme-guine-bissau-missao-empresarial-14-21-setembro/>

³² <https://www.uccla.pt/noticias/banco-africano-de-desenvolvimento-financia-projeto-de-producao-de-arroz-na-guine-bissau>.

Estas imagens mostra um pouco do que foi descrito acima, o trabalho não está somente atrelado ao modo de produção capitalista, mas configura-se como atividade que vai ajudar a manter o laço parentesco de uma comunidade ou uma determinada família. Na Guiné-Bissau, mesmo com avanço do processo de globalização do capitalismo mundial a níveis locais, se preservam ainda os aspetos tradicionais de trabalho, que estão atrelados a noção da coletividade, uma vez que as antigas formas de produção e troca ainda estão bem presentes nos cotidianos de interior do país. Como relata a entrevistada, em algumas partes do país ainda existe a ideia da coletividade, mesmo com as dificuldades enfrentadas no dia a dia, ainda sim, partilhar é comum.

Eu sou filha dos agricultores, e hoje vendo nas feiras e vou para bolanha³³ depois, meus pais me ensinara, esse trabalho, lembro que na morança³⁴ íamos para o campo preparar a terra para plantação de arroz quando eu era mais nova, era bons tempos na época de quebur³⁵ mulheres descia para a bolanha cantando, quando terminamos todo o trabalho dividíamos as comidas, quem plantava batata ou mancarra dava um pouco para os vizinho, mas hoje é difícil mesmo que vai dar um pouco para alguém, tem que ficar com a maior parte e vender. Na quela época, as coisas eram mais fáceis, hoje eu faço esse trabalho de feira para casa e de lá vou para bolanha.³⁶

A ideia de partilha é comum na África e pode analisa-la através da filosofia Ubuntu que destaca o valor da relação entre pessoas, da empatia e da comunidade. Um dos princípios fundamentais do ubuntu é a ideia de que “eu sou porque nos somos”, mostra a ligação entre os seres humanos. Filosofia de ubuntu fala que a nossa individualidade e humanidade está intimamente ligada com a nossa interação com o outro. Ubuntu promove ideia de que, para alcançar a realização pessoal, é essencial reconhecer e sustentar a nossa conexão com o outro para a melhoria da nossa comunidade. Outro princípio da filosofia ubuntu é a bondade que promove partilha, aqueles que tem é incentivado a ajudar os que não tem. (CHIQUETTI; MONTENEGRO, 2022).

Como destaca Nghabo (2023), no seu trabalho sobre mulheres de grupos étnicos Mancanhas que trabalham com horticultura na granja pessubé, ainda preservam a ideia de

³³Campo.

³⁴ Comunidade.

³⁵ Colheita de arroz.

trabalho como modo de vida, desenvolvido na base de família. As outras concepções culturais sobre o sentido de trabalho não aparecem na academia porque esta ainda continua sendo um espaço de reprodução eurocêntrica de conhecimento, colocando a concepção ocidental de trabalho como a única, apagando outras formas de culturas diferentes dos europeus. As perspectivas decoloniais, a afrocentricidade e os estudos subalternos vêm fazendo frente as guinadas ocidentais sobre outras culturas.

Quando se olha para décadas não tão longe se sente que está faltando alguma coisa nos debates levantados sobre alguns conceitos, o trabalho encaixa dentro dessa lógica. Tomamos o trabalho assalariado como centro ou surgimento do que hoje conhecemos como trabalho em si. Em Guiné-Bissau ainda há preservação desse valor de trabalho fora desse âmbito acumulativo, mesmo pouco, mas no interior do país as pessoas ainda se ajudam. Entrando já sobre o debate da economia, que está também vinculado ao modelo de produção capitalista ocidental que se expandiu para toda parte mundo. Os modos pré-colonial de organização social, configuram-se como a forma de resistência aos modelos de dominação do regime de controle monetário exercido pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional que vêm estabelecendo as formas que os países do Sul, especialmente os africanos, devem investir suas economias gerando mais desigualdades sociais.

A economia da Guiné Bissau vem na sua maioria da exploração dos recursos naturais, pesca e agricultura, que se configuram como um recurso interno bruto A agricultura ocupa 50% do PIB no país, com mais de 83% da população atuando neste espaço e corresponde a 93% de produtos exportados do país. Este setor possui três categorias ou classe de trabalhadores, uns denominados de pequenos produtores, que são pessoas de tabancas, que totalizam 90.000 da população da Guiné-Bissau, vivem na zona rural, trabalham com várias modalidades de trabalho: pesqueira, economia solidária e familiar (PAN/LCD, 2006 apud REGALLA, 2010).

A outra categoria é denominada de “ponteiros” e emergiu depois da independência. São pessoas que receberam grande parte de terra pelo Estado para produção. O que conhecemos como ponteiro no pós-independência, é diferente do que vemos atualmente. A terceira categoria é conhecida como “tabanqueiros”, e acrescenta hoje atributos de ponteiro, pequeno agricultor, tudo está bem interligado, o que torna muito complexo diferenciá-los. (VIEIRA, 2023).

Quando se pensa na economia dentro de contextos com muita heterogeneidade, percebemos que ainda há predominância dos antigos formas de produções, que tem emergido como alternativa dentro desse modelo atual capitalismo. As realidades do sul global, tanto economia capitalista como economias pré-coloniais continuam se fazendo presente no modo

como as pessoas se relacionam entre si. Os modos de produção baseada em troca de produtos em forma de solidariedade de comunidade, faz-se presente até os dias atuais nos países africanos. O capitalismo nos países africanos, encontra ainda a resistência dos modos de produção pré-coloniais, principalmente em regiões do interior de Guiné-Bissau, onde os sujeitos não dependem do trabalho assalariado para sobrevivência. Todo esse processo deixa uma reflexão sobre a centralidade ainda da realidade do norte global dentro das realidades do sul global, que acaba apagando todas as outras formas de produção do conhecimento destes contextos emergentes.

A Guiné-Bissau tem pouca diversidade econômica o que se manifesta também nas oportunidades de emprego dentro do seu território. A economia do país gira basicamente nas produções agrícolas e pesca principalmente nas exportações de castanha de caju, de peixe e outros mariscos. Os micros empresários procuram no empreendedorismo a ascensão socioeconômica para fazer frente à escassez do trabalho formal no país.

O país dispõe de poucas indústrias como de produções de bebidas: cervejas e refrigerantes, mel e outros insumos. O setor de serviços é outra fonte de renda e empregabilidade centralizada na sua maior parte no estado.

A Guiné-Bissau é um dos maiores produtores mundiais de castanha de caju e é o seu principal produto de exportação. Conseqüentemente, o cultivo de caju configura como atividade que mais contribui para o rendimento do Produto Interno Bruto (PIB) e uma das atividades de maior empregabilidade dos guineenses. O seu cultivo geralmente é de responsabilidade familiar, mas também gera empregos para famílias vizinhas e outros indivíduos que aproveitam o período da colheita para juntar dinheiro.

Salienta-se que a produção de caju não se limita na extração da sua castanha. De fato, cajueiro é uma árvore frutífera que pode ser aproveitado na sua integralidade no contexto guineense. A sua importância se estende desde raiz até a sua folha. A castanha de caju é usada para consumo interno como também para a exportação em grande escala. Também se faz sumo (suco) para consumo das pessoas o que também gera renda já que é comercializado em todo o país. Também se extrai grande quantidade de líquidos do seu fruto para produção de bebidas alcoólicas comercializadas e de grande procura nacional.

Ora, existem épocas específicas para a colheita de caju que começa no mês de fevereiro e se estende até o mês de agosto, o período de maior circulação do dinheiro no país. Caju gera renda para os produtores, para os trabalhadores informais da colheita, os pequenos comerciantes

que compram os produtos dos seus produtores, os grandes empresários que compram dos comerciantes e para o estado que cobra as taxas de exportação da sua castanha.

Ao lado do caju, a pesca é a segunda atividade de maior contribuição no PIB da Guiné-Bissau. As atividades de pesca são feitas maioritariamente de forma artesanal com uso de embarcações pequenas para o consumo interno. Mas também existe a pesca em grande escala realizadas por países e organizações que fazem acordos comerciais bilaterais com o governo da Guiné-Bissau.

Peixes e mariscos são produtos mais consumidos por guineenses durante todo o ano. É uma atividade que gera renda e empregos para os guineenses. Os pescadores vendem os seus produtos para os revendedores. As mulheres revendedoras (*bideras*) levam os peixes e mariscos para serem comercializadas nos mercados internos do país. O Estado por sua vez, cobra as taxas de comércio tanto dos pescadores como daqueles que revendem nos mercados espalhados por todo o território.

Para além de agricultura e pesca, o setor de comércio liderado por microempreendedores reflete também na economia do país e no emprego. Muitos jovens guineenses, devido à falta de opções de trabalho tanto formal como informal, optam por fazer pequenos negócios como revendedores de roupas, calçados, bijuterias, peixe, legumes e entre outros produtos. É o setor que mais cresce no país ainda que seja feita de maneira informal sem regulamentação por parte do Estado, a camara municipal cobra uma taxa de uso de lugares públicos.

Apesar de crescimento econômico nos últimos anos, de acordo com Barros (2011), o Estado tem um dos PIB mais baixos do mundo, tendo um crescimento de apenas 2,9%, em 2009. A nação também tem sido impactada por crises cíclicas que agravam o desenvolvimento de outros setores como o de privado devido à constante instabilidade política, debilidade de suas finanças, dificuldade em arcar com o pagamento dos salários da função pública e as dívidas externas superiores ao PIB. Com efeito, a Guiné-Bissau encontra-se em situações de vulnerabilidade em consequência da sua debilidade económica estrutural o que reflete no desemprego da camada juvenil.

Por esta razão, na Guiné-Bissau o desemprego é um problema social uma vez que grande parcela da sua população jovem não está empregada. Calcula-se que o desemprego tenha afetado 46, 87% dos jovens com idade compreendida entre 15 e os 24 anos em Bissau, contra 19,34% no interior do país (BARROS, 2011, Apud MEPIR, 2009).

Entretanto, para Barros (2011), os jovens de áreas urbanas são mais vulneráveis às consequências do desemprego devido aos riscos de não encontrar um trabalho remunerado e não puderam contar com agricultura para a subsistência. Mas apesar disso, os jovens estão à procura de oportunidades de trabalho, refugiando no trabalho informal e na criatividade.

Conforme Fernandes (2012), o trabalho informal tem sido maior importância no continente africano e em outros lugares do mundo. Dados estatísticos fornecidos pelas Nações Unidas em 2009 revelam que o maior número de empregos no mundo provém da esfera informal. Ou seja, “no mundo um em cada dez empregos adquiridos num ano sete são provenientes do informal” (FERNANDES, 2012, p. 02). No entanto, quando se trata da Guiné-Bissau as informações estatísticas sobre categoria informal são incertas ou insuficientes. Mas pode se considerar que grande parcela da população guineense possa estar assegurada por recursos provenientes dos trabalhadores informais.

Ainda segundo Fernandes (2012, p. 6), o informal é algo complexo na medida em que abrangem muitas práticas, atividades e lógicas que surgem nas margens de ordens hierárquicas tomadas como não oficiais e irregulares.

Particularmente, no contexto da Guiné-Bissau a informalidade é uma área pouco explorada pelo Estado, tendo em conta a inexistência de estudos para saber a dimensão do trabalho informal e das questões de insegurança dos trabalhadores deste meio (BIALOBORSKA, 2014, p. 2).

A economia do estado guineense é ainda tímida concentrada em produções agrícolas, pesca e com micro empreendedorismo. O mercado de trabalho é o reflexo da sua economia que se reside maioritariamente em agricultura e comércio.

CAPÍTULO II. O TRABALHO INFORMAL EM GUINÉ-BISSAU

Neste capítulo, será detalhado o contexto do trabalho informal na Guiné-Bissau, explorando suas raízes históricas, desafios e impactos abrangentes na vida das pessoas e no desenvolvimento do país. Será destacada a influência da colonização, a transição do sistema mercantil para o industrial, a persistência da dependência econômica pós-independência e a

feminização do setor informal, fornecendo uma visão abrangente das complexidades desse cenário laboral.

1. O TRABALHO INFORMAL E SEUS SIGNIFICADOS

A realidade que deriva os países da periferia do mundo capitalista, traz-se à tona a discussão sobre a difusão do tema “setor informal”, o qual foi lançado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1970, no Programa Mundial de Emprego, em que se define a informalidade principalmente, como um mercado em que se tem “facilidade de entrada”. Vale destacar, que essa “facilidade” parte de algumas características que os definem, tais como, propriedades familiares, empreendimentos que mantem uma pequena escala de operações, trabalhadores informais possuem qualificações (para o trabalho) adquiridas fora do sistema escolar formal, além disso, a atuação da informalidade concentra-se em mercados não regulamentados e concorrenciais (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004; TEIXEIRA, 2006).

A partir do relatório da OIT, difundiu-se a utilização do conceito de setor informal, que agora recebe um delineamento teórico sob a ótica da produção com este documento. O conceito de setor informal tem, assim, sua origem em uma concepção da unidade produtiva, e o setor informal é descrito e definido como parte da estrutura econômica como um todo. Destaca-se que as características citadas acima, não constam nas estatísticas oficiais de trabalho, pois com tal informalidade os órgãos oficiais têm dificuldade de metrificar e mapear os tipos e quantidades, além de outros dados (CACCIAMALI, 1982; VASCONCELLOS, 1994; (PEATTIE, 1987 apud VASCONCELLOS, 1994).

Sob essa perspectiva, o Setor Informal urbano surge como uma resultante direta do progresso da produção capitalista em sociedades periféricas. A expansão capitalista acarreta desequilíbrios entre o crescimento populacional, a urbanização e a disponibilidade de empregos, assim como entre o nível educacional da população e as exigências do mercado de trabalho. Enquanto essa discrepância persistir, o Setor Informal continuará a se conformar ao modelo de expansão capitalista, coexistindo com o mercado de trabalho formal (DULCI; CAMPOS, 2015). Esta resultante define o caráter de uma nação forjada a partir de um passado colonial e escravista, impulsionada por um desenvolvimento industrial tardio e socialmente contraditório, onde uma elite conservadora detém o poder econômico enquanto a maioria da população permanece à mercê de uma dinâmica social marcada por uma república incompleta

e plutocrática (CALIXTRE, 2011). Assim, o Setor Informal é tanto um subproduto do progresso capitalista quanto um reflexo das tensões históricas e estruturais que moldam essas sociedades. O setor informal é o resultado do excesso de trabalho fruto de maior crescimento demográfico, o que provocou o processo de migração de pessoas das áreas do campo para as cidades, aumentando o número de trabalhadores urbanos desproporcional à capacidade de absorção de segmentos modernos associados ao processo de industrialização do pós-guerra nos países em desenvolvimento (FILGUEIRAS, DRUCK E AMARAL, 2004).

Esclarecendo ainda mais o que diferencia o trabalho formal e informal, é que no trabalho formal a pessoa possui contrato firmado de trabalho, ou registro em carteira funcional, (no caso do Brasil, segue determinadas regras em consonância com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)), possui ainda, horário determinado de trabalho, estabilidade financeira, proteção de leis do trabalho dentre outros benefícios (ASTE, 2021)

Já a informalidade não conta com contrato de trabalho, não possui garantia de benefícios e direitos, como férias, por exemplo. Entretanto o trabalhador informal possui maior flexibilidade de atividade, em relação á horários, por exemplo. Apesar de ser uma modalidade que não oferece muita estabilidade financeira e pode gerar insegurança nos profissionais, é vista como importante para a autonomia, liberdade no dia a dia, e para que as mulheres trabalhadoras possam apoiar os estudos dos filhos (ASTE, 2021).

Nesse contexto, importante frisar que cada país tem as suas leis trabalhistas que são regidas de acordo com normas daquele lugar. Na Guiné-Bissau as leis trabalhistas são muito frágeis e não abrangem toda a camada da população que trabalha formalmente, já que o estado, o maior empregador do país, ou seja, acaba não seguindo as leis que foram criados por ele mesmo.

Nesse caso, mesmo o funcionário estando dentro desse conceito de formalidade, acaba por não se encaixar no próprio conceito, no sentido literal de formal. Diferenciar o formal e o informal no contexto guineense ainda é um pouco difícil já que o próprio funcionário com carteira assinada, ou seja, assalariado ainda tem muita dificuldade de saber quais são os seus direitos e os benefícios que são asseguradas pela lei trabalhista.

De acordo com Calixtre (2011):

[...] no Brasil a ponte entre informalidade e desenvolvimento socioeconômico é entendida como a dinâmica histórica da formação social capitalista brasileira. Esta dinâmica pode ser condensada, no que se refere ao sentido do desenvolvimento, como uma interdependência entre o moderno e o arcaico, ora na forma de

complementaridade, ora em antagonismo aberto e intransponível, mas sempre no sentido de reciprocidade através da reinvenção constante do moderno e do contemporâneo (CALIXTRE, 2011, p. 9).

Para Lopes (2014), em comparação com os trabalhadores da economia formal, os trabalhadores informais trabalham principalmente com contratos orais, com padrões de trabalho irregulares, renda precária, longas jornadas e duração indefinida e com muito baixo ou nenhum nível de emprego têm mecanismos formais ou informais de proteção social em caso de doença, acidente de trabalho ou outra circunstância de risco que afete sua capacidade de obter renda (perda ou redução).

O autor supramencionado esclarece que os riscos a si associados (altos custos de transação, flutuações de demanda e preços) são reforçados pelo acesso restrito ou ausente a mecanismos formais de equalização de riscos e pelos déficits consideráveis encontrados no exercício de direitos e nos processos organizacionais e representativos de atores informais.

De acordo com Oliveira, Castro e Santos (2017), as diversas mudanças no mundo trabalhista geraram um espaço frágil e inseguro no qual os indivíduos precisam agir rápido, e se adaptarem, pois são responsáveis pela sua sustentação, mas tal mercado sem direitos torna a dificuldade financeira mais acentuada. Para tanto, as atividades autônomas e independentes estão crescendo num contexto de aumento do desemprego no setor formal, sem falar nos baixos salários que os trabalhadores detêm nesse meio. (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017; SANTOS, 2023).

No Brasil precarização do trabalho e o despejo do indivíduo da proteção do Estado passam a ser vistos como políticas públicas de emprego e renda que utilizam, inclusive, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para financiamento, aspecto evidente da perversidade dessa lógica precária do trabalhador que o confronta com a ilusão de que ele agora é um capitalista, um empresário, seu próprio patrão, e que o descaso do Estado é mesmo a independência desse trabalhador (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017; SANTOS, 2023).

Chen, Roever e Skinner (2016) declaram sobre o termo “informalidade”, que é comumente utilizado para caracterizar diversos comportamentos e ações que não são regulamentados ou contidos pelo governo ou instituições formais, abrangendo aqueles relacionados à geração de receita, prestação de serviços e cobrança.

Segundo Freiesleben e Silva (2021), “[...] termo informalidade surgiu num contexto que buscava esgarçar o entendimento sobre os recursos criados e utilizados pelos desempregados para sobreviver [...]”, nesse caso a sobrevivência dentro de economias com

baixo crescimento, sem falar na escassez da oferta de empregos. Mas foi ampliada ao longo do tempo e com os fenômenos de mudança do mundo globalizado e ações, que flexibilizaram as conquistas trabalhistas, bem como o próprio sentido do trabalho.

Nesta nova realidade, o termo setor informal ou informalidade não poderia mais descrever sua própria existência. Uma única teoria causal da informalidade não consegue explicar de fato a origem da informalidade em contextos específicos e, no esforço de entendê-la, alguns estudiosos enfatizam o fenômeno da informalidade e aquele relacionado à precarização do trabalhador ou trabalho que mais sofre para aqueles que confiam nesta instrução (FREIESLEBEN; SILVA, 2021).

Alguns dados de uma pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), apurou por meio de um inquérito segmentando mulheres e homens na Guiné-Bissau, como se dá a estrutura da população ativa por idade, sexo e situação em atividade, destacou-se são que os adultos de 35 a 64 anos são os que estão procurando trabalho (64,8%), particularmente menos homens (59,7%) do que mulheres (60,3%). Além disso, estes jovens são também a maioria entre as pessoas que não procuram trabalho (59,4%) , mas desejam trabalhar com 51,8% dos quais os homens e as mulheres (46,6%) (INE, 2018).

Lopes (2021) trata do trabalho informal de forma a concentrar-se em quatro áreas específicas. Para o autor, essas áreas consistem em emprego, direitos, representação e proteção social. A área de concentração a ver-se o “emprego”, em particular, a falta de emprego formal, acaba por forçar os trabalhadores informais a atividades menos remuneradas e menos produtivas, muitas vezes por conta própria. No que tange aos direitos, a economia informal é o mercado de trabalho com maiores défices em termos de liberdade de associação, poder negocial, trabalho forçado e discriminação no trabalho; isso decorre da quase total não aplicação das leis e regulamentos trabalhistas. Com relação à representação ou representatividade, é demonstrada a inexistência ou fragilidade organizacional de instituições representativas dos trabalhadores informais, o que determina a sua exclusão ou sub-representação no diálogo social com instituições formais e decisores. E por fim no que concerne à proteção social, segundo o supramencionado autor os trabalhadores informais enfrentam diariamente inúmeros riscos para os quais não têm salvaguardas, agravados pelo fato de muitas vezes também não estarem cobertos por prestações de proteção social.

Em suma, é a dinâmica permanente entre o arcaico e o moderno que explica as diferentes manifestações entre formalidade e informalidade, ou como as formas de vida passadas sobrevivem nas sociedades modernas e configuram modos de vida heterogêneos que não

alimentam as teses universalistas de uma sociedade plenamente sociedade racionalizada e formais.

Borges (2005, p. 40) destaca que:

Na África Ocidental o fenómeno da dinâmica, histórica e atual, das associações voluntárias e informais de mulheres, tanto em meio rural como urbano é, em comparação com outras geografias, um facto peculiar e tem sido relacionado com as relações de género e as concepções acerca do papel e funções da mulher, nomeadamente a sua participação ativa nas atividades económicas, principalmente no comércio (BORGES, 2005, p. 40).

Na Nigéria, por exemplo, as mulheres estão inseridas ativamente nas tarefas económicas como agricultoras, criadoras de animais, processadoras de alimentos e comerciantes, e as mulheres Yoruba são reconhecidas como dinâmicas comerciantes, pois trabalham por sua própria conta.

Na Guiné-Bissau, o crescimento acelerado da informalização não pode ser dissociado da progressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho. O declínio nas oportunidades de emprego no setor formal como resultado do declínio económico, aceleração do crescimento da força de trabalho urbana e o impacto dos programas de estabilização económica afetaram homens e mulheres de maneira diferente e levaram a um deslocamento maciço de mulheres para o setor informal (LOPES, 2021).

A concentração das mulheres em empregos de menor qualificação e mais temporários no setor público, a queda geral dos salários formais e as fortes barreiras impostas pelo ambiente sociocultural à entrada das mulheres no mercado de trabalho formal são alguns dos fatores que explicam o deslocamento das mulheres para a economia informal. Na capital guineense, as mulheres representam um dos grupos sociais mais importantes no mercado informal de trabalho de sobrevivência, pois estão maioritariamente presentes em alguns setores de atividade, uma evidente feminização do setor informal (LOPES, 2021)

Em países como a Nigéria, Ghana, Senegal, e Guiné-Bissau existe uma tradição de mulheres participando no comércio de longa distância ou de retalho e a expectativa social predispõe as mulheres para certos tipos de atividades entre as quais está o comércio, onde são predominantes, e muitas mulheres obtiveram um relevante sucesso financeiro através das suas atividades económicas como comerciantes (BORGES, 2005).

O estudo feito por Lopes (2021) analisa a economia informal nos trabalhos de *candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiro*³⁷s e destaca que as atividades informais em

³⁷ Pessoas que transporta mercadorias e pessoas, deram esse nome por causa de carro é como dizer “taxista”

Angola se têm revelado cada vez mais importantes para garantir o acesso ao emprego produtivo, ao rendimento e à inclusão socioeconômica dos seus agentes e dos agregados familiares particulares para os quais constituem uma importância crescente, uma das principais fontes de recursos. É uma realidade complexa, heterogênea e em acelerada transformação, na qual em contextos híbridos convivem elementos da ordem sociocultural endógena com os valores, conceitos e padrões de comportamento que resultam da ordem sociocultural global.

As atividades de caráter informal proporcionam uma parte significativa do rendimento e a maior parte da oferta de bens e serviços que respondem às necessidades de consumo, em particular das camadas mais desfavorecidas da população. A incapacidade do Estado e do setor privado para criar empregos formais, juntamente com a superpopulação dos bairros em Bissau são algumas das razões pelas quais as atividades informais representam grande parte do emprego dos guineenses.

Estas atividades, que se desenvolvem em portas, ou partes das casas, na rua ou nos mercados, caracterizam-se por uma grande variedade e estão presentes em praticamente todos os sectores de atividade comércio, serviços, produção em pequena escala apresentam comércio, agricultura, construção, transporte, setor financeiro (LOPES, 2021).

Observados esses conceitos acerca da informalidade, cabe destacar que na visão de Coutinho *et al.* (2013) que seja para os trabalhadores ou seus filhos, a informalidade se configura como uma saída para as dificuldades existentes no mercado formal, como crise financeira, desemprego, baixos salários, a rigidez do trabalho cotidiano e as poucas opções de design.

O trabalho informal aparece então como uma atividade que permite maior controle sobre a forma como é realizado. No entanto, não elimina as dificuldades associadas a um trabalho com rendimentos imprevisíveis, falta de segurança social e riscos profissionais (COUTINHO *et al.*, 2013).

Se por um lado os trabalhadores informais valorizam seu trabalho para interação com o cliente, maior renda, autonomia e liberdade, eles reconhecem os aspetos positivos do trabalho formal, pois proporciona renda estável, estabilidade, rotina e deslocamentos mais curtos. Esta tensão também se reflete nos planos para os filhos, pois embora os inquiridos queiram que os seus descendentes estudem e alcancem uma melhor posição profissional, veem sempre a informalidade como uma porta aberta para estes últimos casos não tenham a integração formal ou a precisa alcançar para aumentar sua renda (COUTINHO *et al.*, 2013).

Desde que eu consegui mandar meus filhos estudar no estrangeiro, tenho esperança que um dia vou descansar desse trabalho, e eles vão me ajudar, lutei muito para que todos eles tivessem formação para que possam procurar outros tipos trabalho que não seja na feira, não estou a desvalorizar meu trabalho ate porque é meu ganha pão, mas é difícil e passamos por humilhação³⁸

A informalidade de trabalho tem sido uma constante no meio social, pelos mais variados motivos, em várias partes do mundo e aqui analisados em específico no contexto brasileiro e africano, a informalidade tem se mostrado, para alguns como uma opção, para outros uma necessidade, em especial aqueles que possuem menor escolaridade ou experiência, ou vem de classe baixa, sendo negros e pobres, como demonstrado no estudo de Lopes (2021). Segundo o autor, em Luanda, como as pessoas necessitam de meios de subsistência, o trabalho informal é a opção que lhes resta na maioria dos casos, ainda que sem garantias de direitos, se mostrando algo importante e fundamental para sua sobrevivência.

O estudo demonstrou que os horários de trabalho dos trabalhadores informais são menos regulares e mais adaptáveis do que aqueles que possuem contratos formais, e no caso das mulheres, estas trabalham de formas distintas e possuem mais opções de variações de trabalhos informais.

2. CONTEXTO, DESAFIOS E IMPACTOS DO TRABALHO NA GUINÉ-BISSAU

África e América do Sul, historicamente, ocuparam uma disposição de periferia, permanecendo como subordinada no sistema capitalista, da qual as raízes mencionam os resquícios da era da colonização europeia. Essas regiões foram exploradas e extorquidas, seus recursos naturais foram vistos como força primordial para benefício do desenvolvimento econômico dos países colonizadores, procedendo a formação de estruturas socioeconômicas e políticas desfavoráveis. Até os dias de hoje, essa dependência prossegue, com ambas as regiões frequentemente vistas apenas como fornecedores de matérias-primas para os centros de domínio econômico. A exploração de recursos naturais, a dívida externa e as relações comerciais desiguais perpetuam a posição periférica dessas regiões, impedindo seu desenvolvimento autônomo e sustentável (DULCI; CAMPOS, 2015; CORREIA; ASSIS, 2022).

Ressaltando que no século XIX, com o declínio aparente da circulação de escravos em implicação ao fim do mercantilismo, houve uma transformação expressiva no eixo econômico,

³⁸ Entrevista concedida no dia 2 de agosto de 2023, pela senhora Matilde em Bissau.

advindo do setor mercantil para o setor industrial. Nessa circunstância, o papel da África como periferia potencializou-se como fornecedora de insumos para a economia industrial dos países centrais, abarcando produtos agrícolas e matéria prima. Mas nesse processo, com a definição de múltiplos esquemas produtivos com o propósito de manter o país como fornecedor, envolvia o acordo entre investidores europeus e elites nativas. Porém, tais arranjos frequentemente falhavam em atender de forma efetiva às demandas do centro econômico, resultando em desequilíbrios e dependência persistente, ou seja, a África era a mais prejudicada dentro dessas desses acordos, pois era explorada e a grande parte dos nativos não se beneficiava desses acordos (CORREIA; ASSIS, 2022).

Seguindo a observação, os países sul-americanos e africanos também alcançaram sua independência política em circunstâncias árduas, o que, de certo modo, expandiu sua subordinação econômica no contexto do arranjo dos países centrais, como consequência da sua percepção como periferia. Nessa busca pela autonomia, houve uma ascensão de decisões que não contemplavam toda população, ainda mantendo a cultura do trabalho como fornecedor, então com essa herança colonial e à dependência econômica que muitos países desse continente enfrentam, a busca por formas de trabalho tomou uma abrangência generalizada. Assim como na América do Sul, onde a independência política não eliminou completamente a subordinação econômica ao centro global, na África, a situação é similar. A herança colonial deixou um legado de dependência econômica e desigualdade, criando condições favoráveis para o surgimento do trabalho precário (DULCI; CAMPOS, 2015; CORREIA; ASSIS, 2022).

Portanto, com a falta de cultura de autonomia para estruturação política, social e econômica, desenvolveu um mercado de trabalho precário e informalizado na África, sendo aprofundada na história colonial. Enquanto esses pontos estruturais não forem abordados de forma compreensiva, é provável que o formato de trabalho informal tenha um aumento relevante, pois é uma fonte importante de subsistência para muitos africanos.

Para compreender o contexto do trabalho na Guiné-Bissau, é fundamental voltar às raízes da questão, considerando a influência da colonização e inserindo essa problemática no contexto mais amplo do capitalismo global e dos alcances do fordismo. O capitalismo, sistema econômico predominante em escala mundial, caracteriza-se pela incessante busca por lucros, frequentemente à custa dos trabalhadores. O fordismo, uma abordagem de organização da produção desenvolvida por Henry Ford, introduziu a ideia de produção em massa e padronização, transformando substancialmente as dinâmicas das relações de trabalho. Esse modelo produtivo exigiu muitos trabalhadores para operar as linhas de montagem, o que levou

à busca por mão de obra barata e abundante. Nesse contexto, a África, com suas populações submetidas à colonização e exploração, tornou-se uma importante fonte de mão de obra, incluindo países como a Guiné-Bissau. A implementação do fordismo, portanto, contribuiu para a intensificação da exploração dos trabalhadores africanos no sistema capitalista global (DUPRAT, 2021).

Este enfoque crítico proporciona uma base sólida para a compreensão de como a visão de trabalho forçado e escravizado se enraizou, perpetuando no contexto africano, mesmo após a independência, tendo um impacto na economia, na vida das pessoas, e na sociedade como um todo. A partir dessa premissa, podemos adentrar mais profundamente nos fatores que contribuem para essa uma posição da desvalorização pelo viés governamental, o qual não estipula medidas que possam auxiliar para que os nativos e outros países possam olhar para esse continente por outro ângulo (COOPER, 2017).

O mercado de trabalho na Guiné-Bissau é um desafio multifacetado e profundo que impacta diretamente a vida das pessoas e o desenvolvimento do país. É essencial adotar uma abordagem holística que enfrente não apenas os aspectos econômicos, mas também os políticos, sociais e institucionais que contribuem para essa realidade. Somente por meio de esforços coordenados e comprometidos será possível melhorar substancialmente as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores na Guiné-Bissau, bem como promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável no país (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017).

Os desafios enfrentados na África não são um fenômeno homogêneo, mas sim uma realidade complexa, que resulta de uma interação de fatores históricos, econômicos, políticos e culturais. Em muitas partes do continente, a economia é fortemente orientada para a exportação de matérias-primas e produtos agrícolas, muitas vezes controlados por empresas estrangeiras, seguindo um modelo periférico (DUPRAT, 2021).

O caminho da informalidade no mercado de trabalho, parece em primeira vista, uma única alternativa de sobrevivência, sendo um desafio significativo em África. Ressaltando que muitos africanos trabalham em empregos informais, ou seja, não registrados, privados de proteções trabalhistas e de benefícios sociais. E assim a falta de segurança no emprego e de acesso a serviços de saúde e educação torna esses trabalhadores vulneráveis à exploração, fazendo com que se submetam a trabalhos cansativos de qualquer espécie. Citando ainda, a questão do analfabetismo, pois não são incentivados a estudarem, a procurarem qualificação,

pois para garantirem o sustento das famílias, precisam trabalhar e deixar os estudos de lado (COOPER, 2017; DUPRAT, 2021).

Como a ligação com a dinâmica global da economia é persistente devido ao que está enraizado sobre a cultura da colonização, os países africanos permanecem dependentes da exportação de matéria prima, pois não há nenhum controle. Assim os trabalhadores africanos constantemente enfrentam condições de trabalho precárias e baixos salários devido à falta de diversificação econômica.

A Guiné-Bissau, assim como muitos outros países africanos, defronta com desafio profundo e persistente relacionado a dinâmica em relação as formas de trabalho, um fenômeno que repercute significativamente na vida das pessoas e na relação socioeconômica do país. Dentro desse contexto específico, a economia guineense se caracteriza pela sua preponderância agrária, na qual a agricultura de subsistência e a produção de castanha de caju assumem papéis de destaque, gerando muito trabalho cansativo e informal para a população (VIEIRA; VERÍSSIMO, 2009).

Para Arbix (2002), a dependência excessiva da castanha de caju como cultura de exportação também expõe os trabalhadores guineenses à volatilidade dos preços no mercado internacional. Flutuações bruscas e imprevisíveis podem ter impactos devastadores nas comunidades dependentes dessa cultura, aumentando sua vulnerabilidade econômica

Vale ressaltar que a Guiné-Bissau, encara uma carência crônica de investimentos nos setores cruciais, tais como infraestrutura, tecnologia e capacitação profissional. Essa escassez de recursos e oportunidades de desenvolvimento se traduz em uma realidade na qual as chances de emprego são limitadas, e os trabalhadores enfrentam barreiras substanciais para melhorarem suas condições de vida. Essa situação agrava-se quando observamos as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na agricultura, apesar de sua importância fundamental para a subsistência do país. O acesso inadequado a insumos agrícolas modernos, tecnologias eficazes e práticas sustentáveis resulta em baixos rendimentos e condições de trabalho frequentemente difíceis.

Outro desafio que impacta na vida dos guineenses, trata-se da falta de proteção social, sem falar na fragilidade dos sindicatos, os quais poderiam lutar pelos direitos dos cidadãos, no fim constituem outra camada dessa realidade problemática. A ausência de redes de segurança social deixa os trabalhadores em situações de desemprego, doença ou acidentes de trabalho desprotegidos e vulneráveis. Além disso, sindicatos enfraquecidos têm dificuldades em

negociar condições de trabalho melhores e garantir direitos laborais básicos, exacerbando a desigualdade e a exploração (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017).

Outros autores, como Braga (2019), enfatizam sobre dependência excessiva de setores primários como consequência do capitalismo colonial, sendo um dos principais fatores para que a população não tenha escolha e precisa procurar alternativas que, mesmo precárias, serão a melhor forma de sustentar a família. Essa dependência significa que a economia desses países está altamente concentrada em atividades que envolvem a extração ou produção de matéria prima, muitas das quais são exportadas para mercados internacionais. Essa concentração torna essas economias vulneráveis a flutuações de preços no mercado global, o que, por sua vez, afeta diretamente as condições de trabalho e a remuneração dos trabalhadores.

A agricultura, por exemplo, é uma atividade essencial em muitas nações africanas, fornecendo subsistência para muitas famílias. No entanto, a dependência de culturas de exportação, como o café ou o cacau, deixa os agricultores expostos a quedas nos preços globais desses produtos. Quando os preços caem, os agricultores muitas vezes enfrentam dificuldades financeiras, reduzindo ainda mais a remuneração e as condições de trabalho (GOMES, 2019). Lembrando do exemplo em relação a produção e exportação de castanha de Caju, que é um dos principais materiais de exportação na Guiné-Bissau, uma vez que o governo nem sempre estipula um preço desse produto o que acaba agravando uma crise econômica e a crise de fome no país. Na Guiné-Bissau quanto menor for o preço da castanha maior será o preço do arroz, grande parte dos agricultores e produtores da castanha de caju acabam enfrentando muitas dificuldades e a fome se torna presente.

A dificuldade desse ano nunca cheguei a sentir, passamos muita dificuldade, a fome que assolou Catio esse ano é demais. O arroz está muito caro, porque castanha desse ano não valeu nada, estamos vendendo castanha por 100fc³⁹, muitas pessoas venderam nesse preço, eu inclusive, porque não tinha como fazer ou vender neste valor ou não comer em casa com a família. E esse trabalho é muito difícil, só quem tem horta de caju sabe o quão cansado esse trabalho é, para depois chegar na hora de vender e oferecer, porque nesse valor é como se oferecêssemos para quem vai comprar⁴⁰

Além disso, a ausência de diversificação econômica é uma das questões centrais que contribuem significativamente para as dificuldades laborais em muitos países africanos. Essa falta de diversificação se manifesta na dependência excessiva da exploração de recursos naturais, como petróleo, minerais e produtos agrícolas específicos para exportação. Esse cenário cria desafios significativos para o mercado de trabalho, resultando em escassez de

³⁹ 0,81 centavos, cotação do dia 11 de dezembro de 2023.

⁴⁰ Entrevistada concedida no dia 24 de agosto de 2023, pela senhora Maimuna em Catio.

empregos formais e limitando as oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável (BRAGA, 2019).

Em economias altamente dependentes de recursos naturais, a disponibilidade de empregos muitas vezes se concentra em setores específicos relacionados a esses recursos. Por exemplo, em países que exportam petróleo, muitos empregos estão ligados diretamente à indústria de extração de petróleo e gás. O mesmo ocorre com nações que se especializam na exportação de minerais específicos, como ouro, diamantes ou cobre (SOARES, CARBONIERI, 2023).

Essa concentração de empregos em setores específicos cria um fenômeno conhecido como "excesso de trabalhadores" em tais áreas, pois muitos indivíduos competem por vagas limitadas. Como resultado, a oferta de mão de obra excede a demanda, o que, por sua vez, pressiona os salários para baixo. Trabalhadores em setores superlotados frequentemente enfrentam condições de trabalho precárias, longas horas de trabalho e remunerações inadequadas (DE SOUSA *et al.*, 2020).

Além disso, a dependência excessiva de um setor específico torna a economia vulnerável às flutuações de preços globais. Quando os preços dessas commodities exportadas caem, a economia pode sofrer uma crise, resultando em demissões em massa e aumento do desemprego. A falta de diversificação econômica também tem implicações profundas na estabilidade econômica e no desenvolvimento sustentável. Uma economia excessivamente dependente de recursos naturais pode falhar em investir em outros setores, como manufatura, tecnologia, serviços e agricultura diversificada, que poderiam criar empregos mais estáveis e mais bem remunerados (DE SOUSA *et al.*, 2020; SOARES; CARBONIERI, 2023).

3. OS LUMUS E A INFORMALIDADE DO TRABALHO EM GUINÉ-BISSAU

Lumus, é uma categoria criada pela própria informalidade, a fim de gerar liberdade de circulação entre os trabalhadores informais, de certa forma lumus consegue abastecer o próprio mercado informal. Com a entrada da Guiné-Bissau no (CEDEAO) foi criada uma certa "liberdade econômica" entre Guiné-Bissau e Países vizinhos, essa liberdade vem carregada de obrigações, e a fiscalização fez com que o País passasse a dividir os seus recursos com outros países membros da Comunidade, o que acabou afetando o seu desenvolvimento político econômico. Já que a Guiné-Bissau se vê dentro desse modelo econômico, mesmo capaz de produzir, ainda assim, não consegue assegurar o abastecimento dos produtos para a população.

Frente a essa fragilidade, os lumu passou a desempenhar um papel importante na economia guineense resistindo a essa crise e, ao mesmo tempo, tirando benefício dessa entrada na integração regional, já que o setor informal continua sendo único dentro desse meio que cresceu nas últimas décadas.

Os Lumus, representada nas Figuras 5 e 6, desempenham um papel de destaque nesse panorama. São empreendedores informais que se dedicam à comercialização de uma variada gama de produtos, abrangendo desde alimentos e vestuário até eletrônicos e produtos de higiene pessoal. Sua atuação é predominantemente em ambientes como mercados de rua, praias e áreas de grande circulação. A opção pelo trabalho informal tornou-se imperativa para muitos guineenses, devido às restrições impostas para o estabelecimento de negócios formais, decorrentes da escassez de empregos com caráter formal e das limitações no acesso ao crédito (VIEIRA, 2023).

Figura 5 -



Lumo de Timbo (Cátio)Foto: Autora.

Figura 6



Lumo de Mansaba Foto: Autora.

Adicionalmente, aspetos culturais exercem uma influência significativa nesse contexto. A cultura guineense valoriza a independência e a autossuficiência, incentivando um número considerável de indivíduos a buscar oportunidades de negócios por conta própria, mesmo que isso implique operar no setor informal. Os Lumus personificam esse espírito empreendedor (CORREIA, 2022).

Entretanto, a informalidade laboral traz consigo desafios substanciais. A ausência de regulamentação e de proteção social coloca os trabalhadores informais em uma situação de vulnerabilidade, sujeitos à exploração e à incerteza econômica. Ademais, a evasão fiscal compromete a capacidade do governo de arrecadar receitas e investir em serviços públicos essenciais (VAZ, 2019).

A origem da informalidade laboral na Guiné-Bissau é um fenômeno profundamente enraizado em fatores históricos, econômicos e culturais complexos. Os Lumus executam um papel proeminente nesse contexto, refletindo a busca de muitos guineenses por oportunidades econômicas em um ambiente caracterizado pela escassez de empregos formais e pela persistente instabilidade política. Portanto, a informalidade laboral também apresenta desafios consideráveis, exigindo uma abordagem política e econômica cuidadosamente delineada para melhorar as condições de trabalho e promover o desenvolvimento sustentável no país (CORREIA, 2022).

Este fenômeno é de alcance global, mas apresenta particular proeminência em nações em desenvolvimento, incluindo diversas nações africanas. A prevalência do trabalho informal nessas áreas pode ser atribuída a múltiplos fatores (CORREIA, 2022).

A incapacidade dos setores econômicos formais de absorver plenamente a força de trabalho disponível é um desafio recorrente, gerando um aumento na participação da economia informal. Em segundo lugar, a falta de acesso a uma educação de qualidade e à formação profissional adequada limita as alternativas de emprego para muitos indivíduos, empurrando-os para ocupações informais de baixa remuneração e baixa qualificação (VIEIRA, 2023). Terceiro, a ausência de regulamentações laborais apropriadas e a eficácia limitada na fiscalização governamental criam um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades informais. A carência de salvaguardas laborais e de segurança ocupacional frequentemente torna o trabalho informal uma alternativa atrativa, apesar das suas desvantagens (CORREIA, 2022).

Para enfrentar efetivamente o problema do trabalho informal, é necessário adotar uma abordagem abrangente. Isso inclui a implementação de políticas que estimulem a criação de empregos formais, aprimorem o acesso à educação e à formação profissional, fortaleçam a aplicação das leis trabalhistas, proporcionem proteção social e busquem formalizar a economia informal quando adequado. A redução da informalidade no mercado de trabalho representa um desafio complexo, mas é imperativa para a melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores e para o fomento do desenvolvimento econômico sustentável.

O surgimento e a persistência do trabalho informal na Guiné-Bissau têm profundas raízes históricas que remontam ao período colonial. Durante o longo domínio colonial português, que se estendeu por séculos, a economia guineense foi moldada e estruturada em torno da exploração de recursos naturais abundantes no país, tais como o amendoim, o óleo de palma e a madeira. Esses recursos foram explorados para atender às demandas das metrópoles coloniais, mas o modelo econômico que emergiu não fomentou a industrialização nem promoveu o desenvolvimento de setores formais (VIEIRA, 2023).

Em vez disso, o sistema econômico colonial perpetuou uma economia de subsistência em grande parte agrária, na qual a maioria da população guineense estava envolvida na agricultura de pequena escala para sua sobrevivência. De acordo com Silva (2021), o trabalho informal já era predominante muito antes da independência do país em 1973. As atividades

agrícolas e a produção de bens manufaturados de pequena escala eram realizadas principalmente fora dos limites do emprego formal e das regulamentações estatais

Com a independência da Guiné-Bissau, a instabilidade política tornou-se uma característica constante da nação recém-formada. Golpes de Estado e conflitos internos criaram um ambiente marcado pela incerteza e pela falta de estabilidade econômica. Essa instabilidade dificultou ainda mais o desenvolvimento de um mercado de trabalho formal e levou muitos guineenses a buscarem meios de subsistência no setor informal, que oferecia uma flexibilidade necessária para se adaptar às condições em constante mudança (VIEIRA, 2023).

Outro fator significativo que contribuiu para a persistência do trabalho informal na Guiné-Bissau é a falta de acesso à educação e à formação profissional de qualidade. A carência de oportunidades educacionais e de treinamento adequadas limitam as opções de emprego para muitos guineenses, direcionando-os para ocupações informais de baixa remuneração e baixa qualificação (VAZ, 2019).

A ausência de regulamentações laborais eficazes e fiscalização governamental também faz um papel importante na manutenção do trabalho informal. A falta de proteções trabalhistas, como salário-mínimo e segurança no emprego, torna o trabalho informal uma alternativa atraente para muitos, apesar de suas desvantagens.

O trabalho informal na Guiné-Bissau tem raízes profundas na história colonial do país, que moldou uma economia baseada em recursos naturais e uma predominância de atividades informais. A instabilidade política e a falta de acesso à educação e à formação profissional agravaram essa realidade, enquanto a falta de regulamentação e fiscalização adequadas permitiu que o trabalho informal persistisse. Para abordar esse fenômeno, é necessário adotar uma abordagem multifacetada que inclua políticas de desenvolvimento econômico, acesso à educação e formação, bem como regulamentações trabalhistas eficazes e apoio à formalização da economia (CORREIA, 2022).

Após a conquista da independência em 1973, a Guiné-Bissau foi imersa em um período de instabilidade política que se estendeu ao longo de várias décadas. Este período foi caracterizado por uma sucessão de eventos, notadamente golpes de Estado e conflitos armados internos, que tiveram um impacto profundo sobre a nação recém-emancipada, gerando repercussões significativas tanto na estabilidade econômica quanto na estrutura do mercado de trabalho formal (GOMES, 2019).

Essa instabilidade política, caracterizada por mudanças frequentes no governo e conflitos internos, comprometeu substancialmente a capacidade do país em consolidar uma economia resiliente e estável. Os episódios de instabilidade política frequentemente interromperam o funcionamento das instituições governamentais e tiveram efeitos adversos no ambiente empresarial. A incerteza política afastou investidores e impôs dificuldades operacionais às empresas, tornando desafiador o estabelecimento de operações consistentes (SIGA, 2021).

Como resultado direto dessa dinâmica, a Guiné-Bissau se viu confrontada com notáveis desafios no que se refere à criação de empregos formais e à promoção de uma economia estável. Os setores econômicos formais frequentemente não conseguiram absorver a crescente força de trabalho do país, levando uma proporção substancial da população guineense a buscar alternativas de subsistência no seio da economia informal. Neste contexto, a economia informal proporcionava a flexibilidade necessária para se ajustar às constantes variações nas esferas política e econômica

A instabilidade política também prejudicou a capacidade do governo de implementar políticas econômicas eficazes e de criar um ambiente propício para o desenvolvimento do mercado de trabalho formal. A ausência de continuidade nas políticas governamentais, frequentemente acompanhada de práticas corruptas e gestão ineficiente, contribuiu para a perpetuação dos desafios econômicos e da predominância do trabalho informal (SIGA, 2021).

Adicionalmente, a instabilidade política constante desencadeou períodos de conflitos armados internos, cujos efeitos devastadores se estendem à infraestrutura do país, englobando estradas, escolas e instalações de saúde. Esta deterioração da infraestrutura teve um impacto adverso no ambiente de negócios e na capacidade das empresas de operarem com eficácia o que resultou na desvalorização dos funcionários. (MARTINS, 2022).

Como expressou uma da entrevistada bideira e antiga combatente que participou da luta da libertação nacional.

O salário naquela época de peso dava, mas quando se tem filhos, mesmo com marido trabalhando, não dá. Depois que CFA⁴¹ passou a ser uma porcaria, o salário de funcionário público, na verdade desde primeiro golpe que o Luiz Cabral sofreu funcionário passou a ganhar muito mal, isso é quando tem salário.⁴²

⁴¹ Dinheiro atual de Guiné-Bissau

⁴² Entrevista concedida no dia 24 de agosto de 2023 no sector de Catió, capital da região de Tombáli.

O período de instabilidade política que se seguiu à independência da Guiné-Bissau em 1973 teve implicações profundas tanto na economia do país quanto na estrutura do mercado de trabalho formal. A incerteza política e os conflitos frequentes prejudicaram a estabilidade econômica, dificultaram a criação de empregos formais e levaram muitos guineenses a recorrerem à economia informal como meio de subsistência. Para abordar esses desafios complexos, torna-se imperativo promover a estabilidade política, implementar políticas econômicas sólidas e estabelecer um ambiente de negócios favorável ao crescimento do mercado de trabalho formal.

A escassez de acesso a uma educação de qualidade e a programas de formação profissional representa um fator de considerável relevância que contribui de maneira substantiva para a predominância do trabalho informal na Guiné-Bissau, desencadeando impactos substanciais tanto no âmbito social quanto econômico do país. Este panorama se desdobra em diversas dimensões, cuja análise detalhada permitirá uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por muitos guineenses (LOPES, 2021).

Primeiramente, a limitada disponibilidade de educação de qualidade e oportunidades de formação profissional restringe drasticamente as perspectivas de carreira e emprego para um número significativo de indivíduos. A carência de acesso a uma educação que desenvolva habilidades e competências demandadas pelo mercado de trabalho formal torna complexa a qualificação dos guineenses para ocupar postos de trabalho formais. Isso resulta em uma parcela considerável da população que não possui as qualificações necessárias para ocupar vagas em setores formais, impulsionando, assim, sua busca por alternativas no trabalho informal (SIGA, 2021).

Em segundo lugar, a inexistência de programas de formação profissional de qualidade impacta diretamente a empregabilidade dos guineenses. A capacidade em adquirir conhecimentos específicos, atualizados e pertinentes para o mercado de trabalho é de importância crucial para a obtenção e a manutenção de empregos formais. A carência de programas eficazes de formação profissional restringe as oportunidades para a aquisição de habilidades valorizadas, perpetuando, conseqüentemente, a dependência do trabalho informal (INTUMBO, 2021).

Terceiramente, a falta de acesso à educação e à formação profissional de qualidade contribui para o ciclo intergeracional da informalidade. Quando os pais não têm acesso a oportunidades educacionais e de formação, suas crianças enfrentam desafios similares no

futuro. Isso perpetua a prevalência do trabalho informal como a única alternativa viável em muitas famílias (CÁ, TEIXEIRA, 2023).

Em quarto lugar, a ausência de qualificações e habilidades específicas limita a capacidade dos guineenses de buscar empregos formais em setores que requerem conhecimentos técnicos ou especializados. Frequentemente, as oportunidades de emprego no setor formal estão atreladas a requisitos específicos de educação e formação, que os trabalhadores informais não conseguem atender (INTUMBO, 2021).

Em quinto lugar, a restrição no acesso à educação e à formação profissional acentua a segregação ocupacional e a concentração de trabalhadores em setores de baixa remuneração, como o comércio informal e a agricultura de subsistência. A falta de diversificação nas escolhas de carreira leva à saturação de determinados setores, resultando em uma concorrência intensa e, conseqüentemente, em baixos rendimentos para os trabalhadores informais (SANGREMAN, TURÉ, 2022).

Por fim, é relevante destacar que a carência de educação e formação adequadas impacta não somente os indivíduos, mas também a economia como um todo. A Guiné-Bissau perde a oportunidade de tirar proveito pleno do potencial de sua força de trabalho, o que limita o crescimento econômico e a capacidade de competir no cenário internacional (INTUMBO, 2021).

Em síntese, a inacessibilidade à educação de qualidade e à formação profissional representa um dos principais impulsionadores da predominância do trabalho informal na Guiné-Bissau. Esse cenário se manifesta em diversas camadas, incluindo a falta de qualificações para empregos formais, a restrição da empregabilidade, a perpetuação do ciclo intergeracional da informalidade, a dificuldade em buscar empregos especializados, a segregação ocupacional, a saturação de setores informais e o impacto econômico global. Assim, para abordar eficazmente a questão do trabalho informal, é crucial investir na melhoria do acesso à educação e à formação profissional de qualidade, que deve ser vista como um componente essencial de uma estratégia abrangente de desenvolvimento econômico e social.

4. A INSERÇÃO DAS MULHERES NO TRABALHO INFORMAL

A história socioeconômica da Guiné-Bissau é definida por desafios marcantes que desenharam o atual panorama do trabalho informal. O período após a independência em 1973, trouxe uma série de instabilidades e dificuldades de seguir como um país soberano. A rutura da

concepção de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, a liberalização econômica, iniciada em 1986, e o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) a partir de 1987, tiveram impactos intensos na sociedade guineense, especialmente nas mulheres e acentuaram os problemas, contribuindo para o crescimento considerável da economia informal (GOMES, 2012; (SUCUMA, 2013).

Entre as ações propostas pelo PAE, está a aplicação de uma política fiscal limitativa que teve uma consequência direta na história dos guineenses. A desvalorização dos salários e a redução dos investimentos, principalmente em áreas como saúde e educação, agravaram a crise social e econômica. O efeito foi uma busca progressiva por táticas alternativas de sobrevivência, vendo o trabalho informal como um setor de rápido acesso, pois não havia burocracia (KAFO, 2006; GOMES, 2012).

A degradação geral do nível de vida levou o papel das mulheres guineenses a se tornar crucial nesse contexto, pois muitas delas começaram a buscar atividades remunerativas para garantir a sobrevivência de suas famílias (SUCUMA, 2013).

Na procura por alternativas econômicas, o mercado informal surgiu e se fortaleceu com o passar do tempo, pois o setor formal tornou-se caótico, fez com que as pessoas criassem formas de renda diferentes das tradicionais. A deterioração nas condições de vida ficou cada vez mais grave, gerando a formação de um tipo de comércio informal como no caso das feiras e vendas nas frentes das casas (GOMES, 2014; SANCA, 2014).

Na história percebe-se que os homens eram e, muitas vezes, ainda são vistos como os responsáveis pelo sustento familiar, sendo denominados “chefes de família”. Só que então, os homens ocupando cargos formais, sofreram no período em houve uma redução de pessoal na função pública, um atraso nos salários ou ainda, a diminuição drástica deles, resultando grupos familiares com dificuldades financeiras. Esses acontecimentos contribuíram para que as mulheres procurassem sua autonomia, especialmente no trabalho informal, encontrando alternativas de sobrevivência (GOMES, 2012; SANCA, 2014).

Neste sentido, no que tange as entrevistas na prática, a Entrevista N’Sandé, a qual lutou pela libertação do país, conta sobre ser professora e ainda trabalhar na feira, atuando no mercado informal para garantir o sustento dos filhos. Salientando como as mulheres, pós libertação precisaram mesmo tendo um trabalho formal, procurarem a complementação da renda através do setor informal. Assim ela relata:

eu e o meu marido recebíamos o pagamento dos antigos combatentes é como um salário, mas cortaram depois da guerra 7 de junho aí fui para Bissau resolver esse problema, na época meu marido já estava doente, pagaram 2 meses,

cutaram de novo , meu filho mais velho estava em Bissau ele foi de novo para ministério explicaram muitas coisa, mas não resolveram, desisti continuei dando aula e vendendo, meu marido veio a falecer depois em 2022, meu salário como professora não dava para nada, recebia muito mal então tive que procurar outros meios para sobreviver (Entrevistada N'sandé).

A necessidade de procurar meios de viver, formas para gerar renda e ter subsídios para os filhos estudarem, traz à tona a realidade africana, atualmente a economia enfrenta fragilidade, falta de estrutura adequada na educação e no trabalho, faz com que o mercado informal cresça, mesmo sem apoio, sendo um desafio permanente. As mulheres encontraram formas de lidar com as demandas cotidianas, descobrindo benefícios no trabalho informal, mesmo relatando sérias dificuldades e o cansaço que esse meio causa.

O processo de luta teve repercussão na vida econômica e social das mulheres guineenses. Lembrando que em 1992 foi criada em Bissau, a Associação das Mulheres de Atividade Económica (AMAE), tal organização tinha como principal objetivo a busca pela valorização dos produtos comercializados pelas mulheres, especialmente agrícolas e artesanais, criando mecanismos eficientes como a solidariedade entre as associadas e a poupança financeira (GOMES, 2012; FIDALGO, 2023).

Com o aumento contínuo das atividades econômicas do setor informal, se intensificou a necessidade da criação de um sistema financeiro de apoio, o que levou a criação de uma instituição financeira chamada “Bambaram”, que no caso tinha o intuito de arrecadar as poupanças para que possibilitassem as chances de obterem concessão de crédito (GOMES, 2012; FIDALGO, 2023).

Algo relevante para se falar, trazendo a entrevista da presidente da AMAE, para a Revista Visão, Fidalgo (2023), Lusa Antónia Adama Djaló, apontando o exemplo dela própria com relação a fatos já descritos em parágrafos anteriores, que mesmo sendo funcionária no Ministério da Defesa, percebeu que o salário não seria suficiente para manter a família e então, decidiu fazer em anexo à sua casa, um espaço para venda de peixe, pois com o salário fixo muitas vezes não teria nem o que comer. Lusa ainda diz, “Eu sou vendedeira de peixe. Saio às cinco da manhã, começo a vender até seis e meia, sete horas, vou para o serviço, às sete e meia tenho que estar lá”. E assim outras mulheres também fizeram, venderem em suas casas, outras em feiras e outras, até mesmo, nas ruas.

Neste contexto, relacionando a criação da AMAE em 2002, relacionando com as entrevistas presenciais feitas neste estudo, as mulheres foram indagadas sobre terem uma associação que as represente, sendo que a pergunta foi: “Você faz parte da associação?”, na qual todas declararam fazerem parte. E a Entrevistada Nhama, que é representante da

associação das mulheres *bideiras*, e que ainda durante a entrevista, realizada na feira central de Catió, relatou sobre como surgiu esse movimento da associação:

[...] começou do nada, um dia decidimos chamar pessoas para reunião para falar dos nossos problemas e nessa reunião saiu muitas ideias acertamos tudo nesse dia falamos sobre como essa associação pode ajudar em resolver os nosso problemas, e como podemos fazer com que ela cresça, daí surgiu a ideia de dar 200fc toda sexta-feira, [...] e entregamos para um responsável financeiro um homem muito integro, quando levo esse dinheiro ele pega na caneta eu também pego, escrevemos todos os valores e somamos depois ele guarda como um fundo (Nhama).

A AMAE pode ser uma influência no país, mostrando que as mulheres podem se organizar, e apoiarem a alfabetização, a gestão financeira e o planejamento familiar. As entrevistadas com suas associações nas feiras em Catió, percebem a importância de um representante para garantirem seus direitos. Salientando que segundo Fidalgo (2023), as mulheres continuam sendo as mais vulneráveis a pobreza, acabam afastadas da escola, formando o número de 70% das mulheres não letradas, mas, através do trabalho informal conseguem sobreviver e, fazer com que elas tenham uma vida melhor e possam apoiar seus filhos.

A associação atua em todo o território nacional sob o lema “produzir e vender para sustentar a família e desenvolver a nação”. Com pequenos negócios, como vender água, mancarra (amendoim) e outros produtos locais, são as mulheres que todos os dias fazem dinheiro “para poder dar o sustento aos filhos [e estes] irem à escola, para a saúde e tudo mais”, segundo a dirigente da AMAE (Fidalgo, 2023, p. 1).

Para tanto, englobando tudo que se leu nos parágrafos anteriores, enfatiza-se o quanto o Estado não consegue manter seus compromissos básicos, acarretando o atraso dos salários, então a solução das famílias está direta ou indiretamente relacionada com a economia informal, pois como não tem burocracia, e também pela simplicidade, veem como uma boa solução para resolução imediata dos problemas do dia a dia das guineenses. É desse trabalho que vem a sobrevivência como oportunidade de ter alimento na mesa, ter emprego para familiares, acesso a saúde e a força para manter os filhos na escola.

A inserção das mulheres no trabalho informal, vem da flexibilidade das vendas, podem realizar atividades conforme a demanda do mercado, encontrando espaços físicos diferenciados como na própria casa, na rua e nas feiras, além de comprarem produtos diferenciados que podem contribuir na renda. Esse formato, sem registro e mudanças dinâmicas, mostra que o controle por parte do Governo, torna-se complicado, sendo necessário a criação de um projeto para que possam encontrar meios de melhorar esse setor, já que ele é essencial para o país. Mas

segundo Bialoborska (2014, p. 21), além do que foi relatado acima, também não se percebe interesse por parte do Estado, “Nunca foi procedida a tentativa de medir a sua dimensão, não foram postas em debate as propostas de formalização do informal, não houve debate sobre a precariedade das condições de trabalho da maioria das pessoas pertencentes a este sector”.

As mulheres precisaram se adaptar as transformações observadas no mundo do trabalho ao longo dos últimos anos, e foram impulsionadas pela vontade de que os filhos estudem, que possam ter oportunidades diferentes das delas, acabaram indiretamente, criando formas de organização econômico e social.

Destacando que além de toda dificuldade de lidar com um mercado incerto e conforme demanda, as mulheres enfrentaram desafios em relação a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, pois houve uma segregação nos tipos de empregos, perdurando uma divisão de trabalho conforme o gênero, onde alguns serviços só “servem” para mulheres e outros “apenas” para homens. E esse especto, mantém uma desigualdade econômica, onde as mulheres recebem menos que os homens (ARAÚJO; LOBARDI, 2013; BIALOBORSKA, 2014).

E essa desigualdade, mesmo hoje sendo discutida, ainda existe como podemos ver no relato de uma das entrevistadas:

[...] antes é nesse trabalho que sai o nosso sustento junto com os nossos maridos (risos), porque se “falar eu que sustento a minha casa” os homens tomam como errado, então a gente se complementa, mas nós mulheres, a gente é que tem mais peso, nosso pão de cada dia sai aqui, é aqui que você paga a escola, dar o que comer, é aqui que se faz tudo, se eles estarem bem vestidos é aqui e calçados é aqui (Emília).

O ambiente variável do setor informal guineense é fundamentalmente estimulado pelo papel essencial exercido pelas mulheres, pois com toda dificuldade em relação a forma como o mercado se formou, elas enfrentam dinâmicas de gênero, tanto em casa, sobre poderem ser ou não as provedoras da família, como em relação a serem vistas pelo Governo (MEDEIROS, 2017).

Com o intuito de compreender as estruturas e examinar de perto essas vivências, foram realizadas entrevistas relatadas neste estudo, e assim foram de extrema relevância para compreender os desafios enfrentados por elas no cotidiano, de vários lados, tanto sobre desafios de distinção de gênero, quanto sobre a falta de apoio, e agregando a compreensão quanto ao objetivo delas para saírem de casa todos os dias, pois estão impulsionadas por apoiarem seus filhos nos estudos. Então, segundo Araújo e Lombardi (2013), nessa dinâmica de se inserirem no mercado informal, por necessidade de sobrevivência, as mulheres precisaram criar

estratégias para superar os obstáculos, e tudo isso, gera um impacto relevante na autonomia financeira delas, além de impulsionar a econômica e a erradicação do analfabetismo.

A resiliência e a determinação das mulheres no mercado informal guineense são visíveis ao analisarmos as entrevistas, e observando o dia a dia das feiras, pois houve um impulsionamento nas relações sociais entre elas e as famílias, um empoderamento sobre as decisões que precisam tomar. Percebendo que a colaboração entre elas nesse espaço maioritariamente femininos, demonstra a união dessas mulheres faz com que elas garantam não apenas sua própria sobrevivência, mas também a de suas famílias.

A história colonial da Guiné-Bissau moldou as condições socioeconômicas do país, afetando desproporcionalmente as mulheres. É imprescindível reconhecer o papel das mulheres guineenses como agentes de mudança e desenvolvimento no setor informal. Suas contribuições para a economia nacional são substanciais, e é imperativo garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas. Esta análise se propõe a iluminar essas questões, contribuindo para uma compreensão mais profunda e sensível das vidas, desafios e conquistas das mulheres no contexto do trabalho informal em Guiné-Bissau.

CAPÍTULO III. MULHERES, FAMÍLIA E INFORMALIDADE

Neste capítulo serão apresentados elementos concretos do cotidiano de vida e trabalho das mulheres *bideiras*, enfatizando as dificuldades vivenciadas, as estratégias de sobrevivência e as lutas diárias em busca de melhores condições. Em seguida, a partir desses aspetos, será feita uma reflexão articulando as relações entre trabalho, especificamente o informal, e as questões de gênero, o que permitirá aprofundar a análise da realidade das *bideira* de Guiné-Bissau. Para tanto, além dos referenciais bibliográficos, serão utilizados relatos colhidos nas entrevistas e aspetos verificados nas visitas às diferentes feiras pesquisadas.

1. AS FEIRAS VISITADAS EM GUINÉ-BISSAU

Para analisar em profundidade a realidade das mulheres *bideira* em Guiné-Bissau, foram feitas visitas e entrevistas em quatro cidades de diferentes regiões do país: Bissau, Catío, Cacheu e Bafatá. Por isso, antes de iniciar a análise das experiências e informações encontradas, cabe fazer uma apresentação de cada uma dessas regiões, acompanhada de um relato dos desafios da pesquisa em cada caso.

1.1 BISSAU

Setor autônomo de Bissau tem aproximadamente 492.000 habitantes⁴³, de diferentes grupos étnicos, a principal atividade económica é turismo, agricultura, artesanato e pesca.

Em Bissau, quase todos os bairros têm uma ou duas feiras, o que facilita para os habitantes, mas o espaço nem sempre é dado pela câmara, são sempre espaços improvisados que acabam tornando as feiras grandes, por exemplo, no caso das duas feiras mais movimentadas da capital⁴⁴, a feira de Caracol, *tambarina* hoje atual feira de Cacheu⁴⁵, a feira de bande e mercado de praça, com exceção do mercado de praça nenhuma dessas feiras são espaços dados pela câmara, são todos terrenos de alguém.

⁴³ Guiné-Bissau: Dados e estatísticas (dadosmundiais.com)

⁴⁴ Uma história interessante sobre essa feira é que antes de se chamar *tambarina* por causa de um pé de tamarindo, a feira se chamava “*nghunhi bunda*”, que significa empinar bumbum já que antes não tinha mesa os produtos eram colocados em cima do saco plástico grande no chão.

⁴⁵ Fica em Bissau, mas tem esse nome pelo fato das mulheres de Cacheu vem com peixe e começaram a vender naquele espaço.

A feira de Caracol é o local onde as pessoas de todas as regiões se concentram, já que é o lugar de compra das *bideiras*, elas adquirem produtos por meio de atacado e revendem nas suas respectivas feiras. É uma feira muito movimentada que acabou se estendendo até chapa⁴⁶ e bande, e por mais que essa feira de bande seja um mercado construído pela câmara, acabou virando uma feira que tem semelhança com o Brás em São Paulo - BR, pois vende eletrônicos, roupas, eletrodomésticos, produtos alimentícios, além de possuir restaurantes e outros.

Na feira de bande pode-se encontrar pessoas de diversos países como, Gambia, Guiné-Conacri, Senegal, Nigéria, Gana, Costa de Marfim etc. E nesse espaço pode encontrar mulheres, assim como os homens, mas depende muito do tipo de produto que a pessoa vende, se procurar peixes, hortaliças ou comidas, vai encontrar muito mais mulheres do que homens vendendo, mas quando o assunto é aparelho eletrônico, carne e eletrodoméstico, vai encontrar mais homens. E nessas feiras não tem horário fixo, pois por volta de 5h as mulheres que saem para *lumu* ou aquelas das regiões que trazem produtos, já se encontram na feira e por volta das 6h às horticultoras já estão vendendo para as *bideiras*, e até 21h ainda vai encontrar algumas mulheres no passeio de chapa vendendo peixes e verduras. Tanto feira Caracol, quanto chapa e na feira de Cacheu, não tem cobertura nem estrutura pelo fato de ser uma feira improvisada e as condições higiênicas também não são boas.

O mercado de praça é o maior mercado já construído na Guiné-Bissau, considerado um mercado para pessoas "ricas" devido aos produtos serem caros e fica situado onde havia a maioria dos ministérios, que hoje foram transferidos para outro bairro. Além disso, grandes hotéis também estão localizados nesse espaço, o que atrai muitos turistas. Um fato interessante é que o mercado central teve um incêndio em 2006, no qual muitas mulheres *bideiras* e comerciantes perderam tudo, sendo obrigados a recomeçar do zero e a vender na rua em frente à feira queimada. Após 16 anos de espera, o mercado foi reconstruído do zero e elas puderam retornar para dentro do local. Isso gerou um grande problema entre elas e o presidente da república, pois este inaugurou o espaço sem a presença das utentes, pois alegaram que a inauguração deveria ser feita pelo presidente da câmara, não pelo presidente da república. O mercado foi inaugurado em 26 de dezembro de 2022 e, entre todas as feiras, é a mais limpa, com condições de higiene impecáveis tanto nos banheiros quanto nos espaços, contendo até elevador. O mercado é dividido em áreas para lojas de roupas, eletrônicos e produtos alimentícios.

⁴⁶ Centro do capital, hoje principal espaço do comercio informal

Figura 7



feira de Bandé/chapa e caracol- foto: autora.

Figura 8



mercado Central-foto: autora 2024

1.2 CATÍO

Situado na província sul do país, Catió é capital de região de Tombáli, tem cerca de 9.900 habitantes. As principais atividades econômicas dessa região são agricultura, pesca e artesanato.

A pesquisa de campo realizada no sul do país, região de Tombali, setor de Catió, que é capital dessa região, foi mais difícil do que a realizada em Bissau, pois a viagem durou 7 horas

de ônibus, e por ser um período de chuva ficou ainda mais difícil. Fiquei hospedada na casa do meu tio, no bairro de *Timbó*, que está localizado a 25km de Catíó. Salientando o quanto foi importante ter o meu tio como intermediário para realizar as entrevistas, pois ele conhece grande parte das pessoas, principalmente a maioria das mulheres na feira, já que foi professor das(os) filhas(os) dessas feirantes.

Para tanto, o contato com as feirantes se deu através de dois intermediários, o primeiro foi meu tio, que conversou com uma das *bideiras* e ela se tornou a segunda intermediária, porque foi ela que me levou até as outras *bideiras*. Um fato interessante que aconteceu ao longo da pesquisa é que o meu tio me levava de moto, e no último dia na volta para casa, pegamos muita chuva e ele disse “você foi abençoada, como é a sua primeira vez na terra do seu pai, os seus avós te abençoaram com a chuva que lavou a sua alma”.

As observações sobre o contexto geral aconteceram um dia antes das abordagens com as entrevistadas, possibilitando a percepção de que as mulheres dominam totalmente o espaço (mercado), pois não tinham homens dentro do local interno, apenas na parte de fora. O que chamou bastante atenção foi sobre o horário do trabalho, sendo que as mulheres chegam por volta das 8h da manhã e saem às 14h, o que é totalmente diferente com as mulheres que trabalham na feira de Bissau. Outra questão, é que a estrutura da feira era muito antiga, apesar de ser restaurada por dentro. Tentei saber a data a qual foi construída, já que a placa da feira estava velha e as letras apagadas, mas no fim, não consegui essa informação, a resposta mais próxima que consegui é a de que a feira foi construída antes da independência do país.

No primeiro dia de observação, percebe-se que o fluxo de pessoas era menor em comparação com a capital, e que os produtos vendidos nas feiras também eram escassos, principalmente repolho e cenoura. Além disso, havia apenas três mulheres vendendo esses produtos, o que foi posteriormente explicado nas entrevistas. O arroz era comercializado pelas mulheres, ao contrário de Bissau, e este arroz era produzido pelas próprias mulheres que trabalhavam nas *bolanhas* (campo) e, posteriormente, vendiam nas feiras. Esse arroz não continha nenhum tipo de fertilizante e era um pouco mais caro, apesar de não haver muita diferença. Outro aspecto interessante era que os peixes vendidos na feira eram poucos e, na maioria das vezes, não estavam congelados, sendo peixes frescos, e quem os vendia era uma criança de aproximadamente 12 ou 13 anos. O fluxo de pessoas era bastante reduzido, não havia grandes movimentações, mas do lado de fora havia muitas pessoas, já que lá existia uma variedade de produtos que não se limitava apenas aos alimentos.

As mulheres entrevistadas foram muito amigáveis mostraram interesse em falar e pediram até foto, alegando que quando a pesquisa terminasse queriam ver os rostos delas no

trabalho. Mas fizeram uma crítica importante, onde destacaram que os estudantes que já passaram por lá fazendo entrevistas, nunca mais voltaram para avisar se o trabalho deu certo ou não.

Figura 9



produção de arroz-foto: autora 2023

Figura 10



mercado central de Catió-foto: autora 2023.

1.3 CACHEU

A Cidade de Cacheu localizada no norte do país, tem cerca 10.490 habitantes, oriundos de diferentes grupos étnicos, mas maioria manjaca. As principais atividades econômicas de Cacheu são pesca, agricultura e turismo

A viagem para a cidade de Cacheu foi menos cansativa em termos de horas, pois era mais próxima de Bissau e dava para ir e voltar no mesmo dia, tendo uma duração de 4 horas, que poderia ser menor, mas devido à precariedade das estradas da Guiné-Bissau, tornou tudo

mais longo e cansativo. Para essa viagem, a chegada na paragem/rodoviária foi por volta 5 horas antes para pegar os primeiros carros, mas, ao chegar percebe-se que não havia carros diretos para a cidade de Cacheu. O ideal é que pegar um para *Cantchungo*, que é a capital da Região de Cacheu, e de lá pegar para a cidade de Cacheu. Mas o bom de tudo isso é que dentro do carro estava dividido entre dois grupos: aqueles que defendiam o regime do atual presidente e outro que defendia o partido PAIGC. O que me chamou atenção é o fato de que os que defendiam o presidente alegavam que a Guiné-Bissau precisa de uma liderança de punho de ferro, e o presidente é esse líder, argumentando que, após anos de poder do PAIGC, o país piorou. O grupo que defendia o partido PAIGC tinha três jovens, que não gostavam do partido e achavam que o corpo do partido precisava mudar, mas votaram no partido por causa do líder, Domingos Simões Pereira, argumentando que no momento ele é mais capacitado para liderar e tinha o poder de trazer investidores para o país. Essa discussão só terminou quando chegamos a *Cantchungo*. Desci para pegar um carro para a cidade de Cacheu, que fica a cerca de 30 km de distância.

Cacheu é uma cidade muito diferente, pois possui uma única entrada e saída, já que parte dela é composta pelo mar, e a feira está entre 400 e 500 metros da pracinha e do mar, sendo que a pracinha estava em obra no momento. No primeiro dia da observação, deu para perceber que em Cacheu havia muito peixe, devido à proximidade com o mar, mas esses peixes permanecem pouco tempo na cidade, sendo que grande parte é levada para Bissau, *Cantchungo* e outras cidades. Dentro da feira, o espaço precisa de manutenção tanto dentro quanto fora, pois é precário. As feiras normalmente funcionam das 7h até no máximo 15h, depois desse horário não se encontra ninguém, mas um fato interessante é que na feira de Cacheu tanto mulheres quanto homens vendem produtos de primeira necessidade. O espaço dentro da feira é dividido, uma parte é destinada à venda de peixe, outra para verduras, e as roupas são vendidas na parte externa.

Uma coisa incomum que aconteceu na viagem a Cacheu é que, na volta para Bissau, o carro teve um problema, então tivemos que descer no meio do caminho e esperar outro carro para Bissau.



Praça de Cacheu-Foto: autora 2023.

Figura 12



feira municipal de Cacheu- foto: autora 2023.

1.4 BAFATÁ

Localizada no Leste da Guiné-Bissau, Bafatá tem aproximadamente 23mil habitantes, maioritariamente das etnias fula e mandigas. Principais atividades econômicas dessa região são a agricultura e pecuária.

Das viagens realizadas ao longo da pesquisa essa foi a mais cansativa e difícil, pois o ônibus não saiu no horário previsto e tinham muitas pessoas no ônibus, além da estrada extremamente ruim, a viagem durou cerca de 6 horas e estava um calor de 40°, diferente de Cacheu e Catíó. Salientando que a cidade de Bafatá tinha um grande fluxo de pessoas, principalmente motos e burros puxando carroças.

Ao chegar na feira para o primeiro dia da observação, fiquei um pouco perdida, pois a feira é grande e tinha de tudo, tanto pessoas dentro como fora. Devido ao fato desta região ser considerada maioritariamente muçulmana, havia muitas pessoas cobrindo o rosto, e pude

perceber que grande parte dos comerciantes eram dos países vizinhos, como Senegal, Nigéria, e principalmente da Guiné-Conakry. Na feira de Bafatá havia muitos produtos, tanto de vestuário como de comida, e as coisas eram mais baratas em comparação com Cacheu e Catió. Uma coisa notável foi que na feira, grande parte dos peixes vendidos eram congelados e não havia grande variedade. As mulheres, mesmo que saíssem para *lumus*, também produziam bastante verduras e frutas. Dentro da feira, os espaços eram apertados devido ao fluxo de gente, mas estavam separados de acordo com os produtos que vendiam; um exemplo disso são as mulheres que vendem leite de vaca, que se sentavam em grupos, assim como os vendedores de carvão, e as pessoas que vendiam óleo, arroz industrializado, alho, açúcar, entre outros, tinham seus respectivos espaços. As pessoas que vendiam arroz natural, produzidos na região e nas redondezas, ficavam em outro lado.

A estrutura da feira também não é das melhores, o que foi bastante criticada durante as entrevistas, e muitos produtos ficam descobertos. Dentro da feira é muito escuro e com pouca iluminação. Em Bafatá, por mais que as condições da feira não eram boas, a associação é mais “forte”, pois trabalham com algumas ONGs e precisam de um representante nas reuniões. Na feira de Bafatá, todos trabalham juntos e misturados por mais que as mulheres dominem o espaço, mas não chega a ser uma diferença em grande número

Figura 13



Açougue da feira de Bafatá- foto: autora 2023

Figura 14



Dentro da feira- foto: autora 2023

1.5 PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Por fim, após apresentar os locais visitados, cabe apresentar o perfil das pessoas entrevistadas, o que será feito a partir das tabelas embaixo.

Quadro-2 Bideiras

Nome	Sexo	Cidade	Etnia	Religião	Função	filhos
N'sande	feminino	Catió	Balanta	católica	bideira	sim
Nhama	feminino	Catió	Nalú	monoteísta	bideira	sim
Fatima	feminino	Cacheu	Mandjacu	católica	bideira	sim
Awa	feminino	Bafatá	Mandinga	Muçulmana	bideira	sim
Julia	feminino	Bafatá	Mancanhi	católica	bideira	sim
Maimuna	feminino	Catio	Nalu	muçulmana	bideira	sim
Matilde	feminino	Bissau	Pepel	católica	bideira	sim
Okinka	feminino	Catio	bijagó	monoteísta	bideira	sim
Zinga	feminino	Cacheu	felupe	evangélica	Bideira	sim
Namir	Feminino	Bissau	Mancanhi	católica	bideira	não
Wilma	feminino	Bissau	Mandjacu	muçulmana	bideira	sim
Bloni	feminino	Catio	Balanta	animista	bideira	sim
Sona	feminino	Bafatá	mandinga	muçulmana	bideira	sim
Marina	Feminino	Cacheu	Balanta mané	animista	bideira	sim
Nandi	feminino	Bafatá	Fula	muçulmana	bideira	não
Titina	Feminina	Bissau	pepel	animista	bideira	sim
Emilia	Feminina	Cacheu	mansonca	Catolica	Bideira	Sim
Sirem	Feminina	Cacheu	Fula	Muçulmana	Bideira	Sim
Umu	Feminina	Bafatá	Mandinga	Muçulmana	Bideira	sim
Wini	Femnino	Bissau	mandjacu	Evangélica	Bideira	sim

Fonte: autora-2024

Quadro 3-Filhas(os) das Bideiras

Nome	Cidade/ País	Sexo
N'pili	Bahia/Brasil	feminino
Vania	Bissau/ Guiné-Bissau	Feminino
Midana	São Paulo/Brasil	Masculino
Sãozinha	Cacheu/Guiné Bissau	Feminino
Badjimir	São Carlos/Brasil	feminina
Sami	Lisboa/Portugal	feminino
Nacalian	Cacheu/ Guiné Bissau	Feminino
Pansau	Catió/ Guiné Bissau	Masculino
Mussa	Bafatá/ Guiné Bissau	Masculino
Seibana	Bissau/ Guiné Bissau	Masculino

Fonte: autora-2024

Quadro 4-Responsáveis da Câmara Municipal

Nome	Função
Amarante	Diretor de mercado, feiras e abatedouro de Bissau
Sadam	Responsável financeiro do mercado de Cacheu
Mussa	Cobrador do mercado de Bafatá
Bacar	Presidente do mercado de Catió

Fonte: autora-2024

Quadro-5 Homens que vendem no mercado.

Nome	Cidade	Etnia	Religião
Marcos	Bissau	Pepel	evangélico
Mamadu	Bafatá	Mandinga	Muçulmano
Tidjani	Catió	Biafada	Muçulmano
Suleimane	Cacheu	Fula	Muçulmano

Fonte: autora-2024

2. A REALIDADE COTIDIANA DAS *BIDEIRAS*

A pesquisa de campo, através de visitas de observação e entrevistas, revelou um conjunto de aspetos que caracterizam a realidade das mulheres bideiras em Guiné-Bissau, tais como a falta de apoio e valorização, a falta de oportunidades de trabalho formal e os desafios para desenvolverem ações conjuntas e se organizarem em torno de associações. A seguir, será apresentado esse conjunto de fatores, antes de passar para uma análise mais ampla da situação dessas trabalhadoras do setor informal.

2.1 DIFICULDADES ENFRENTADAS

A pesquisa mostrou algumas diferenças em relação às dificuldades encontradas pelas *bideiras* nas diferentes regiões pois, segundo os relatos, as trabalhadoras de Bissau, por ser capital, tem mais acesso aos produtos em relação a Cacheu, Catió e Bafatá. Por outro lado, as mulheres de Bissau têm jornadas de trabalho mais longas, chegando entre 5h e 6h e ficando até às 21h, sendo que no interior, as feiras começam às 7h e permanecem até às 14h, depois disso não adianta ficar porque os clientes não estão acostumados. No entanto, apesar dessas diferenças, também se percebeu vários aspetos comuns no cotidiano destas trabalhadoras, sendo o primeiro deles a quase completa falta de oportunidades de trabalho com carteira assinada nas suas trajetórias.

Quando perguntadas se já tiveram carteira assinada, quase todas disseram que nunca trabalharam no meio formal, sendo que entrevistada Titina adicionou que “na Guiné-Bissau só quem tem emprego é quem tem costa larga⁴⁷, mas também não tenho formação nem vou atrás, prefiro ficar sem ser humilhada”.

Algumas entrevistadas até revelaram oportunidade de trabalho assalariado, mas com salários que eram insuficientes e, por isso, precisavam trabalhar nas feiras. A Entrevistada Bloni, fala sobre os anos como professora, mas que mesmo assim, precisou se manter vendendo na feira e procurando alternativas: “como disse antes eu era professora, trabalhei como professora 35 anos. Hoje para além de vender aqui na feira sou cozinheira na sede de PAIGC aqui em Catió, mas trabalho mais na época de campanha eleitoral”. No mesmo sentido, a entrevistada Nhama, a mais velha das entrevistadas de Catió, comentou: “continuei dando aula e vendendo, meu marido veio a falecer depois em 2022, meu salário como professora não dava

⁴⁷ Proverbio guineense que significa quem tem amigo ou família num lugar é que consegue algo.

para nada, recebia muito mal então tive que procurar outros meios para sobreviver”. Já a entrevistada Julia, por sua vez, preocupada com o sustento da família, enfatizou que o salário como Enfermeira não era suficiente para proporcionar estudo aos filhos. Por isso, ela resolveu trabalhar nas vendas e pode contar com orgulho que a sua filha mais velha está em Portugal estudando, o segundo filho está se formando no Instituto Camões e os dois últimos moram com ela.

Mais emblemático é o caso de Maimuna, que iniciou como vendedora quando retornou para Catíó, após participar da luta de libertação. Depois, se formou como professora, mas continuou na feira, e ainda continua mesmo já aposentada: “comecei a vender antes de me formar como professora. Naquela época eu vendia pastel e arroz, porque mesmo meu marido trabalhando, na época era peso as coisas não eram muito caro [...] hoje estou aqui vendendo hortaliça”. Assim ela detalha a situação:

Ainda falando sobre a Entrevistada, quando indagada sobre continuar vendendo mesmo depois de aposentada, salienta o quanto elas sempre estão atentas às necessidades da família, entendendo que as condições não são fáceis, mas no fim elas sentem-se obrigadas a continuar no mercado informal, percebendo ser a única alternativa:

eu tenho filhos, sobrinhos e netos que precisam de mim, e precisam desse trabalho, não temos nada, meu marido faleceu e me deixou com eles, eu tinha que me virar para sustentar a casa e as pessoas que moram em casa, sem contar com as escolas, vestimentas e saúde, tudo que eles precisam era eu.

Ao serem perguntas a respeito das dificuldades enfrentadas no trabalho, as respostas apresentavam frases semelhantes, tais como “aqui as dificuldades são enormes”, “as dificuldades são enormes aqui”, “aqui as dificuldades são imensas”, “as dificuldades são enormes”, “são muitas que não tem como enumerar nos dedos”, e “aqui as dificuldades são constantes e as lutas são diárias”. Muitas dessas dificuldades se relacionam com preço e acesso aos produtos, estrutura das feiras e as taxas cobradas pelo governo, como indicam os relatos abaixo:

[...] maior dificuldade é que quando precisamos ir buscar os produtos, principalmente quando não tem dinheiro para pegar carro e ir para outro espaço buscar produto. Tem que ficar aqui em Catíó e pegar o que achou na mão de outras pessoas que vendem (N’Sandé, de Catíó).

aqui não tem nada [...] ficamos sempre na espera de pessoas [...] para poder vender e pagar as nossas abotas [...] às vezes temos que ir lumu em mansaba, são Domingos ou tchalana buscar produtos para vender [...] (Namiram, de Bissau)

[...] não temos banheiros e nem água aqui na feira [...] temos que pagar a taxa de cobrança todos os dias, não tem domingo nem segunda [...] sem contar com preço de tudo que subiu, carro para lumu aumentaram o preço [...] (Sona, de Batafá)

[...] está tudo caro [...] desde peixe, carne, arroz [...], hoje ninguém vende para ter roupa ou joias como antes, hoje é para ter o que comer [...] falo que Cacheu de antes é melhor do que de agora [...] (Marina, de Cacheu)

Uma das entrevistas de Catió destaca a fadiga e as preocupações constante em sustentar suas famílias, ressaltando a falta de apoio e a necessidade de uma poupança para enfrentar as dificuldades. Ela ainda enfatizou a extrema dificuldade econômica enfrentada em Catió, evidenciando o impacto direto nos preços dos alimentos, como arroz e peixe. Essas entrevistas revelam a resiliência das mulheres diante das adversidades, delineando um cenário em que o trabalho informal é crucial para enfrentar a crise alimentar. Ressaltando alguns trechos importantes da entrevista realizada com ela:

[...] esse ano, nunca vimos na nossa vida, desde que nasci, nunca vi. Credo! A dificuldade desse ano nunca cheguei a sentir, passamos muita dificuldade, a fome que assolou Catió esse ano é demais. O arroz está muito caro, porque castanha desse ano não valeu nada, estamos vendendo castanha por 100fc [...] nós estamos aqui só nessa busca que consigamos algo para comer com os nossos filhos [...] (Nabi).

Além dessa importância para o sustento de suas famílias, as trabalhadoras entrevistadas revelam consciência da importância do seu trabalho para a sociedade em geral, como é o caso de Namir que afirma que seu trabalho “ajuda e muito porque esse dinheiro que pagamos a feira vai para cofre do Estado”. Outra entrevistada diz que “ajuda movimentar tudo nesse país [...] os produtos que compro, as taxas que pago todos os dias na feira”, assim como Bloni, que aponta que apesar das “pessoas que não conseguem ver, a estrada nova aqui em Cacheu o nosso trabalho ajudou a construir”. Na mesma linha, a Entrevistada Ponu salienta que “nosso trabalho posso dizer é que mais contribui, porque a gente não para dia e noite”, e a Entrevista Júlia diz que “meu trabalho não anda se a economia do país está mal, como agora, e a economia ela depende do nosso trabalho [...] eles não sabem que, sem esse trabalho, grande parte do imposto que entra não vai entrar”.

No entanto, o trabalho das bideiras nem sempre recebe o devido reconhecimento, sendo desvalorizado socialmente e tratado com descaso pelo governo. Tal desvalorização repercute na experiência de N’pili, uma das filhas de mulheres bideiras entrevistadas. Ela conta que, em alguns momentos, enquanto criança, ela sentia medo do constrangimento ao ser vista pelas colegas na feira com a mãe, e acabava pensando a seguinte frase, “Nossa, eu vou ter que sentar na feira para vender. Se as minhas amigas me vissem iam dizer, “a N’pili vende peixe”. Vergonha de ser vista vendendo peixe na feira e preocupação com o que as pessoas pensariam”. Porém, no processo começou a entender sobre a importância da independência financeira ao buscar mantimentos para o almoço e vender sanduíches no bairro. Teve uma mudança de

perspetiva ao perceber a importância desse trabalho para o sustento da família, superando a vergonha, ao compreender a necessidade e a estima do trabalho de sua mãe. Percebeu a influência da cultura, entendendo de onde vinha essa vergonha “[...] falta de noção é a forma que as pessoas olham para quem é bideira, o preconceito de que essa pessoa é muito pobre por isso está vendendo na feira”.

Além da desvalorização social, as trabalhadoras relatam que não encontram qualquer apoio governamental, muito pelo contrário, só aparecem para cobrar as taxas para o espaço da feira. Em síntese, essas mulheres sentem-se tratadas como se o trabalho delas fosse algo irrelevante, apenas são lembradas na hora da cobrança para o pagamento das taxas e dos impostos:

a única relação que temos com governador daqui de região de Tombali é só na hora da senha de pagamento da feira [...] não temos condições mínimas, nem banheiro temos aqui [...] (Wini).

[...] Estado não nos pergunta nada, nem sabe nada da gente aqui na feira, porque essa feira, nos tiraram aqui um tempo e nos mandaram por um espaço improvisado, ficamos bastante tempo lá [...] depois vieram com papo de que areski⁴⁸ não tinha terminado essa feira por isso continuamos lá [...] (Okinka)

[...] não vi nada que presta aqui do Estado [...] na época da Covid [...] tudo estava parado, não tinha lumu, nem como chegar se tivesse, essa foi época que mais precisamos do Estado, mas nos deram costa (N'zinga).

Eu não considero que temos governador [...] quando fomos reivindicar sobre condições, vieram com papo de que vão aumentar o valor da taxa (Nandi).

A única relação existente é a cobrança da feira essa é a única relação, não fazem nada nem apoio nem nada, Estado não nos ajuda em nada (Titina).

Essa insatisfação se mostra ainda mais intensa em relação a situações atuais, com relatos sobre o quanto é revoltante as atitudes do presidente: “a minha esperança é que esse novo governo que irá entrar possa mudar as coisas”. E a Entrevistada Wilma, que complementa sobre a sua indignação, pois ela sente não estar vivendo em uma democracia, sente-se em uma ditadura, já que a voz do povo não é ouvida:

[...] esse país vai de mal a pior, cobranças absurdas, esse governo que saiu recentemente para o outro assumir foi o pior da história, até na época de kumba yala [...] tudo está caro, hoje para comer tem que abdicar de muitas coisas [...] saúde e educação que já era precário, piorou nesses últimos anos, a situação não está nada melhor, ele acha que é rei coloca quem ele quiser e tira quem quiser [...] (Wilma).

No mesmo sentido, outra entrevistada afirma que:

⁴⁸ Empresa senegalesa responsável pelas obras e estradas na Guiné-Bissau.

o presidente é o pior já visto na história do mundo, quero que ele vá embora de onde saiu, por que quem trouxe ele é o jomav⁴⁹. Ninguém sabia quem esse homem é [...] esse país está uma bagunça ninguém respeita nada. Olha os lixos aqui na rua da feira pagamos, mas nem a câmara que é responsável tira, ninguém faz nada [...] (Matilde).

2.2 CONFLITOS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Para enfrentar as dificuldades e o descaso mencionados, as trabalhadoras tem consciência da importância de se organizarem para defender seus direitos e buscar melhorias, no entanto, essa não é uma tarefa fácil. Nesse ponto, vale ressaltar a pesquisa “Dinâmicas e constrangimentos nos processos de organização dos trabalhadores informais na Guiné-Bissau” do autor Bialoborska (2014), que trata sobre como os guineenses se organizam em grupo de apoio no setor informal, salientando a grande participação das mulheres em tais associações. O artigo, expõe o crescimento dessas organizações, mas ainda realça as dificuldades de manter a eficácia, enfrentando constrangimentos internos e externos.

Tais constrangimentos internos, para Bialoborska, (2014, p. 11), pode-se citar dois casos principais, sendo que um deles é “Falta de experiência associativa”, mas mesmo assim conseguem unir forças para apoiar uns aos outros quando estes precisarem. Outro é a “falta de apoio técnico”, já que “[...] ausência das pessoas com capacidade de fornecer algum apoio técnico leva à incapacidade de encontrar melhores [...] soluções para os problemas com os quais lidam e que pretendem superar”. Indagando o quanto a formação superior das mulheres poderia auxiliar nesses quesitos e minimizar os problemas.

Já na questão externa, ainda no estudo de Bialoborska (2014), as ações enfrentam problemas, primeiro, sendo a “Impossibilidade de obter créditos e difícil acesso ao microcrédito”, pois “os trabalhadores informais não reúnem as condições necessárias para conseguirem obter os créditos num dos bancos que operam na Guiné-Bissau”. Outro ponto em questão é a “Falta de apoios financeiros”, o que tem a ver com a falta de capacidade de elaborar projetos de forma adequada ao nível das exigências dos potenciais financiadores, especialmente a nível internacional” (BIALOBORSKA, (2014, p. 12). Essas dificuldades apareceram nos relatos de duas entrevistadas, de Bissau e Catió:

Eu já viajei para alguns países Dakar, Cabo-Verde, Gambia, mas de todos esses lugares a mulher sempre tinha apoio do Estado, mas aqui nada. E apoio

⁴⁹ Antigo presidente da república.

que queríamos é só intermediar por nós com os bancos, para questão de crédito, mas nada. O que importa para eles são grandes empresários, a falta de apoio é uma das principais dificuldades que enfrentamos, fazemos a nossas poupanças nós mesmos, através das abotas, mas de vez em quando aparece aquelas pessoas de má fé para nos enganar dizendo que é empresa de crédito, mas tudo mentira (Namir, Bissau).

eu sei o quanto é necessário ter uma associação, uma vez chegou umas pessoas aqui falando de poupança e a gente entrou não deu certo. Levaram o nosso dinheiro, até hoje estamos brigando com isso, aí se tivéssemos uma associação antes, talvez não ia acontecer. Hoje só tem mulheres nessa nossa associação, porque sempre que junta com homens sempre algo não dá certo. Foi próprio homens que trouxeram aquelas pessoas da primeira poupança, dessa vez quando a menina de frente veio com a ideia de poupança, fiz questão de dizer não, depois falei com minha filha ela entende disso, ela foi lá no banco me explicou que poupança de banco é melhor, por isso aceitei a proposta de poupança, já tenho até meu cartão. Estamos caminhando bem com essa associação. (Awa, Catíó).

Apesar de todas as dificuldades, várias entrevistadas afirmaram fazer parte de uma associação e a Entrevistada Julia, que é representante da associação das mulheres *bideiras* em Catíó, relatou sobre como surgiu esse movimento da associação:

[...] começou do nada, um dia decidimos chamar pessoas para reunião para falar dos nossos problemas e nessa reunião saiu muitas ideias. Acertamos tudo nesse dia, falamos sobre como essa associação pode ajudar em resolver os nossos problemas, e como podemos fazer com que ela cresça. Daí surgiu a ideia de dar 200fc toda sexta-feira, [...] e entregamos para um responsável financeiro, um homem muito íntegro. Quando levo esse dinheiro, ele pega na caneta eu também pego, escrevemos todos os valores e somamos, depois ele guarda como um fundo (Julia).

Além dessa representante, outras trabalhadoras falaram sobre a importância de ter uma associação. A Entrevistada Marina comenta “[...] se tiver um problema essa associação estará aqui para nos ajudar”, a Entrevistada Toia fala que “[...] sempre as mulheres a ter uma é como um rede de apoio [...] considero importante essa associação para discutirmos as questões como da higiene e se precisamos de alguém para ir ter com governador [...]”, e a Entrevistada Zinga afirma que, “[...] tem necessidade de uma associação para enfrentar os problemas daqui, pagamos nessa associação uma taxa mínima para que essa associação nos ajuda depois [...]”.

No entanto, algumas entrevistadas demonstraram certo distanciamento em relação à possibilidade de participar de associação. A Entrevistada Badje, diz não participar, mas explica que “[...] procuramos uma pessoa como o nosso interlocutor que a gente chama de padrinho, ele articulou todo o processo e apresentou para o ministro de comércio as dificuldades que essas mulheres enfrentam dia a dia [...]”. Em alguns casos, as Entrevistadas relatam as dificuldades em solicitar apoio sem sofrer algum tipo de retaliação. A Entrevistada, fala: “[...] tenho medo

da morte [...] aqui na Guiné que a pessoa sai para reivindicar os seus direitos, o presidente manda suas capangas baterem nela, eu prefiro ficar no meu canto [...]”.

Em relação a este clima de ameaça, a entrevista com Zinga⁵⁰ foi a mais surpreendente. Ela não queria ser entrevistada, a tia da entrevistadora teve que pedir muito, enfatizando sobre a pesquisa e informando que não tem cunho político e que não faz parte de nada do governo. Foi necessário mostrar o cartão universitário e o documento em que foi solicitado para a coordenação, mas mesmo com os documentos ela só aceitou porque é conhecida da tia da entrevistadora e ela teve que pedir muito. Seguindo então, depois dela entender que seu nome não seria registrado, a Entrevistada deixou um relato de extrema importância:

Eu quase fui espancada depois de dar entrevista denunciando o presidente da câmara municipal e falar que o ministério de comércio não presta, só servem para comer o nosso dinheiro e que vivem na custa da população. Falei isso porque eu sou representante das pessoas aqui que vendem carvão, acho que esse é o meu papel pressionar o Estado para melhoria do nosso trabalho por nós pagamos imposto e contribuimos para o desenvolvimento econômico desse país, quando dei essa entrevista, viajei para interior buscar carvão, minha sobrinha me ligou dizendo que tinha dois policias me procurando na feira e foram até minha casa me procurar á mando do presidente da câmara. Eu nunca fiquei com tanto medo na minha vida, eu estou na associação lutando pelo direito de trabalhar com dignidade, não recebo nem um tostão por isso, eu fico me imaginando o que iam fazer comigo? Tive que ficar 23 dias no interior com medo de voltar, só voltei porque não tinha mais carvão para meus clientes pegarem e sem carvão a escola dos meus filhos e sobrinha como fica? E o que irão comer? Voltei, mas com medo, até hoje estou vivendo com esse medo quando vejo policiais já fico em alerta como quem cometeu crime. Meu maior crime é esse exigir melhoria no nosso trabalho. Por isso não queria dar entrevista achando que fazia parte de alguma coisa do Estado (Zinga).

A Entrevistada lembra que foi presidente da associação, mas que saiu por medo, e ainda ninguém quis assumir no seu lugar.

[...] organizo reunião para conversamos sobre os problemas, antes não tínhamos banheiros aí cobrei um valor, conseguimos ter banheiros feminino e masculino, e nós muçulmanos que temos que preparar as nossas rezas, a pessoa tem que lavar mão, pé e rosto, para poder fazer a reza. Cobrei, mas um valor fizemos um lugarzinho para isso, sempre que tem problema com questão de limpar o local, eu chamo reunião. Saí por causa do medo, mas vou me organizar melhor para poder procurar um substituto (Zinga).

Em outros relatos das entrevistadas uma das coisas mais enfatizadas, foi sobre o Estado não ajudar financeiramente e as taxas serem muito altas. Além disso, salientam que não tem armazém para guardar os produtos, tendo mais um gasto em contratar segurança particular, para vigiar os produtos na feira. Abaixo segue uma entrevista que conta essa realidade, desde

⁵⁰ Entrevista foi realizada no dia 4 de agosto de 2023 às 13h de Bissau, na feira cabana, lugar onde ela vende.

a venda diária, manterem os filhos estudando até as dificuldades em comprar produtos, principalmente sobre não terem ajuda do Estado, sem estrutura básica para trabalhar.

comecei a vender desde o ano de 1983, no começo eu vendia o sal. Saía até outras regiões em busca do sal, para poder trazer a quantia que eu queria. Comecei a vender na feira de caracol, depois fui para feira de bande, com o passar do tempo, parei de vender o sal, comecei a vender tomate quiabo, pimenta, que são coisas que até hoje continuo vendendo. E a tarde costumo vender águas nas ruas, para não ficar parado, é nesse trabalho que sustentei e sustento todos os meus filhos, e consegui mandar dois filhos para estudar no estrangeiro, um está no Brasil, e o outro está em Portugal. Uma das grandes dificuldades aqui os produtos não saem como antes, que o comércio era bom, agora você investe todo seu dinheiro na compra do produto e depois esses produtos não saem, acaba por estragar devido as dificuldades que a gente costuma enfrentar aqui, não temos ajuda do Estado nem da câmara, mas a gente paga o imposto dentro das normas, mas sem infraestrutura básica, aqui não temos nem o mínimo, que é o banheiro se a pessoa quer ir ao banheiro tem que pedir de favor na casa das pessoas, mas todos os dias a gente paga o imposto (Namir).

A Entrevistada Wilma, diz que mais uma das dificuldades enfrentadas está em que o mercado não tem boa qualidade, como pode-se conferir comparando com outros países. Ainda sobre as taxas relata que “[...] aqui para ter um espaço para vender, primeiro você paga uma quantia, mais ou menos 25mil franco cfa⁵¹, depois tem imposto de câmara que a gente paga todos os dias [...]”.

Existe um certo conflito entre as mulheres e os agentes da camara municipal, tanto na capital Bissau, assim como nas regiões onde foram realizadas as entrevistas. As mulheres se queixam de um déficit de atenção por parte da camara.

Aqui somos tratadas sem mínimo de respeito, veja lixo para todos os lados, os agentes da camara não fazem limpeza, nem banheiro se quer temos, se quiser ter o seu espaço limpo e organizado tens que chegar cedo varrer todo o espaço antes de colocar os produtos nas mesas, esquecem que lixo é fonte de doenças, mas nunca esquecem de vir pegar dinheiro. (Sona).

O que realmente chamou atenção é que, nas regiões onde foram realizadas as entrevistas, as taxas recolhidas ficam nas regiões, não vão para capital. A administração regional cuida desses recursos e esses recursos são destinados para aquela região, mas mesmo sendo administrados diferentes, os problemas e os relatos das mulheres são os mesmos, as críticas são mesmas. Uma coisa diferente é que, em Bissau, a camara municipal é uma entidade autónoma, a própria camara gerencia os seus próprios recursos, mas mesmo sendo autónoma proferiu uma crítica ao Estado.

⁵¹ corresponde 211 reias na cotação do dia 12 de maio de 20024

Somos autônomos, mas existem demandas que não podemos suprir sempre e pedimos ao estado pelo menos um centro de tratamento de lixo ou firmar um contrato para manutenção dos carros de retiradas dos lixos, mas não conseguimos. Neste momento as ruas estão sujas e cheias de lixos porque todos os nossos carros estão na oficina com problemas. (diretor de departamento de mercado, feiras e matadouro de Bissau)

Olha aqui em Cacheu sempre estamos em conflito com as mulheres, mas nem sempre culpo elas, porque realmente estamos com falta de pessoal e a feira fica sem limpeza, uma vez fizeram greve, não pagaram as taxas durante dois dias, tive que chamar reunião e levar as demanda delas para o administrador da região, mas nas pautas que levei a única coisa que foi feita foram as instalações de torneiras da água, banheiro nada, mas continuo pressionando os meus chefes para resolverem o problema(responsável financeiro do mercado de Cacheu)

Em meio às dificuldades, as mulheres deram uma resposta resiliente as demandas da vida, o cotidiano cobra uma ação e elas precisaram encontrar formas de sobreviver, e hoje o mercado informal é de extrema importância. Independentemente da existência de associações formais, um dos aspectos mais relevantes encontrados na pesquisa foi a força da rede de apoio entre essas trabalhadoras, gerando solidariedade e ajuda mútua e fortalecendo a luta diária pela independência dessas mulheres. Para todas as entrevistadas de Catió, foi questionado sobre quais eram as vantagens de trabalhar na feira e um dos principais pontos levantados foram a irmandade entre as colegas e o olhar de apoio uma com as outras. O relato de uma trabalhadora de Bafatá também é revelador neste mesmo sentido:

Eu sou deficiente física, como podes ver, uma coisa que não me limitou, mas talvez se tivesse me limitado, eu não teria como sobreviver com a minha família, mas graças a Deus, tenho pessoas com quem posso contar, tenho muita dificuldade de ir comprar produtos para vender, mas minha vizinha de mesa que considero hoje irmã é quem compra os meus produtos e outra que senta na frente vem cedo com o meu filho para colocar na mesa, e por causa da minha deficiência tenho que andar mais devagar. As duas quando tem alguma emergência eu fico e vendo produtos delas, assim quando voltarem entrego o dinheiro (Emília).

Certamente, durante a pesquisa, uma coisa que me deixou intrigada é o nível de confiança que elas têm umas nas outras e se ajudam mutuamente. Em certo momento, uma das feirantes disse que estava com muito sono, a outra que mora próximo da feira falou para ela ir à casa dela dormir, já que ela mora próximo da feira. Então, ela ficou vendendo e guardando o dinheiro da colega que foi descansar. No dia seguinte, essa mesma coisa aconteceu com outra feirante que precisou sair para ir lavar a roupa em casa, a vizinha da mesa fez a mesma coisa: quando chegava cliente, vendia os produtos dela e guardou todo dinheiro e, quando esta chegou, entregou todo o dinheiro para ela. Percebi que essa rotina é constante entre elas.

3. GÊNERO E TRABALHO

Após a apresentação dos aspetos mais importantes encontrados no trabalho de campo, é necessário aprofundar a análise abordando especialmente as relações de gênero em sua conexão com as dinâmicas do trabalho informal em Guiné-Bissau. Por isso, será tratado o papel do trabalho das badeiras na luta pela independência financeiras dessas mulheres e, em seguida, no combate ao analfabetismo e na busca de educação superior aos seus filhos. No entanto, antes de mais nada, cabe fazer uma discussão inicial sobre as relações entre trabalho e gênero em Guiné-Bissau.

3.1 O TRABALHO DAS MULHERES NA SOCIEDADE GUINEENSE

Ao explorar a intersecção entre as palavras-chave Guiné-Bissau, Gênero e trabalho Informal, o que os resultados revelaram sobre os estudos científicos disponíveis, destaca uma riqueza de temas abordados sobre gênero e Guiné-Bissau, mas encontrou-se um déficit de conteúdos mais aprofundados sobre a distinção de gênero que afeta as mulheres como autônomas de seus trabalhos.

Os estudos examinados no Google Acadêmico ressaltaram o impacto diferenciado do colonialismo europeu, com ênfase em temas como colonização, pós- colonização e a influência nas estruturas de gênero. *A mulheres do setor informal. Experiências da Guiné-Bissau*; evidenciou a contribuição significativa das mulheres para a economia familiar por meio do trabalho informal.

A observação de trabalhos produzidos relacionados ao tema como no caso dos artigos, *Dinâmicas e constrangimentos nos processos de organização dos trabalhadores informais na Guiné-Bissau*; e *A inserção das mulheres no mercado de trabalho na Guiné-Bissau*, manifestou as dificuldades enfrentadas pelas associações informais, especialmente as conduzidas por mulheres, destacando questões como falta de experiência associativa e apoio técnico, além da falta de oportunidade de fala por serem vistas como de opinião menos relevante.

Ao avaliar pesquisas como *Autonomia, relação de gênero e trabalho: análise da atuação das mulheres badeira chefes de família em Bissau*, notou-se relatos sobre a capacidade das mulheres guineenses em extrapolar os desafios culturais, quebrando padrões desenvolvidos pelo patriarcado e adotando o papel de provedoras familiares.

Eu sempre trabalhei com vendas, desde criança, lembro que o meu tio morreu cedo e a minha tia tinha que vender para sustentar a casa. Fui criada por ela.

Então comecei a ajudar em casa muito cedo e sempre via a minha tia como a minha maior inspiração. Desde que o marido morreu, nunca mais teve outro homem. Ela trabalha como faxineira no hospital, mas vendia nas feiras, ela acordava cedo ia comprar produto. Eu e minhas primas levávamos para feira, enquanto ela corria para hospital, essa era nossa rotina, e ela também empenhou tanto na nossa formação e agradeço por isso. Depois eu tive meu marido, que me deixou com dois filhos e foi casar com outra e esqueceu das suas responsabilidades como pai. Mas isso não me abalou tanto porque estudei, sou funcionária pública e viajo para Gambia e Dakar comprar roupas e sapatos e outros produtos para vender. Sou autossuficiente para cuidar da minha família e não precisar esperar por homem. Esse era o que a minha tia me mostrava.⁵²

A desigualdade entre mulheres e homens é perceptível e as autoridades, pressionadas pelas organizações femininas, enfim submeterem uma lei para reverter esse cenário. Para que as mulheres tenham uma autonomia, foi aprovada a Lei de quotas em 2018, sendo que o foco principal é que se tenha representação mínima de 36% das mulheres em cargos eletivos, ou seja, a intenção de que elas tenham mais poder nas tomadas de decisões, influenciando no trabalho e outras ações na sociedade (INE, 2023).

Nas dinâmicas sociais de Guiné-Bissau, emerge uma explanação significativa sobre a atribuição das mulheres no setor informal, descrevendo a relação entre gênero, empoderamento e as relações sociais (GOMES, 2012; SANCA, 2014).

É necessário debruçar e aprofundar a compreensão do avanço social, o que predomina no contexto do setor informal guineense, evidenciando as lutas diárias das mulheres para ter uma renda em meio as desigualdades estruturais. Para Hudson-Weems (2020), a apreciação parte da consideração de que a história dessas mulheres, dialogando com as experiências vividas, são basais para a desconstrução de estereótipos e a promoção de uma narrativa mais inclusiva, com propósito de equidade.

Segundo estudos de Lobo e Gomes (2021), o olhar sobre os processos envolvendo as mulheres africanas vai além de temas relacionados a gênero, faz-se necessário a reflexão quanto a diversas dinâmicas que tais mulheres ainda vivem, de algum modo, sobre o poder do “patriarcado”, mas que debates como este mostram a crescente aquisição progressiva de autonomia.

Para tanto, no cenário socioeconômico guineense, a economia informal desponta como um fenômeno essencial, sendo entendida como uma reação resiliente das camadas mais desfavorecidas, principalmente as mulheres.

⁵² Entrevista concedida no dia 7 de setembro de 2023 pela senhora Windjaba em Cacheu

Em primeiro lugar, vale frisar a questão do gênero feminino ser moldado pela construção social, restringindo o lugar da mulher como cuidadora do lar e não detentora de renda própria, dando mais acesso aos homens. Estes tendo mais poder de fala tanto na família, na sociedade e no governo. Tais locais são de extrema relevância para as mulheres terem voz e batalharem por equidade (N'ZALÉ, 2018).

Algo importante para salientar neste estudo, é que a formação da definição de gênero masculino e feminino, foi delineada pela estrutura patriarcal, onde o papel da mulher branca era de ser esposa e mãe, e conferindo a mulher negra o papel de trabalhadora ativa, ou seja, a mão de obra para as produções de alimentos, trabalho de campo na casa, não proporciona acesso a liberdade de exercerem autonomia em suas próprias escolhas, conseqüentemente nas suas vidas financeiras (NASCIMENTO, 2007; SANCA, 2014).

Um adendo a incluir é de que, segundo Hudson-Weems (2020), que traz em suas pesquisas o conceito de feminismo, salientando o quanto o movimento feminista se tornou uma forma de patriarcado branco invertido, pois não se busca afirmar que o sistema está errado, mas que mulheres brancas fazem parte, então não ocorre a luta pela mudança, permanecendo a busca pelo poder de tais mulheres, e não a inclusão das mulheres negras.

Autora nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí no seu livro "*A invenção das mulheres*" que antes do colonialismo os trabalhos não eram classificados por questão de gênero, ou seja, o papel da mulher não se limitava apenas às questões biológicas, já que em África nessa época as mulheres tinham poderes de decidir e de governar e não era medida pelo fato de serem mulheres. Falar de relação de gênero na Guiné-Bissau traz à tona as diversas ondas de colonialismo. Como bem sabemos, o país é uma parte da África ocupada, ou seja, invadida pelos colonizadores, seja colonos árabes, assim como a colonização europeia. A colonização árabe, que foi o primeiro, acabou por introduzir as suas ideologias e as suas formas de relação e cultura dentro o povo africano, o mesmo se deu com a cultura europeia que acabou introduzindo as suas crenças.

Essas duas culturas, europeia e árabe, são sociedades patriarcais que trouxeram para o continente africano a concepção sobre o patriarcalismo, não que no continente africano não existia, mas era de uma forma equilibrada, mas equilibrada como? Equilibrada no sentido que existiam reinos onde o matriarcado predominava e o poder feminino era muito forte, temos exemplos da Rainha Okinka Pampa, da ilha dos Bijagos, Rainha Nzinga Mbande do Ndongo e matamba, que é a atual Angola hoje, entre outras.

Autora explica sobre a intensidade do patriarcado na era pré-colonial e pós-colonial. É neste sentido que a invasão, tanto árabe quanto a europeia, faz com que as sociedades africanas hoje passem a ser dominadas por dois grupos, os islâmicos que tem o pensamento e ideologia baseada no islão, enquanto o outro grupo cristão tem ideologias e vivências culturais baseadas na estrutura judaica que também é extremamente liderada pelo patriarcado. (OYÈRÓNKÉ, 2021)

Essas são as observações vistas na sociedade guineense em termo genérico, mesmo com essa invasão por ambos os lados de cultura patriarcal a esse território de Guiné-Bissau, existe exceções que não seguem o patriarcado diretamente, algo escapou, fugiu dessa estrutura que acabou não entrando nessa linha. Na sociedade árabe, a mulher fica em casa à espera do marido trabalhar e sustentá-la, e tem roupas que são proibidas de usar. E na sociedade europeia clássica, a mulher tinha que estar em casa fazendo as unhas e ficar bonita, mas na sociedade africana a maioria das mulheres que não fazem parte das zonas urbanas não se enquadram dentro dessa estrutura do patriarcado que ficam em casa à espera do marido. E na maioria aquelas que não exercem religião de forma extrema, tipo islamismo profundo, tanto como cristianismo, as mulheres que estão fora dessa órbita, são mulheres que contribuem, são mulheres que trabalham e a sua maioria são as que sustentam as suas casas e famílias e tem os seus grupos de apoio *mandjuandade*, cuidam das suas famílias. Muito embora a sua maioria se encontra nas zonas rurais, nas zonas urbanas tem todo o processo de assimilação de um pensamento eurocêntrico.

A sociedade guineense é permeada pelas diferenças culturais, pois existem diversas etnias, e cada uma tem suas próprias formações de conceitos, diferenciando a ideia de ser mulher de cada uma como, por exemplo:

[...] na etnia bijagós que é uma etnia matrilineal a mulher tem papel importante nas tomadas de decisões, e elas as líderes, simultaneamente, são elas que determinam das suas respectivas etnias. Já na etnia mandinga, ser mulher tem outro significado, uma vez que a etnia mandinga permite a circuncisão das mulheres, e, sobretudo a mulher circuncidada ela tem papel diferente em relação aos que não passaram pelo mesmo rito (MARTINS, 2022, p. 7).

Essa disparidade de etnias e o patriarcado, faz com que se construa uma cultura de que a mulher não é capaz de liderar, sendo vistas como incapazes ou com pouco habilidade intelectual. O sistema acaba excluindo de alguma forma, muitas vezes nem dando espaço para fala. Ou seja, tal fato fez com que a construção de gênero que exclui o feminino, obrigou as mulheres a se encaixarem no mercado informal, pois conseguem sustentar seus filhos com um trabalho próprio.

Para tanto, como as mulheres sofreram discriminação para entrar no ensino superior, acabaram colocando os estudos em segundo plano, migrando para o trabalho informal que não exige currículo. E aquelas que seguem a luta pelo espaço na educação superior, acabam escolhendo cursos considerados de mulher, como enfermagem, sociologia, entre outros. (SILVA; REIS, 2010; MARTINS, 2022).

Outro ponto relevante é o processo de entendimento sobre as escolhas de carreira e trabalho, percebendo-se o padrão inconsciente de preferências seguindo a cultura do patriarcado, sendo divisão entre masculino e feminino. E para tanto, a busca pelo trabalho no setor informal, deve-se ao fato das mulheres guineenses terem preocupação com a educação dos filhos, o que no caso acabam contribuindo indiretamente, para redução do analfabetismo e consequentemente colaboração para o desenvolvimento econômico do país. Quebrando o padrão de homens provedores, tornando-se mulheres independentes financeiramente (MARTINS, 2022).

Este estudo destaca a complexidade em encontrar pesquisas mais específicas sobre os desafios enfrentados pelas mulheres guineenses em relação ao debate de gênero no setor informal. Despontando a necessidade contínua da realização de pesquisas que averiguem as nuances das dinâmicas culturais, sociais e econômicas, especialmente aquelas que afetam as mulheres de Guiné-Bissau no âmbito do trabalho informal e na busca por uma equidade de gênero na sociedade. Assim, temos uma base sólida para futuras averiguações e ações voltadas para promover mudanças positivas na sociedade guineense.

3.2 A BUSCA PELA INDEPENDÊNCIA ATRAVÉS DO TRABALHO INFORMAL

Ao longo das décadas, a busca incessante pela independência econômica entre as mulheres guineenses tem sido moldada por uma complexa interseção de fatores históricos, culturais e socioeconômicos. A peculiaridade dessa trajetória é evidenciada pelo papel proeminente desempenhado pelo trabalho informal como um canal vital para a realização de aspirações financeiras e conquista da liberdade individual (GOMES, 2016). O relato de Vania, filha de uma trabalhadora bideira, é emblemático:

eu ajudo a minha mãe a vender, mas me ajudo também, antes acreditava que era só para minha mãe, mas hoje percebo que esse trabalho não só contribuiu para minha educação, mas me tornou independente não só através estudos, mas economicamente, não tive a oportunidade de sair para estudar fora, mas sou formada na faculdade de direito de Bissau, o que me ajudou bastante como acadêmica e profissional, mas carregar água na cabeça no porto de

Bissau me moldou como pessoa e me ajudou a enfrentar barreiras e entender que precisava chegar longe e ser independente. Minhas colegas quando passam na rua e me vê sentada na rua vendendo me chamam de “doutora da água”. Hoje estou trabalhando na vara de família, mas a minha independência começou com água no porto de Bissau (Vania)

No contexto específico da Guiné-Bissau, as mulheres têm se deparado com uma miríade de desafios, que vão desde questões socioeconômicas até obstáculos políticos que influenciam diretamente suas vidas. Nesse cenário desafiador, o setor informal surge como uma arena na qual muitas mulheres encontram meios inovadores e adaptáveis para alavancar a autonomia financeira e, por conseguinte, alcançar uma liberdade que transcende as fronteiras econômicas (GOMES, 2015).

Pessoas acham que vender é fácil. Pode até ser antes, mas hoje é muito mais complicado. Temos que enfrentar vários desafios, desde casa até esse espaço. Ora a briga é com a câmara, ora é com o estado, as barreiras hoje são mais difíceis de atravessar do que antes, mas saber que tenho o meu dinheiro e sustento a minha família sem precisar mendigar, posso atravessar mil barreiras⁵³

A economia guineense, predominantemente agrícola, estabelece as mulheres como protagonistas multifuncionais, desempenhando papéis cruciais desde o trabalho nos campos até iniciativas empreendedoras no setor informal. A diversificação de atividades, como comércio local, produção artesanal e prestação de serviços, não apenas reflete a resiliência das mulheres, mas também destaca a capacidade de inovação diante das adversidades (FIGUEIREDO, GOMES, 2016).

Contudo, é imperativo reconhecer que essa busca pela independência econômica através do trabalho informal não está isenta de desafios substanciais. A falta de acesso a recursos financeiros, a ausência de redes de segurança social e a volatilidade econômica constituem barreiras que podem restringir o pleno desenvolvimento dessas iniciativas. Além disso, as mulheres frequentemente se deparam com estigmas sociais arraigados e enfrentam barreiras culturais, o que torna crucial uma abordagem holística para superar esses obstáculos (GOMES, 2015).

Em maioria dos casos a independência ela é obrigatória no sentido que a pessoa necessita disso já que tem alguém que precisa dessa pessoa, a família na maioria dos casos, e quando se fala da independência isso ajuda a quebrar com o sistema machista e patriarcal existente na Guiné-Bissau, mesmo que inconsciente ou sem pretensão.

⁵³ Entrevista concedida no mercado central de Bissau pela Margarida uma das principais vozes das mulheres bideiras no dia 29 de julho de 2023.

E quando se fala da independência as mulheres guineenses tem reinventado a cada dia através de várias formas de sobrevivência.

Vamos começar ressaltando que embora as estatísticas mostrem que as mulheres constituam mais de 50% da população guineense, estejam a frente dos lares e exerçam um papel essencial por meio do mercado informal, os analistas políticos advertem sobre uma desconexão enquanto ao seu peso econômico e social e sua baixa participação com representantes na área política. Essa distinção assinala uma lacuna expressiva no campo político, onde as mulheres precisam exigir reconhecimento e participação, que correspondam à sua influência na sociedade (CASSAMÁ, 2023; INE, 2023).

Lembrando que a partir de 1960, momentos já realçados em outros trechos desse estudo, houve um movimento de formação estratégica de luta pela libertação da Guiné-Bissau, tendo um o apoio da população e a liderança do partido PAIGC. Nesse movimento, as mulheres também exerceram papéis expressivos, contribuindo com o país e alcançando seus próprios objetivos por meio dos programas estabelecidos pelo partido (TEIXEIRA; BATICAM, 2020; CASSAMÁ, 2023).

Com o pensamento de Cabral, unido à estrutura do PAIGC e à força da população, de forma abrangente descobrimos respostas preciosas que nos conduzem ao coração da busca pela igualdade e libertação de todo o povo guineense, especialmente das mulheres. Mas algo que fica claro, é de que as mulheres enfrentaram um tipo de dupla colonização, não apenas pela colônia portuguesa, mas também pela exploração patriarcal dentro de sua própria sociedade (BORGES, 2022).

No que diz respeito à igualdade entre homens e mulheres, o PAIGC afirmou que "homens e mulheres gozam dos mesmos direitos na família, no trabalho e nas atividades públicas", uma declaração que não apenas refletia os ideais de emancipação feminina, mas também marcava uma verdadeira revolução no status das mulheres na esfera pública, socioeconômica e cultural da Guiné-Bissau. Essa visão de igualdade de gênero, promovida pelo partido, foi fundamental para avanços expressivos na sociedade guineense, desafiando as normas patriarcais e promovendo a participação plena das mulheres em todos os aspectos da vida política e social (CASSAMÁ, 2023).

Observando essas realidades, é notório como a sociedade vive emaranhada por hierarquias de gênero, aporta-se na exploração e opressão femininas. Mesmo vendo a história real de lutas pela emancipação nas décadas passadas, a opressão voltou a persistir, forçando à mulher a ter uma dupla jornada de trabalho, e muitas vezes, tripla jornada, onde o trabalho

doméstico, não remunerado e desvalorizado, complementa o trabalho assalariado, e ainda, tem-se a necessidade de procurar uma complementação para renda no trabalho informal, para garantir comida na mesa (NOGUEIRA, 2010; CARVALHO; MBUNDÉ, 2021).

A globalização acentuou essas contradições, expandindo o emprego feminino e o campo do trabalho informal, porém conservando a sobrecarga das tarefas domésticas, ampliando a divisão desigual do trabalho. Nesse contexto, o capitalismo se privilegia da mão de obra feminina, enquanto perdura a condição de subordinação de gênero, relegando às mulheres a carga pela reprodução da força de trabalho (LENINE; DJÚ; GONÇALVES, 2023).

Em meados dos anos 90, surgiu, um pouco mais acentuado, os debates sobre gênero e propostas de desenvolvimento como opção para uma possível mudança econômica desejada. Porém, o que foi estipulado na teoria, não conseguiu abranger as particularidades da sociedade africana. Em vários países os trabalhos desenvolvidos em feiras, nas ruas e nas próprias casas, compõem a principal via econômica das famílias, principalmente aquelas chefiadas por mulheres. E estas atividades, são inseridas na informalidade, tornando-se algo inaceitável para as teorias desenvolvidas, pois impossibilitam um controle rígido do trabalho e da economia (NOGUEIRA, 2003; SILVA, 2018).

Assim, este estudo que buscou ver de perto as mulheres que lutam diariamente no trabalho informal, mostra o quanto elas não apenas resistem às opressões, mas também desafiam ativamente as estruturas que perpetuam essa posição de subordinação que elas sempre foram colocadas, trabalhando em locais sem condições básicas, para garantir a sua independência e o futuro dos seus filhos. Este trabalho informal não é apenas uma fonte de sobrevivência, mas também um ato de resistência contra um sistema que exclui as mulheres.

Algo relevante para relatar, sobre essas mulheres entrevistadas, é o fato delas trazerem consigo as raízes ancestrais, sendo que saem de casa para vender desde crianças ou viram suas mães atuando nesse meio, percebendo que sempre foi um ato de busca pela autonomia. Nota-se, por meio do relato da Entrevistada Saozinha em Catió, que comenta sobre o caso de ter aprendido a vender com a sua mãe, destacando a luta pela independência sendo passada de geração para geração:

Eu comecei muito cedo, porque a minha mãe, ela trabalhava em uma granja, mas mesmo trabalhando com carteira assinada, ela vendia pequenas coisas cuscuz, *panguet*. Ela nos dava para sair vender de porta eu e minhas irmãs mais novas, comei vender muito cedo antes de sonhar que iria casar, quando eu era apenas uma criancinha que ajudava a minha mãe. Ela preparava tudo e ia trabalhar nos levávamos para vender, daí me acostumei. Depois me casei meu marido faleceu, continuei, nunca faltou almoço nem jantar em casa, meus filhos

iam para escola de padre, que é privada lá em são bento, estudaram lá eu pagava. O mais novo está no último ano de liceu, faz tempo que eu vendo, não é de hoje (sãozinha).

A busca pela independência feminina na Guiné-Bissau, ganha contornos reveladores quando examinados de perto na dinâmica do trabalho informal das mulheres. Em meio a uma sociedade marcada pela desigual divisão do trabalho por gênero, as mulheres guineenses enfrentam diariamente desafios significativos nas feiras e em todo o país, onde assumem um papel crucial na sustentação de suas famílias. Completando ainda, as mulheres entrevistadas de Bissau, relatam que estão desde cedo na ativa buscando o alimento de cada dia, mesmo sem apoio ou qualquer olhar por parte de quem deveria realizar planejamentos adequados para que esse mercado fosse mais bem estruturado. Como relata a Entrevistada Umu:

[...] somos colocadas como se não fossemos nada, mas eu fico pensando se pararmos os nossos produtos irá estragar e nossos filhos ficarão sem o que comer ou vestir, porque aqui nem microcrédito temos como em outros países como Senegal, que a feirante tem apoio de Estado. Mas na Guiné o próprio Estado é quem manda nos punir e sem falar das taxas absurdas que pagamos toda vez que temos que entrar com produtos em Bissau, saindo de *lumo* [...] (Umu).

Para tanto, entender essa dinâmica do setor informal, oferece um olhar sobre a busca pela independência em um contexto marcado pelo descaso com a importância desse setor para a economia. Nas suas rotinas diárias, essas mulheres protagonizam uma rotina árdua, enfrentando obstáculos para sustentar suas famílias, [...] vender aqui em Catío é muito difícil, é porque não tem outro jeito, por isso fiz de vender o meu refúgio porque se tivesse não estaria aqui. Aqui é muita dificuldade para conseguir os produtos para vender (Nandi).

As entrevistas realizadas revelam a resiliência dessas mulheres, cujo trabalho informal é fundamental para encarar os desafios do dia a dia. Elas encaram jornadas exaustivas, muitas vezes saindo antes do amanhecer e retornando após o anoitecer, demonstrando um empenho incansável em prover a sobrevivência das suas famílias.

Contudo, essas mulheres enfrentam não apenas as dificuldades econômicas e de condições de trabalho, mas também a opressão social e política. Apesar das adversidades, essas mulheres enxergam seu trabalho como uma contribuição vital para a economia nacional, enquanto expressam sua indignação diante da desordem política que perpetua a negligência estatal. Seu labor incansável é um testemunho da busca pela independência econômica e social, mesmo em um contexto de desigualdades estruturais profundas.

As mulheres guineenses no setor informal não apenas resistem ao descaso do Estado, mas também desafiam a estrutura de gênero, encontrando saída para realizarem seus objetivos.

Seu trabalho não é apenas um sustento familiar ou ainda, que garanta o estudo dos filhos, mas também uma ação de libertação contra um tipo de sistema que as coloca no lugar de “empregada”, visto como sendo de menos valia, não tendo oportunidade de voz como liderança.

As mulheres vivem em um contexto de uma sociedade patriarcal, onde gênero é uma construção social, apontando que a lugares determinados sendo de mulheres e outros de homens, onde elas não têm direito de atuar da mesma forma, direcionando uma desigualdade de gênero, onde essas cidadãs são as que mais sofrem. Importante encontrar mecanismos para batalhar contra essa disparidade, onde todos possam viver os mesmos direitos (NOGUEIRA, 2003).

Nessa Parte superior do formulário

Nessdfnhg

construção social atribui ao homem o direito a superioridade diante das mulheres, que funciona como mecanismo que afirma as mulheres em um lugar de cuidadoras das atividades domésticas, mas que ainda precisam procurar soluções de sobrevivência para a família (CARVALHO; MBUNDÉ, 2021). Neste sentido, as circunstâncias das mulheres em Guiné-Bissau, reflete uma realidade enraizada nessa estrutura patriarcal de superioridade, onde o acesso ao trabalho formal de trabalho é limitado e, não é incentivado, devido às normas incrustadas na estrutura social, que as impulsionam a cultivarem o conceito de apenas serem cuidadoras da família, como se a única função fosse casar-se, ter filhos e cuidar do marido, em vez de buscarem objetivos pessoais, ou seja, realização profissional. Essa dinâmica patriarcal, exclui uma das opções, como se a mulher que trabalha fora não terá tempo hábil para os cuidar da casa, como se isso fosse quesito para ser mulher, e que a mulher que está em casa não tem direito a um trabalho digno (NOGUEIRA, 2010).

Segundo Nogueira, (2010), o trabalho doméstico se destina ao cultivo de bens essenciais para a sobrevivência da família. Enquanto o trabalho assalariado provoca valores de troca no ambiente produtivo, ou seja, o trabalho doméstico está conexo à reprodução dos membros da família, admitindo que o capital se acomode, de forma indireta, da esfera da reprodução.

Essa relação entre a estrutura familiar viver sobre um padrão patriarcal e o sistema capitalista decorre de um caminho permanente, onde a mulher é sub-remunerada, além de sofrer com a precarização da sua força de trabalho. As mulheres são tratadas como um "exército reserva" de mão de obra sub-remunerada, o que permite ao capital continuar seu processo de precarização do proletariado, especialmente das mulheres trabalhadoras (NOGUEIRA, 2010).

Essas mulheres mesmo após extensas horas na feira, trabalhando sem condições adequadas, elas nunca deixaram de estarem atentas as responsabilidades domésticas com a

casa, confirmando um compromisso incansável com sua família, relatando aquela jornada tripla de trabalho, já citada nos trechos acima. O que o filho de uma das mulheres lembrou, e disse ser o mais marcante foi o apoio fiel de sua mãe em suas tarefas escolares, destacando seu comprometimento em garantir o melhor para o futuro de seus filhos.

Neste caso, ao refletir sobre sua jornada até o atual momento, o filho, Entrevistado N'duba, denota um extremo reconhecimento sobre o valor do trabalho de sua mãe e como isso contribuiu para seu sucesso, garantindo autonomia e independência familiar.

Fazendo aqui um fechamento relevante, essa história ressalta a seriedade que esse trabalho merece ser visto, reconhecido e valorizado, pois essas batalhas diárias não servem apenas como uma fonte de renda, mas como uma contribuição essencial para o desenvolvimento de suas famílias, trazendo à tona o quanto as mulheres devem ser vistas com equidade diante dos homens. É um lembrete intenso de como a busca pela independência começa nos esforços diários, nos valores familiares, que não são respeitados, mas essas mulheres trabalham incansavelmente para amparar suas famílias, construir um futuro melhor para seus filhos e terem a independência para fazerem escolhas.

Portanto, a questão de diferenças de gênero, parece ser usada como um mecanismo pelo qual a sociedade utiliza essa dinâmica para precarizar e hierarquizar as atividades de trabalho, colocando as mulheres em segundo plano. Diante desse cenário, as mulheres em Guiné-Bissau, buscam no mercado informal uma forma de independência econômica, encarando os desafios impostos pela decadência de oportunidades e pela exploração do trabalho doméstico, visto como sua obrigação. Essa luta indireta pela independência econômica é uma forma de resistência contra as estruturas patriarcais e capitalistas que perpetuam a condição de subordinação. Vai além da independência do país, é a luta pela independência de uma escolha de vida, vai além do que as teorias possam mensurar.

3.3 ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO E PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO TRABALHO INFORMAL

No processo de pesquisa, um dos relatos chamou atenção pela força crítica ao analisar a situação da sociedade guineense, enfatizando as estruturas de reprodução da desigualdade:

eu vi que a dificuldade que nós tivemos, o meu salário não dá, temos um péssimo salário [...] de lá que eu vi que a única solução para sobreviver é fazer uma mesa aqui na feira. Onde costumamos ir buscar os nossos produtos em Bissau e outros buscamos em Ziguinchor [...] para que possamos ajudar os nossos filhos nos estudos como os nossos mais velhos fizeram esses sacrifícios e nos ajudaram, nos também estamos fazendo esses sacrifícios para os nossos filhos. Na Guiné-Bissau maioria das coisas são

hereditários, percebeu nas maiorias das pessoas que entrevistaste todos tinham mãe que fazia isso? (risos) nós lutamos para fugir disso, mas com o país que temos sempre acabamos por herdar as trajetórias das nossas mães (Julia).

Sem dúvida, é um argumento contundente que diz muito sobre a realidade de Guiné-Bissau, mas percebe-se também um grande esforço destas mulheres justamente para quebrar esse ciclo hereditário e, através do trabalho como bideira, garantir um acesso à educação dos filhos, oferecendo um destino diferente. Esse objetivo aparece em algumas falas já citadas e em muitos outros relatos, como o de Adja, ao afirmar que “grande parte do dinheiro obtido na feira] foi, ajudou a pagar a formação dos meus filhos, sem contar que deu de comer para mim e para minha família, então vejo muita vantagem nesse trabalho”. Também é o caso de Maimuna que, após toda uma vida de trabalho nas feiras, afirma com orgulho que “hoje meus filhos maioria tem ensino superior completo que é desejo de uma mãe”. Ainda mais forte é o relato de Cuta, que conta que não foi incentivada a estudar, pois o pai se preocupava com os filhos homens e com as mulheres não. Assim, “[...] estou com meus 58 anos estudei só até 6º classe⁵⁴ fico até com vergonha de falar isso (risos com a mão no rosto), mas pelo menos coloquei todos os meus filhos para estudar e empenhei muito para que eles estudassem muito e serem alguém na vida” (Cuta).

3.3.1 A PERSPETIVA DAS FILHAS E FILHOS DAS BIDEIRAS

Em síntese, pode-se dizer que, juntamente com o sustento da família e a irmandade entre colegas, a possibilidade de proporcionar estudos aos filhos, são os principais motivos para a dedicação ao trabalho nas feiras. Por esse motivo, durante a pesquisa, foi percebida a necessidade de entrevistar também filhas e filhos destas mulheres, para ouvir suas percepções.

Entre essas, a história compartilhada pelo Entrevistado Midana, é um depoimento poderoso quanto a relevância do trabalho informal na vida das pessoas da família e de como essa coragem, muitas vezes, invisível, colabora para a independência de todos os envolvidos, tanto no âmbito pessoal quanto acadêmico.

[...] Quando ela chegava da feira, ela nunca deixava de fazer as tarefas domésticas, mas o que me mais marcou foram os acompanhamentos das tarefas da escola, ela fazia questão de participar. E hoje quando paro para pensar sinceramente a sua pesquisa, está me fazendo lembrar e reconhecer que esse trabalho na qual a minha mãe fazia contribuiu e hoje posso dizer que foi um sucesso olhando até onde eu cheguei. Então tanto em Bissau, assim como no Brasil, ajudou muito (Midana).

⁵⁴ Referente ao primeiro ano do ensino fundamental II.

Ele salienta como o trabalho intenso de sua mãe na feira foi fundamental para sua jornada de vida, desde pequeno na escola até as oportunidades no ensino superior. Destaca que seu pai também cooperou, mas que o trabalho dela foi incansável e que teve um impacto expressivo em sua vida. Outra entrevistada, Badjimir comenta que a mãe começou a vender água na feira durante a gestação dela, e durante a sua infância, a entrevistada já era envolvida no trabalho informal, quando ainda bebê, era levada até a feira para a mãe amamentar. E já com 9 e 10 anos, começou a prática na venda de água, começando a amarrar dentro das sacolas, e a levar comida para a mãe na feira, seguindo a tarde para estudar.

Em relação ao sustento familiar, mesmo com a contribuição financeira do pai para a escola, o trabalho de vender ajudou a cobrir outras despesas. Em 2017, ela também começou a vender água, proporcionando independência financeira e empoderamento para ela e sua mãe, destacando a realização de projetos pessoais pela mãe com o dinheiro da venda. A experiência de vender água ensinou à entrevistada a importância da independência financeira e não depender totalmente de outra pessoa.

O dinheiro proveniente da venda foi utilizado para a documentação necessária para a viagem ao Brasil. Agora, “estando aqui não peço dinheiro para ela, porque consegui a bolsa de Promisaes, alimentação e moradia [...] acho que não tem necessidade [...] ela ainda tem a nossa casa para sustentar”. Em relação a formação superior da família, ela explica sobre quanto esse trabalho ajudou na formação dos tios, irmãos e dela própria, pois alguns estão no Brasil fazendo graduação ou doutorado.

Já entrevistada N’Pili conta que “hoje, estou fazendo Licenciatura em Computação, agora me resta um ano para terminar”. E complementando, questiona-se sobre ela voltar ou não para Guiné, “Então, no momento não, quero fazer Especialização [...] para poder conseguir um emprego e ajudar minha mãe, [...] o trabalho na Guiné deixa muito a desejar então quero ficar e trabalhar aqui” (N’Pili).

Depois ela segue dizendo que foi introduzida na feira desde jovem, pois acompanhava as primas para conhecer o caminho. Quando ela ia na feira, recebia dinheiro das tias colegas de sua mãe, incentivando sua participação e sua visão sobre a luta diária do trabalho.

Quanto a questão de estudo na família, comenta sobre ela e seu primo terem nível superior “[...] duas primas terminaram o ensino médio, mas não entraram para o nível superior, e meus irmãos mais novos ainda estão estudando, minha mãe não estudou e meu pai tem estudo técnico”. (N’pili)

A Entrevistada Sami discorre sobre crescimento em uma família que lutava muito para se sustentar, assim tinha participação ativa na horta da avó, ajudava vendendo hortaliças na

feira. Percebeu durante sua vida os desafios em vender produtos para garantir o almoço, muitas vezes comer, dependia do sucesso das vendas, mantendo uma memória de infância muito forte, relacionada á venda ser para comprar mantimentos.

Destaca outro ponto importante, sobre seus estudos terem sido feitos em escola privada, com contribuição do pai, mesmo não morando junto com os filhos e a mãe. E o quanto o trabalho conjunto com a avó na horta e na venda, foram essenciais no processo. Por fim, ela enfatiza sobre a importância do trabalho na educação. “[...] então esse dinheiro não foi para minha escola diretamente, mas indiretamente contribuiu porque o dinheiro que a gente vendia com a minha avó pagava meu café da manhã e do meu almoço”. (Sami)

Passando para o Entrevistado Juca, ele destaca a relevância do trabalho informal, principalmente o de sua mãe, pois influenciou na sua vida pessoal e acadêmica. A mãe é apontada como uma figura fundamental em sua formação, desde o liceu até o Ensino Superior. Sempre ressaltando que houve contribuição do pai, mas destaca que a mãe, em sua formação educacional, teve um papel mais significativo.

A mãe desse entrevistado era responsável pela alimentação, especialmente durante os dois turnos de estudo, e contribuía financeiramente para o lanche na escola. E lembra também o quanto era carinhoso o envolvimento ativo da mãe nas atividades escolares, sem deixar de lado as tarefas de casa.

O entrevistado reflete sobre como o trabalho da mãe contribuiu para seu sucesso tanto em Bissau quanto no Brasil. Expressão de gratidão pela mãe e reconhecimento da importância do trabalho informal em sua jornada, impacto positivo ao longo do tempo na sua formação como pessoa.

O Entrevistado Juca, ainda salienta sobre a jornada da família no ensino superior, e o processo familiar desde o ensino fundamental. Relatando tal fato.

Eu e o meu irmão mais novo estamos terminando o Mestrado, ele está na França. Passamos por mesmo processo, fomos sustentados pelo trabalho informal e estudamos na escola privada no mesmo horário integral. [...], mas grande parte a minha mãe mandou buscar e está vivendo com ela, aqueles que terminaram o ensino médio estão com ela lá em Portugal (Midana).

A próxima a Entrevistada Sami, salienta que o trabalho nas feiras “tem os prós e contras, posso dizer não resgatou da pobreza, mas vender nos sustentou, vender nos fez ir à escola, vender fez com que não ficássemos com fome um dia inteiro”. Eva, por sua vez, resume esse conjunto de aspectos ao afirmar que “esse trabalho é fundamental na minha vida [...] talvez o tema tenha tudo a ver com economia, mas não pode deixar de falar de cuidado, não só da parte financeira, mas cuidar do acompanhamento do processo do ensino e de aprendizagem”.

Por fim, cabe destacar que essas filhas e filhos destacaram que essa vivência das mães, para além da formação acadêmica, proporcionou ensinamentos de vida. Nesse sentido, N'pili, que atualmente mora no Brasil, afirma que “Vender influenciou [minha vida] e contribuiu muito [...] Eu vejo que me influenciou de uma forma positiva, porque a minha mãe foi determinada e guerreira que conseguiu sustentar a sua casa e contribuir para formação dos filhos”. Midana analisa que “se hoje sei o que é trabalhar e se sustentar, ter o seu próprio dinheiro, é através dessa educação [...] na parte acadêmica, ela não participou muito de forma direta, [...] minha mãe me ajudou a ser alguém bom e buscar o que é seu”. E Sami, que atualmente mora em Portugal, também analisa o impacto da luta da mãe ao dizer que houve uma “influência boa para mim assim como ruim, boa porque construiu esse ser humano que sou [...] o fato de que precisávamos vender para comer, fez com que hoje eu tenha muito medo da fome [...] por isso faço tudo aqui para garantir o mínimo para mandar dinheiro para eles”.

3.3.2 EDUCAÇÃO E LIBERTAÇÃO

Essa luta cotidiana das mulheres bideiras pela educação de seus filhos se relacionada com lutas sociais históricas da sociedade guineense, especialmente de um período em que o horizonte do direito à educação se misturava com o da luta pela libertação nacional, na qual muitas das mulheres participaram ativamente. Entre 1963 e 1974, buscou-se realizar um movimento de educação política para que a libertação nacional de Guiné-Bissau fosse possível. Foi importante recriar estruturas e processos que pudessem atender as necessidades do povo. E nesse caminho, a educação era essencial, o cuidado com as pessoas e, principalmente o combate a ignorância, para que a população tivesse a chance de recuperar sua voz e se tornarem-se potenciais políticos conscientes e ativos da sociedade.

Para tanto, investir na educação tornou-se fundamental na luta pela libertação, um pilar essencial nos níveis de resistência política, cultural, econômica, armada e social. Percebeu-se que o combate ao analfabetismo era o caminho, para que a população tivesse menos medo do futuro, e deixassem de lado a ignorância, pois a educação se tornaria a chave principal para que o povo africano pudesse ter voz e conseguir reivindicar seus direitos. A educação mostra o caminho para a construção de membros das comunidades, politicamente conscientes, ou seja, ativos na sociedade sabendo exatamente o que é preciso para todos terem uma vida de liberdade (BORGES, 2022).

No contexto do colonialismo, da opressão e da percepção e tomada de consciência quanto a essas estruturas, criou-se o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e

Cabo Verde (PAIGC), em 1956, sendo fundado por um grupo de militantes anticolonialistas. Principalmente em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Foi a força propulsora que surgiu a Geração Cabral, homenageando o líder Amílcar Cabral, para liderar a batalha pela libertação do colonialismo português (BORGES, 2022).

[...] a educação constitui a base fundamental em que deve assentar o trabalho de emancipação de cada ser humano, da conscientização do Homem [...] hoje a educação visa o objetivo da realização plena do Homem, sem distinção de raças ou de origens, como um consciente e inteligente, útil e progressivo, integrado ao mundo e seu meio (geográfico, econômico e social), sem qualquer tipo de sujeição. Para isso e por isso, a questão da educação não pode ser tratada separadamente da questão econômica-social [...] (CABRAL, 1951, p. 21).

No estudo em que as entrevistas foram realizadas, algumas mulheres relataram sobre suas origens, contando um pouco da história de por exemplo, a participação dos pais durante a luta pela libertação:

[...] meu pai trabalhou aqui como carpinteiro (Catió) mas quando iniciou a luta da libertação ele foi para Tite⁵⁵, ele trabalhou na linha de frente junto com a minha mãe. Não nasci na época, mas meus pais me contaram eles gostam de contar a história da luta, minha nunca ficou para trás ela fez parte das mulheres que lutaram junto com os homens, os dois são antigos combatentes, mas não reconhecidos (Tchabu).

Nesse especto com o olhar da Entrevistada Nhama sobre a importância da participação dos pais na luta, principalmente a mãe, sem falar no tamanho do orgulho dela em comentar o assunto. Nota-se como influenciou na mulher que ela se tornou, para que hoje também tenha, correndo nas suas veias, o sangue da pessoa que encontra alternativas de vida e que luta pelo que quer. Então, ela salienta, em sua entrevista, que através do trabalho informal na feira de Catió, ela tendo 3 filhos, sabe a necessidade de ser o suporte para eles, “[...] todos estão na escola precisam de mantimentos escolares, esse trabalho é a base para construir futuro deles, meu marido ajuda, mas mãe é mãe!” (Entrevistada Maria).

A Entrevistada Okinka, questionada na feira de Bissau, também teve o pai como combatente da liberdade, sentido o exemplo de perto, se tornando também, uma mulher que luta. Ela como as outras entrevistadas, sabem o quanto precisam ter autonomia financeira para ajudarem seus filhos.

Meu pai foi combatente liberdade da pátria ele lutou na linha de frente, foi professor também na época dos colons⁵⁶, minha mãe ela sempre foi doméstica trabalhava no campo semeava arroz, defumava peixe para vender, teve 9 filhos 5 mulheres e 4

⁵⁵ Setor pertencente a região de Quinará.

⁵⁶ Como são chamados os colonizadores em crioulo

homens, 3 já são falecidos [...] meu pai tinha algumas casas aqui em Bissau que alugava isso ajuda aumentar renda, hoje os dois já são falecidos [...] (Okinka).

Um relato de extrema importância é que umas das entrevistadas, Maria, que tem 83 anos, sobre a força da luta pela liberdade:

[...] eu sou daqui porque casei aqui e todos os meus filhos nasceram aqui sou de Fulacunda, nasci lá fiz a minha vida lá, sou combatente da liberdade de pátria lutei para esse país se hoje esse país tem nome, é por que lutamos junto com homens e crianças nas costas, eu tenho 83 anos, não parece, mas é a minha idade na época eu tinha 23 anos, eu tinha casado 1 anos antes do início da luta (Maria).

A Entrevistada Maimuna relata um pouco mais sobre a realidade da busca pela libertação, o quanto foi um período sofrido, e trazendo realmente a importância do processo de alfabetização citado nos parágrafos anteriores, pois apresenta as pessoas leigas uma visão sobre a saída da ignorância, para que realmente tenham autonomia para escolher o caminho que querem traçar e ainda, poderem serem futuros líderes que saibam como mudar a realidade.

Não tinha isso de chamado, era ter consciência não existia essa de sou dessa (raça) existia o dever de tomarmos o nosso país de volta. No meu caso o que mais me motivou além do meu marido ir para Quebo lutar, era que o meu pai trabalhava para os portugueses, mas condição do trabalho não era bom, eu estudava na época, mas eu via meu pai sempre triste e casando, lembro que quando meu marido disse que ia para Quebo eu não queria que ele fosse, porque era pouco tempo de casados, mas ele falou para mim que se o país voltasse a ser de todos os guineenses, aí sim o nosso casamento ia ser muito mais feliz. Esse também foi um dos motivos (risos), foi difícil no início, chorei muito no começo [...] mas não era só eu, tinha muitas mulheres lá também. Hoje vejo muitas pessoas falarem da luta, mas só nós sabemos o que foi essa luta, andávamos quilômetros, escondíamos munição nos putis, hoje é bom lembrar sobre isso, mas na época foi difícil mesmo (Maimuna).

Nesse caminho todo, entende-se que as mulheres chegam ao mercado informal com a mesma motivação quanto a necessidade de sobrevivência e para garantir o dia a dia da família, especialmente a educação dos filhos, mas sem apoio elas estão cansadas, são muitas taxas que precisam pagar. Além disso esse trabalho é pesado, “[...] é nessa busca que a gente luta para o futuro dos nossos filhos amanhã [...] pensamento da maioria aqui é o mesmo a busca para o futuro dos nossos filhos e netos, nós mulheres estamos numa canseira danada aqui [...]” (Entrevistada Nandi).

[...] hoje posso dizer no mundo inteiro, a mulher é a força motora, se vê crianças indo para escola? É a força de mulher as vezes tem homem que soma, se vê criança alimentando? É a mulher. Por isso nós mulheres precisamos de quem nos ajuda e nos tira dessa canseira, quando chegar o final de mês a criança vai chegar na sua frente, nunca vão atrás do pai (Nandi).

Seguindo o estudo, Sané (2021) destaca que a realidade atual de Guiné-Bissau é muito diferente dos primeiros anos após a luta pela libertação do colonialismo. A independência demandou um cuidado do governo sobre como seriam determinadas as condições de vida livre

da população, porém o Estado não conseguiu criar ações que promovessem um ideal de condições econômicas e sociais básicas, para terem uma educação nacional igualitária.

O autor do parágrafo anterior traz uma visão sobre como o estado foi se perdendo na jornada pós-independência, e a entrevistada, representando as demais falas, se declara muito insatisfeita com a situação atual, comenta sobre o quanto é revoltante as atitudes do presidente.

Para os dirigentes de Guiné-Bissau a alfabetização deixou de ser prioridade, pois professores qualificados não são mais contratados, a carência é enorme, além disso, falta estrutura nas escolas de todo território, pois continuam usando materiais didáticos e programas educacionais que não condizem com a realidade atual, não contribuem em nada com o reconhecimento sobre a cultura da população local, excluindo o que o país lutou tanto, o resgate da própria personalidade (FERREIRA; MANÉ, 2023).

Ao longo dos anos após independência, o país sofreu com a instabilidade política, enfrentando conflitos que enfraqueceram as diligências criadas para estabelecerem condições sociais e econômicas indispensáveis para se situarem com um país livre e soberano. E assim, o país precisou se submeter as entidades como o FMI e o Banco Mundial, os quais impuseram programas de desenvolvimento estrutural, onde a educação ficou em segundo plano (SANÉ, 2021).

Neste sentido, as entrevistadas ainda relatam o descaso do governo com o trabalho informal, afetando conseqüentemente na educação. As mulheres precisam trabalhar muito, sem ajuda do Estado, para auxiliar os seus filhos, incentivando a não desistirem da escola e se possível, chegarem ao ensino superior, mesmo que precisem procurarem em outros países.

Com relação a esse descaso a entrevistada Zinga manifesta a realidade da maioria das mulheres, onde todos os filhos, sobrinhos ou pessoas que elas criaram, precisam ajudar de alguma forma no trabalho, pois é de onde sai o sustento da família. O futuro da educação do país está na mão do trabalho delas, do quanto elas precisam trabalhar horas por dia para poderem sobreviver, e garantirem que seus filhos não desistam da escola, pois elas precisaram fazer na época delas já que não tinham incentivo ou qualquer apoio.

E pode-se sentir durante o estudo, o quanto essas mulheres lutam diariamente. A Entrevistada Fátima, relata o orgulho que tem sobre a história dos filhos que não estão mais em Bissau, pois estão estudando fora do país, “[...] nesse trabalho que saiu todo dinheiro para documentação e passagem, esse mais velho que está em Portugal eu pago a universidade, ele trabalha para pagar aluguel e alimentação e outras despesas, mando 300 euros todos os meses [...]”. O outro, “[...] aquele que está no Brasil desde que chegou nunca mandei nada ele disse que está ganhando bolsa e que não preciso enviar [...]”.

Neste sentido, percebendo o quanto os planos para erradicar o analfabetismo foi se perdendo pelo caminho, o governo deveria definir novas metodologias, olhar para o trabalho informal, apoiar as mulheres, encorajar a população desmotivada, entender que um país para ser livre e soberano, precisa apoiar um trabalho que gera muito mais que crescimento do PIB (SANÉ, 2021), gera educação, pois como é visto nesta pesquisa, o tanto que essas mulheres lutam para que seu filhos e familiares estudem, vai acelerar, cada vez mais, a redução do analfabetismo, proporcionando a formação de pessoas pensantes, gerando futuros profissionais que irão impulsionar o país.

As mulheres entrevistadas, oriundas de diferentes regiões, destacaram a relevância do trabalho informal para sustentar suas famílias e assegurar a educação de seus filhos. O trabalho desempenhado por essas mulheres assume um papel crucial na luta contra o analfabetismo e no aporte para a evolução econômica do país. Elas compartilham a luta por uma vida de qualidade para suas famílias, sabendo que o trabalho informal não apenas favorece a economia local, mas principalmente, a educação e o futuro dos filhos. As vendas realizadas na informalidade, são essenciais para a erradicação do analfabetismo, pois asseguram recursos financeiros para a manterem os filhos focado na educação, para que eles não pensem em desistir, mas que se sintam seguros para continuar e fazer diferente.

Aquela luta inicial na época do PAIGC, para erradicar o analfabetismo, e acabar com o problema que muitas delas enfrentaram estudar apenas até as séries iniciais, vem atualmente aliada ao trabalho informal, já que essas mulheres estão empenhadas em trabalhar nesse mercado, mesmo sem apoio, mas sabem que a luta delas na “guerra” diária pelo sustento da família é para ver os filhos realizando sonhos que elas não puderam, além de terem vidas melhores, faz e fará toda diferença no futuro do país.

Pode-se perceber no relato das filhas e do filho das mulheres que atuam no mercado informal, a voz da compreensão e do puro reconhecimento, sobre o mérito do empenho do trabalho das mães para o incentivo na educação e para o sustento familiar. Essas filhas e filho perceberam o papel decisivo do trabalho informal no alicerce financeiro da família, favorecendo não apenas as despesas cotidianas, mas as suas necessidades educacionais, para poderem continuar estudando e conseqüentemente para terem um futuro melhor, levando a cultura da educação para as próximas gerações, assim erradicando o analfabetismo.

Portanto, é notório que trabalho informal e a educação andam juntos, explanando que, mesmo perante os desafios e cicatrizes sociais associados a informalidade, e em relação ao preconceito sobre as mulheres serem provedoras da família. As mães desempenham um papel fundamental para que os filhos façam diferente delas, que tenham a oportunidade de não desistir

dos estudos, mostrando que a taxa de analfabetismo pode ser reduzida por meio de uma forma de trabalho que não é vista pelo governo. Assim, enquanto os governantes ameaçam o histórico sonho do direito à educação, as mulheres bideiras os mantêm vivo na sua luta cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha trajetória de vida, marcada pela vivência em Bissau e pelo contato direto com o comércio informal através da minha família, inspirou minha pesquisa acadêmica. Destacando que na infância, observando os fatos percebi a dura realidade dos conflitos de interesse entre as feirantes e os agentes da Câmara Municipal de Bissau. Essa vivência do cotidiano, fez-se perceptível as dificuldades encaradas pelas mulheres, essa situação apontou a necessidade de uma análise mais profunda sobre a importância do trabalho informal para o sustento das famílias. Tal inquietação me acompanhou até a Unilab, onde iniciei a sistematização dessas observações em um projeto acadêmico, com o objetivo de dar visibilidade a essas trabalhadoras ativas e essenciais, mas que permanecem silenciadas.

Durante minha graduação na Unilab, ao aprofundar meus estudos sobre a economia informal, percebi o tamanho do impacto desse setor no desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau. As entrevistas realizadas com as mulheres do comércio informal revelaram não apenas a luta pela sobrevivência, mas também o desejo de garantir educação e um futuro, diferente do delas, para seus filhos. Esse trabalho informal, muitas vezes visto como marginalizado, mostrou-se decisivo na redução do analfabetismo e na sustentação econômica das famílias. Essas mulheres, com jornadas de trabalho exaustivas e responsabilidades domésticas convencionais, são verdadeiras protagonistas na construção de um futuro mais justo para suas comunidades.

No mestrado, segui o método de explorar e documentar a contribuição das mulheres guineenses no mercado informal, com um ponto de vista especial na relação entre esse trabalho e a educação. A pesquisa buscou demonstrar como a economia informal, apesar de suas adversidades, tem sido um pilar de sustentação não apenas econômica, mas também social. As histórias de vida e as estratégias de resistência dessas mulheres são fundamentais para compreender seus papéis na economia e na sociedade guineense, desafiando as narrativas tradicionais do capitalismo que muitas vezes as ignoram ou subestimam. O objetivo foi dar um passo para garantir que as vozes dessas mulheres sejam ouvidas e reconhecidas, contribuindo assim para uma maior valorização e apoio a esse setor vital.

Para tanto, importante destaca a história de Guiné-Bissau, sendo marcada por uma luta intensa pela libertação, na qual a educação aflorou como uma ferramenta fundamental para a conscientização e mobilização dos cidadãos. O movimento de educação desempenhou um

papel categórico na reconstrução das estruturas sociais e no desenvolvimento de uma consciência política entre os guineenses. Lembrando de Amílcar Cabral, que enfatizava a importância da educação como alicerce para a autonomia humana, promovendo uma visão de realização de vida, livre de qualquer configuração de exploração. E assim, a participação ativa das mulheres durante a luta pela libertação foi um testemunho vivo desse compromisso com a educação e a igualdade de gênero, visto nas entrevistas, que evidenciaram como a experiência da luta moldou suas vidas e influenciou sua determinação em proporcionar educação e oportunidades para suas famílias.

O cenário pós-independência revelou desafios significativos, pois a falta de investimentos na educação e a deterioração das condições de vida, são preocupações que as entrevistadas levantaram, refletindo uma sensação de abandono por parte das autoridades. E assim, emergiu o trabalho informal, especialmente o comércio em feiras, se tornam uma fonte decisiva no sustento de muitas famílias guineenses. As mulheres, neste caso, desempenham um papel fundamental, encarando desafios e os constrangimentos diários, mas sem medo de lutar pela sua dignidade e da sua família. Suas histórias são marcadas por determinação, sacrifício, e um intenso compromisso com o futuro das gerações, para que tenham melhores condições do que elas tiveram.

A relação entre o trabalho informal e a educação é manifestado nas histórias das entrevistadas, ressaltando como esses dois pontos estão intrinsecamente ligados no contexto guineense. Enquanto o governo se mantém omissivo em fornecer infraestrutura e oportunidades apropriadas, são essas mães e mulheres batalhadoras que estão na linha de frente, assegurando que seus filhos tenham acesso à educação e que possam seguir até o ensino superior, para que tenham melhores oportunidades. Ao apoiar essas mulheres é nas suas lutas é contribuir para criação de uma sociedade mais justa, igualitária e próspera.

É fundamental salientar que esses temas precisam serem abordadas de forma abrangente, garantindo a autonomia e a proteção adequada para essas mulheres que batalham dia após dia no mercado informal. Reconhecendo e valorizando que seu trabalho é uma contribuição para a economia nacional, sendo promotora de um desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau. A determinação e a resiliência das mulheres guineenses são fontes de inspiração e devem ser apoiadas em todos os níveis da sociedade.

Nesse contexto, vale ressaltar que a busca pela independência por parte das mulheres, através do trabalho informal, é mais do que uma singela questão econômica, é um ato de

resistência contra sistema patriarcal, a divisão de gênero, pois essa cultura perpetua a mulher como subordinada. As histórias dessas mulheres, que encaram jornadas puxadas nas feiras, revelam não somente sua resiliência, mas também sua determinação em fornecer um futuro melhor para os filhos.

Apesar das dificuldades enfrentadas diariamente, desde a ausência de reconhecimento político até a exploração social, essas mulheres prosseguem, descobrindo a força que existe no apoio umas com as outras, cultivando uma rede de apoio fundamental para lidar com todas as dificuldades. Suas histórias superação, passadas de geração para geração, colocam foco na importância do trabalho informal não apenas como uma fonte de renda, mas como uma forma de buscar autonomia e liberdade em uma sociedade que muitas vezes as rebaixa.

O combate pela desigualdade de gênero na Guiné-Bissau vai além das teorias, é uma luta diária pela dignidade, pelo reconhecimento e pela liberdade de escolher o que quer. É um lembrete importante de que a busca pela independência começa nos esforços do dia a dia, nos valores da família e na determinação de construir um futuro melhor para si mesmas e para suas comunidades.

Destacando os comentários dos autores Soares e Carbonieri (2023), em que lembram o quanto é essencial adotar uma abordagem estratégica. Incluindo políticas que incentivem a diversificação econômica, o investimento em educação e capacitação profissional para os trabalhadores em setores em declínio. Além do que enfatiza Gomes (2019), é efetivo diversificar a economia, promover a industrialização e investir em setores que agreguem mais valor aos produtos e serviços locais. Além disso, políticas que visem proteger os direitos dos trabalhadores, melhorar as condições de trabalho e promover o acesso à educação e à formação profissional desempenham um papel fundamental na melhoria das perspectivas econômicas e laborais para os africanos.

Para valorizar o trabalho informal em Guiné-Bissau, é necessário um esforço coordenado que envolva governos, empresas e organizações da sociedade civil. Fortalecendo as regulamentações trabalhistas, o investimento em educação e formação profissional, a eliminação da discriminação de gênero e o estímulo à diversificação econômica. Somente por meio de ações integradas e compromissadas será possível melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida dos trabalhadores guineenses.

Refletindo sobre as condições enfrentadas pelas mulheres no comércio informal em Guiné-Bissau, é evidente a necessidade de políticas governamentais urgentes que promovam a

valorização e o apoio a esse setor. Para futuros estudos acadêmicos, seria pertinente averiguar a eficácia de programas de capacitação voltados para essas trabalhadoras, bem como o impacto de redes de apoio comunitário e cooperativas. Governamentalmente, é crucial implementar políticas de desenvolvimento econômico que incluam investimentos em infraestrutura, tecnologia e capacitação profissional, além de fortalecer os direitos trabalhistas e as redes de segurança social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, D. O Conceito da Representação Política e as Suas Variações Contemporâneas. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 22, n. 50, p. 175-199, 2014.

ASTE, A. M. Qual a diferença entre trabalho formal e informal?2021. Revista **Jus Brasil**. 2021. Disponível em: <https://anaste.jusbrasil.com.br/artigos/1150997113/qual-a-diferenca-entre-trabalho-formal-e-informal>. Acesso em: 02 abr. 2023.

Assembleia Nacional Popular - ANP. Constituição da República. Disponível em: <https://reformatar.co.mz/documentos-diversos/constituicao-de-guine-bissau.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.

ARBIX, G. (Ed.). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. EdUSP, 2002.

ACOSTA- LEYVA, P. **África entre africanistas e africanólogos no Brasil**. 1º edição. Pará de Minas, MG: Virtualbookseditora, 2013.

AUGEL, M. P. **O desafio do escombros: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.422 p.

BÂ, Hampaté. A. Tradição viva. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**/editado por Joseph Ki-Zerbo. 2 ed. Ver. Brasília: UNESCO 2010. P.992.

BATISTA, E. C. MATOS, L. A. L. NASCIMENTO, A. B. **A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017.

BIAGUE, B. B. V. F. **Constituição e os direitos humanos na República da Guiné-Bissau**. 2019. TCC (Graduação) Curso de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/51765>. Acesso em 19 jul. 2023.

BARROS, Miguel de. **Economia Informal e Estratégias Juvenis em contexto de contingência**. INEP/Guiné-Bissau, 2011.

BARROS, M. **A sociedade civil e o estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas**. 1ª Edição: Outubro de 2014.

BENZINHO, J. ROSA, M. **Guia Turístico À Descoberta Da Guiné-Bissau**

2ª Edição Revista E Atualizada. Março de 2018

BIALOBORSKA, Magdalena. **Dinâmicas e constrangimentos nos processos de organização dos trabalhadores informais da Guiné-Bissau**. Revista Angolana de Sociologia. Dezembro de 2014, n14, p.91-111.

BORGES, M. M. As mulheres em África: dinâmicas informais de socialização, educação, reprodução e inovação cultural. **Revista Educação em Questão**, vol. 22, n. 8, 2005, p. 7-33 Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, Brasil.

BRAGA, Carla Teofilo. “Machamba não é trabalho!”: HIV/SIDA e Produção Agrícola no centro de Moçambique. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**. Boitempo Editorial, 2017.

CÁ, D.; TEIXEIRA, K. M. D. Problema de terra nos países de sul global: efeitos do uso consuetudinário na redução de acesso das mulheres às terras cultiváveis na Guiné-Bissau. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 34, n. 1, 2023.

CASIMIRO CÁ, Capcine participação política das mulheres em África: analisando o caso da Guiné-Bissau. **Trabalho de conclusão de curso**. 2021. 21 fls. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3347/2023_arti_capcineca.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 19 de jul. 2023

CALIXTRE, A. B. **Condição informal: Reflexões sobre o processo de informalidade no Brasil contemporâneo**. Dissertação (Mestrado). Campinas, 2011. Universidade Estadual de Campinas.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 1982.

CATEIA, V. J. *et al.* **A mudança estrutural em Guiné-Bissau**. Rev. Text. Econ., Florianópolis, v. 21 n. 1, p. 97 – 124, dez/mar. 2018.

CHEN, M.; ROEVER, S.; SKINNER, C. Editorial: Urban livelihoods: theory and policy of reformulation. SAGE JOURNALS - International Institute for Environment and Development (IIED). **Environment & Urbanization**: 331, Vol 28(2): 331–342, 2016.

CHIQUETTI, T. F.; MONTENEGRO, M. S. **Ubuntu: busca de sentidos, caminhos para compreensões**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

COOPER, F. **Histórias de África-Capitalismo, modernidade e globalização**. Leya, 2017.

CORREIA, Vilma Nunes. **Economia informal na Guiné-Bissau: uma análise sobre a vida de “mindjeris bidéra” no período de pandemia de Covid-19 em Bissau**. 2022.

CORREIA, M. D.; ASSIS, R. J. S.; Colonização, descolonização e pós colonialismo: a gênese da Guiné-Bissau na geopolítica da guerra fria. **Geoconexões**, Natal, v. 2, n. 14, 2022.

COUTINHO, M. C., BORGES, R. C., GRAF, L. P., SILVA, A. S. **Todo dia uma casa diferente: Trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas**. Universitas Psychologica, 12(4), 1125-1138. 2013. DOI: 10.11144/Javeriana.UPSY12-4.tdcd.

CUSNA, J. F. **O projeto político do PAIGC e de amílcar cabral: Intenções e realizações.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Humanidades). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. São Francisco do Conde, 2017.

DE SOUSA, A. *et al.* Cinema e transterritorialidade: uma entrevista com suleimane biai (Guiné-Bissau). **Revista TransVersos**, n. 19, p. 160-172, 2020.

DJOP, D. **Desigualdade de gênero na Guiné-Bissau: Um estudo sobre a implementação da lei de paridade e o desafio da participação das mulheres guineenses na esfera pública.** Projeto de pesquisa (Graduação) Curso de bacharelado em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção-CE, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2969>. Acesso em: 19 jul. 2023

DULCI, O. S.; CAMPOS, T. L. América do Sul e África Subsaariana: trajetórias e desafios do desenvolvimento. **Estudos internacionais**, v. 3, n. 1, jan-jun, 2015 p. 71-92.

DUPRAT, P. P. A África e o Mediterrâneo: Aproximações Contemporâneas. **NEARCO-Revista Eletrônica de Antiguidade e Medieval**, v. 13, n. 2, p. 169-175, 2021.

FANON, F. A experiência vivida do negro. In: _____. **Pele Negra, Máscaras Brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008. Pág. 103-174.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Tradução de José Laurênio de Melo. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1968.

FRASER, N. **A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação.** In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 2002, p. 7-20.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. **O Conceito De Informalidade: um exercício de aplicação empírica** **CADERNO CRH**, Salvador, v. 17, n. 211-229, Mai./Ago. 2004.

FREIESLEBEN, M.; SILVA, A. P. Conjunturas da informalidade: uma revisão sistemática. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.8, p.82859-82876. 2021.

FERNANDES, Raul Mendes. **O informal e o artesanal: pescadores e revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau; Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade.** Coimbra 2012.

FONSECA, J. C. R. **República da Guiné-Bissau Projeto de Investigação Regras Comuns de Legística nos Estados e Regiões Lusófonas.** Reunião Internacional do Projeto “Regras Comuns de Legística nos Estados e Regiões Lusófonas” TEMA: “O que de mais importante aconteceu em 2019 em matéria de produção Estados e Regiões”. 2020 Disponível em: <https://ial-online.org/wp-content/uploads/2020/01/Guin%C3%A9-Bissau.pdf> Acesso em: 19 jul. 2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/52806>. Acesso em: 19 jul. 2023.

GOMES, P. G. As Outras Vozes: Percursos Femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Revista ODEERE**, nº1, 2016.

GOMES, Peti Mama. **Mulheres em associação na Guiné-Bissau: gênero e poder em Babock e Bontche**. 2019. Tese de Doutorado.

INE - Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas de gênero. 2023. **Mulheres E Homens Na Guiné-Bissau** Femmes et hommes en Guinée-Bissau. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-03/ESTATI%CC%81STICA%20DE%20GENERO%20GUINE%CC%81%20BISSAU%2023_230328_101506.pdf

INTUMBO, Mariett Faustina Ferreira. **Monoparentalidade Feminina na Guiné-Bissau Rural: desafios das mulheres na gestão das suas famílias**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal).

JAUARÁ, Manuel. **Os luso-africanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau. África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 24-25-26: 119-145, 2002/2003/2004/2005.

KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: focalização ou universalização? **Revista de Economia Política**, vol. 26, n. 4 (104), p. 564-574, out-dez 2006.

LOPES, C. M. **Processos de organização na economia informal: revisitação ao Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal (STCI) e Sindicato dos Trabalhadores dos Mercados, Feiras e Informal (STMF)**, em Luanda. **Revista Angolana de Sociologia**. Dez. 2014, n.º 14, pp. 133-150. 2014, Sociedade Angolana de Sociologia.

LOPES, Dina Julce Cadia. **Em busca de história da mulher guineense: Perspectiva de gênero na formação social do estado da Guiné-Bissau (1973-2018)**. 2021.

MAPSOFWORLD. Mapas pelo mundo. **Guiné-Bissau mapa**. 2014. Disponível em: <https://pt.mapsofworld.com/guinea-bissau/>. Acesso em: 10 agosto 2023.

MENDES. H. **Mindjeris Di Guiné-Bissau Tené Balur**. 2016. Dissertação (Bacharel em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde-BA, 2016.

MIGUEL, L. F. **Teoria democrática atual: esboço de mapeamento**. BIB, São Paulo, v. 59, p. 5-42, 2005.

MUSTAFA. Sana. **As Mulheres Guineenses na Luta de Libertação Nacional: Perfil Histórico**. Editora Guiné Livre, 2010.

N'GHABO, Aniusia Nima. **Dinâmica de produção hortícola e os desafios enfrentados pelas mulheres na granja de pessubé /Guiné-Bissau.** UNILAB/Brasil, 2023.

OYEWUMÍ, O. **Conceituando O Gênero: Os Fundamentos Eurocêntricos Dos Conceitos Feministas E O Desafio Das Epistemologias Africanas.** Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p.1-9.

OLIVEIRA, A. S.; CASTRO, C. A.; SANTOS, H. S. Trabalho informal e empreendedorismo: faces (in)visíveis da precarização. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito.** 2017. <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/124/125>.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: _____. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

REGALLA, A. **Inventário das necessidades prioritárias de reforço de capacidades para a gestão de ambiente nacional e mundial.** 2010. 70 p.

RODNEY, W. **Como a Europa subdesenvolveu a África.** Tradução: Edgar Valles. Seara Nova-Lisboa, 1975.

RODRIGUES, J. **Na Guiné-Bissau, a promoção da participação política das mulheres começa a nível local.** 2022. UNDP Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/guinea-bissau/news/na-guine-bissau-promocao-da-participacao-politica-das-mulheres-comeca-nivel-local>.

TEIXEIRA, R. A. **Capital e colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial.** *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 36, n. 3, p. 539–591, jul. 2006.

Martins, H. T. de S., H. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004

MARTINS, Rosiani Sanca. **Participação das mulheres guineenses no mercado informal e suas contribuições para o crescimento da economia do país.** 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade; prefácio de Antônio Cândido de Mello & Souza.** Petrópolis, Vozes, 1976. 384p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo, Perseu Abramo, 2004

SALAMA, P.; VALIER, J. **As políticas de combate à pobreza: pobres e desigualdades no terceiro mundo.** São Paulo: Nobel, 1997.

SAMPAIO, António. **Mulheres da Guiné-Bissau: da guerra de libertação à democracia.** In: Revista Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas, n. 34, 2018, p. 77-91.

SANGREMAN, C.; TURÉ, B. **Observando direitos na Guiné-Bissau: Covid- 19 e os direitos humanos.** Audição pública e pesquisa no SAB. 2022.

SANTOS, S. I. P. **O papel das mulheres nos processos de (re) construção da paz. O caso da Guiné-Bissau.** 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora.

SEMEDO, Maria Odete Costa. **Educação como Direito.** 2010. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo_educacao_como_direito.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

SANTOS, Yara Soares dos. **A África tem História: Encobrimento Europeu e a Perspectiva Africana no Pensamento de Joseph Ki-Zerbo sobre a Historicidade Africana.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

SENGHOR, Siga Fatima. **As mulheres guineenses na luta de libertação nacional. In: Congresso Internacional 30 anos da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, Lisboa, 2014.** Disponível em: http://30anosgbcv.com.pt/wp-content/uploads/2014/02/Fatima-Senghor_CIGB15.pdf. Acesso em: 03 abril 2023.

SIGA, Besna et al. **Desenvolvimento nas regiões do norte da Guiné-Bissau: um olhar sobre o empreendedorismo rural.** 2021

Silva, A.T. da. **A Presença Portuguesa na Guiné. História política e militar, 1878-1926.** S/l: Caminhos Romanos, 2016.

SOARES, M. S.; CARBONIERI, D. **Estratégias e desafios decoloniais da juventude arco-íris da África do Sul em Spilt Milk de Kopano Matlwa.** Revista Cerrados, v. 32, n. 61, p. 212-221, 2023.

VASCONCELLOS, E. J. G. **Trabalhadores Informais: O Sentido Da Sua Escolha De Trabalho.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Florianópolis, 1994. Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC.

VAZ, P. G. **As “sacoleiras” a serviço do capital: um estudo sobre as africanas nos circuitos globais de mercadorias.** 2019.

VIEIRA, M.A. **Economia do cotidiano: críticas contra denominações eurocêntricas de algumas categorias de trabalho na guiné-bissau.** UNILAB/Brasil 2023.

ANEXOS

1. QUESTIONÁRIO DA PESQUISA EM CRIOULO

Fidjus di bidera

Papia um bocado de bu caminho na bindi?

Contra buta djuda bah bu mame kanto anu ku bu tene?

Kanto anu ku bu mame tene?

Kuma ku bindi di bu mame influencia na bu bida pessual suma na bu formasson?

Kuma ku buta odja es tarbadju?

Djintis di bu família he tene ensino superior ?

Djintis di bu família he tene tarbadju?

Bu scola/universidadi i privadu ou i stadu?

Kal ki peso de bindi pa bu família?

Bindi di bu mame ta sustenta ba ou i continua ta sustenta inda casa?

Pa homis ku ta bindi

Falam pabia ku bu entra na bindi?

Kuma ki sta na metade di mindjeris na fera?

Kuma k conbersa ku mindjeris?

Kuma ku djintis ta odjau fora de fera?

Pa mindjeris bidera

Contam um bocado di bu família, bu mame, bu papes k bu donas matchu ku femia e de nunde

Kal ki bu relijon e abo i kal raça?

Bu casadu?

Bu tene fidjus?

Kantu djintis ku mora na bu kau?

Pabia k bu entra na bindi?

Pabia ku na bindi nim manera k bu tene formasson (pa kim ku forma) ?

Bu tene kim ku ta djudau li na fera?

Kal ki diferença na bindi na Bissau ku bindi na intrior?

Bo tene associasson li na fera?

Pabia ku bo acha kuma i bom tene associasson?

Kal ki bo relasson ku presidente de camara/guvernadur ou cumite de stadu?

Kuma ku bu ta odju bu tarbadju i kuma ki ta djuda na sociedadadi i tambi na iconomia?

Falam um bocado di lumu?

Buta entra abota?

Kuma ku abota ta djudau?

Kuma ku buta consigui djunta tarbadju de casa ku bindi?

Kuma ku buta odja situasom pulitica de país?

Kal ki vantagem ku disvantagem de bindi?

Kuma ki bo relasson li na fera?

Pa Djintis de camara

Papia ku camara i entidade autonomu?

Kal ki leis pa cumpu mercado?

Kal ki diferença ku fera tene ku mercado?

Kal ki normas pa limpeza de feras/mercado?

Kuma ku bota dividi luagres de bindi?

Camara de Bissau i responsável tambi de feras de regions?

Kal ki dificuldades ku camara ta tene pa tira lixo nas feras/mercado?

I tem conbersa entre bideiras ku djintis de camara?

Kuaz tudu feras de país i terreno de alguim kuma ku camara ta odja es i kuma kita bai fassi dianti des cussa?

2. QUESTIONÁRIO TRADUZIDO

Filhos das bideiras

Fale da sua trajetória no meio do trabalho informal?

Na época que você começou a ajudar a sua mãe, tinhas quantos anos?

Quantos anos tem a sua a sua mãe?

Como o trabalho da sua mãe influenciou na sua vida tanto pessoal?

Assim como acadêmica?

Como você vê esse trabalho?

Pessoas da sua família tem emprego formal?

Qual é o tamanho da família?

Alguém da sua tem ensino superior?

A sua universidade/escola é pública ou privada? Se for privada quem paga?

O trabalho da sua mãe que sustenta(va) todos?

Qual foi o peso do trabalho informal para sua família?

Para Homens

Me fala um pouco sobre a sua inserção no setor informal?

Como é estar num espaço maioritária feminina?

Como são o diálogo com as melhores?

Como é o olhar de fora para esse espaço?

Para mulheres

Conte um pouco da sua família: de onde vieram? Seus pais e avós

Paternos e maternos?

Qual é a sua religião e etnia?

É casada?

Tem filhos?

Quantas pessoas moram na sua casa?

Por que decidiu entrar para feira?

Por que entrou para feira mesmo sendo formada? (para quem é formada)

Tem alguém que te ajuda?

Quais é a diferenças entre vender em Bissau e nas regiões?

Tem uma associação aqui na feira?

Por que acharam que era necessário criar uma associação?

Qual é a relação existente entre vocês e o órgão representativo da

Região, governador ou comité regional/ presidente da camara?

Como você vê esse trabalho e como isso ajuda na

Sociedade em gera l ou especificamente na economia do país?

Me fala um pouco de lumu?

Costuma entrar *abota (muai)* ?

Como abota te ajuda?

Como consegue conciliar o seu trabalho e trabalhos domésticos?

Qual sua visão sobre a atual conjuntura política da Guiné-Bissau?

Quais são as vantagens e desvantagens de ser badeiras?

Como é relacionamento entre vocês aqui na feira. ?

Por que que a camara é uma entidade autónomo (Bissau)?

Quais são as diretrizes para construção dos mercados?

Qual é a diferença entre feira e mercado?

Como são distribuídos os espaços para bideiras?

A camara é responsável pelas feiras/mercados regionais?

Quais são os critérios para limpeza nesses espaços?

Qual é a maior dificuldade da camara no que diz respeito a recolha de lixos nas feiras/mercados?

Existe um diálogo entre as bideiras e os agentes da camara?

Grande parte das feiras do país são terreno de outras pessoas como a camara vê essa ocupação e como agi frente a isso?

3. IMAGENS DA PESQUISA DE CAMPO

Porto de Bandim (Bissau)





foto da autora 2023

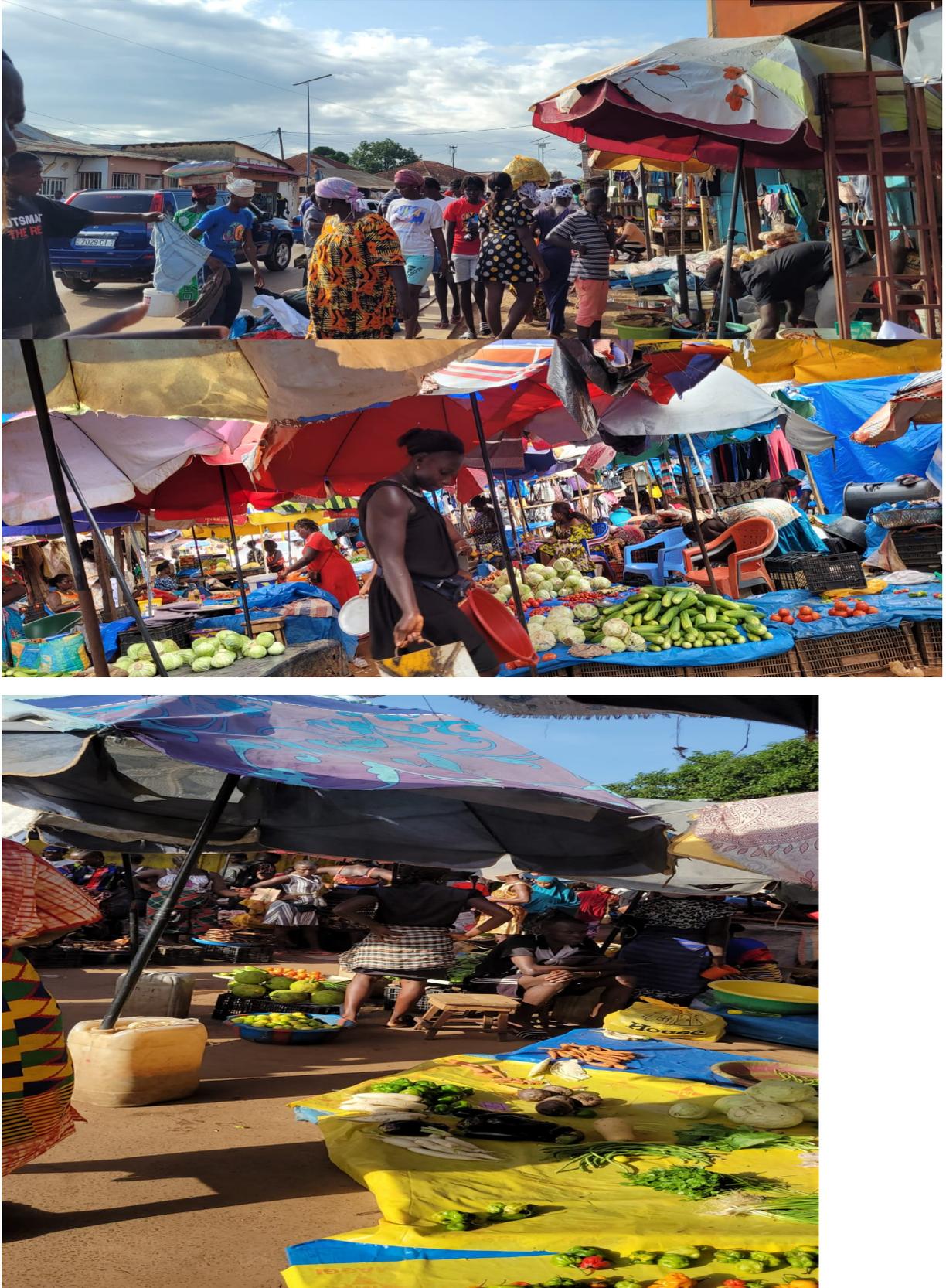
Mercado Central Bissau





foto da autora 2023

Feira de Bande, Chapa e Carracol



autora 2023

Cidade de Catio- foto Albano 2023



Feira de Catió



foto autora 2023

Feira Cacheu



Foto autora 2023

Feira de Bafatá



